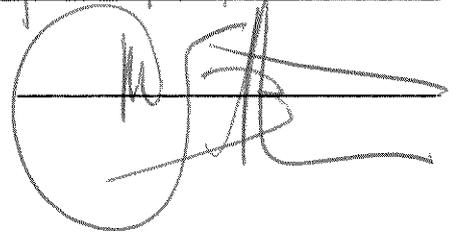


ALZIRA LEITE CARVALHAIS CAMARGO

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por ALZIRA LEITE CARVALHAIS CAMARGO e aprovada pela Comissão Julgadora em

Data: Campinas, SP, 22. JUNHO. 1989

Assinatura:

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

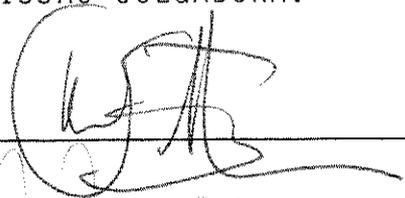
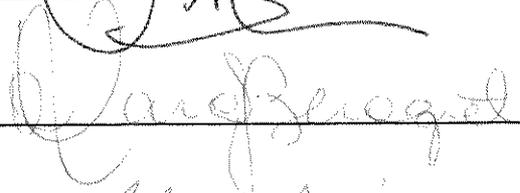
O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA PUCCAMP:
A CONTRIBUIÇÃO DO "PROJETO PEDAGÓGICO" (1981-1984)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1989

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação (Metodologia do Ensino) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. MOACIR GADOTTI.

Campinas, 1989

COMISSÃO JULGADORA:

A stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'D. de B. e. G. e. L.' written in a cursive style.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. de S. e. L.' written in a cursive style.

DEDICO este trabalho a todos os professores da PUCAMP que, a partir de 1980, aceitaram o desafio de reestruturar a Universidade, coltivamente.

Em especial, à Profa. CORINTA MARIA GRISOLIA GERALDI, por ter sido sensível ao momento histórico por que pssava a PUCAMP, em 1980; por ter "feito o caminho, caminhando"; por ter sido fundamental na construção do Projeto Pedagógico da PUCAMP.

A G R A D E Ç O

- ao Prof. Dr. MOACIR GADOTTI, pelo entusiasmo demonstrado pelo meu projeto de trabalho e por ter, tantas vezes, refletido o caminho "da crítica à proposta e da proposta à ação", abrindo os horizontes.

- à Profa. MARIA APPARECIDA FONSECA DE ALMEIDA que empregou não só a sua competência profissional, como revisora, mas também o seu entusiasmo e a sua "paixão" em momentos importantes da elaboração deste trabalho.

- aos meus COMPANHEIROS DE PROFISSÃO, pelo interesse que demonstraram durante a realização deste.

- aos PREZADOS FUNCIONÁRIOS da PUCCAMP cujos préstimos possibilitaram-me levar a cabo esta tarefa.

- à datilógrafa, CRISTINA, pelo carinho com que preparou este meu trabalho.

---0000000---

- R E S U M O -

A história do Ensino Superior Brasileiro nos mostra a falta de uma identidade cultural e política ao longo de sua existência. O cultivo de um modelo cultural genuíno, o exercício pleno da autonomia universitária, a organicidade e a integração curricular, o papel de refletir a realidade social e de nela interferir efetivamente não são características do passado de nosso Ensino Superior.

Os efeitos da Reforma Universitária de 1968 e o dos demais mecanismos legais de repressão empobreceram ainda mais o Ensino Superior, pondo em risco a qualidade do ensino, inviabilizando a pesquisa, diminuindo os recursos materiais e financeiros, aviltando as condições de trabalho do professor. Acima de tudo, estabeleceu-se a "pobreza" política: aos alunos e professores foi imposto o exercício do silêncio, das meias-verdades, e a participação autêntica e democrática deixou de existir.

A reação a esse estado de coisas surgiu no final da década passada. Como em várias instituições brasileiras de Ensino Superior, na PUCCAMP também se registrou um movimento com vistas à sua reestruturação.

Os caminhos para fazer frente à situação da crise universitária eram vários. E a PUCCAMP escolheu fazê-lo pela construção do seu Projeto Pedagógico, um projeto que resultasse do

esforço coletivo, da crítica imanente, da qualidade política.

Tomar a proposta do Projeto Pedagógico e analisá-la, na medida em que constituiu uma "resistência" frente ao quadro de *dominação* existente na PUCCAMP, vem a ser o nosso objeto de estudo. Em outras palavras, nosso intuito é trazer ao conhecimento público o sentido real do Projeto Pedagógico e revelar a sua inequívoca contribuição à reestruturação da PUCCAMP.

Para tal mister foi preciso sistematizar o processo de elaboração e implementação do Projeto Pedagógico, contextualizá-lo, para depois evidenciar o seu significado.

Mediante a proposta de captar a totalidade e a dinâmica do processo estabelecido, bem como o movimento dialético e as tensões dessa realidade específica, historicamente situada, nossa opção metodológica consistiu em desenvolver uma pesquisa qualitativa. Assim, o caso da PUCCAMP veio a ser o nosso *estudo de caso*.

Utilizamos a observação, a análise documental e a entrevista como procedimentos de coleta de dados, realizando sobre esses dados uma análise de conteúdo, do ponto de vista temático.

As conclusões deste estudo propõem-se como uma contribuição ao Ensino Brasileiro, de um modo geral, e apontam para estas constatações:

- A construção do Projeto Pedagógico da Universidade é condição essencial para promover-lhe a função social e para torná-la autônoma e democrática.
- O ensino público e articulado nos três graus de ensino haverá de ser a garantia de uma sociedade mais justa e humana.

*"Caminante no hay
camino, se hace ca-
mino al andar"*

Antonio Machado

- SIGLAS UTILIZADAS -

- ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR.
APROPUCC - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS.
CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.
CRUB - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.
DCE - DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES.
EAP - EQUIPE DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA.
IES - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.
LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES.
MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
PUCCAMP - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS.
SESu - SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR.
UNE - UNIÃO NACIONAL DO ESTUDANTES.
CONCEP - CONSELHO DE COORDENAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA.
CONSUN - CONSELHO UNIVERSITÁRIO.

---0000000---

- A N E X O S -

- I - Diretrizes gerais do Projeto Pedagógico.
- II - Da Crítica à Proposta: a Universidade como Projeto Pedagógico.
- III - APROPUC - Debate nº 02, setembro/81.
- IV - Deliberações sobre Projeto Pedagógico: Assembléia da APROPUC de 19/10/81.
- V - Comunicado nº 07/81 da APROPUC: posicionamento do Conselho de Representantes.
- VI - Texto: "A Universidade e a construção de seu próprio Projeto: a experiência da PUCCAMP".
- VII - Texto: "A reestruturação da Universidade pela construção de seu Projeto Pedagógico com base na participação de alunos, docentes e funcionários: a continuidade da experiência da PUCCAMP".
- VIII - Questionário utilizado na pesquisa "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade".
- IX - Folheto: "Quem é o aluno da PUCCAMP?".
- X - Planejamento de 1983 - PUCCAMP.
- XI - Resultados globais de incidência à resposta 60 por categorias e subcategorias - PUCCAMP/83.
- XII - Questionário orientador para a análise da "Questão Sessenta".

XIII - Carta explicativa sobre o processo de análise da
"Questão Sessenta".

XIV - Roteiro para o relatório do processo de análise
da "Questão Sessenta".

- Í N D I C E -

	Páginas
Siglas utilizadas	viii
Lista de anexos	ix
INTRODUÇÃO.	1
- CAPÍTULO I -	
O ENSINO SUPERIOR CATÓLICO E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	14
1. Origens do Ensino Superior Católico.	15
2. O Ensino Superior Brasileiro	19
3. A Reforma Universitária de 1968.	27
- CAPÍTULO II -	
O PROCESSO HISTÓRICO DA PUCCAMP NO CONTEXTO DAS UNIVER SIDADES BRASILEIRAS	31
1. O projeto gerador da PUCCAMP e seu percurso a t ê 1980	32
2. 1980: o ano da transição	49
- CAPÍTULO III -	
O PROJETO PEDAGÓGICO DA PUCCAMP: SUA CONCEPÇÃO E TRAJE TÓRIA NO PERÍODO DE 1981 A 1984	57
1. A origem do Projeto Pedagógico: da crítica ã pro- posta.	57
2. Da proposta ã ação	75

3. A pesquisa "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade".	87
--	----

- CAPÍTULO IV -

O PROJETO PEDAGÓGICO DA PUCCAMP OITO ANOS APÓS O SEU LANÇAMENTO	101
---	-----

1. As propostas mais significativas concretizadas após 1984	102
2. Dúvidas e certezas	115

- CAPÍTULO V -

AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA PUCCAMP	120
--	-----

1. Temas indicadores da reestruturação.	121
2. A participação como núcleo da reestruturação . . .	128

CONCLUSÃO	131
---------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.	137
-----------------------	-----

ANEXOS.	157
-----------------	-----

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA PUCCAMP: A CONTRIBUIÇÃO DO "PROJETO PEDAGÓGICO" (1981-1984)

- INTRODUÇÃO -

Este trabalho vem a ser um Estudo de Caso — o caso da PUCCAMP. Tendo participado do processo de reestruturação da PUCCAMP, que se instalou a partir de 1980, como professora, coordenadora de curso e membro da Equipe de Assessoria Pedagógica (EAP) da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, já no seu decurso, sentimos que este caso, objeto de nosso relato e r a uma história que merecia ser contada.

Nessa data, a situação do Ensino Superior no Brasil reclamava por urgente reestruturação. Amordaçada e amedrontada pelo AI-5 e pelo Decreto-lei nº 477/69, a Universidade Brasileira sofria os efeitos de um modelo organizacional importado e imposto pela Lei 5.540/68. As condições de ensino e de trabalho eram precárias e valiam apenas os critérios tecnoburocráticos da eficiência e da produtividade.

Com o crescente descontentamento da população e o afrouxamento do modelo político, começam a surgir sinais de renovação no ensino, por meio da aproximação de educadores que, no final da década de 70, passam a contar com aqueles que voltavam do exílio. Já, em 1978, foi realizado o 1º Seminário Brasi

leiro de Educação, em Campinas, que deu impulso a esse movimento de recuperação da educação nacional. A consciência da necessidade da reestruturação do ensino superior tomou conta das associações representativas da educação e dos educadores mais comprometidos com a democratização do ensino e da sociedade.

Esse processo de conscientização da crise atingiu alunos, professores e funcionários da PUCCAMP, tornando-se, em 1980, a mola propulsora da mudança da Administração Superior da Universidade e de todos os acontecimentos que se sucederam a partir daí. Frente ao quadro da crise interna obtido por um diagnóstico acadêmico, administrativo e financeiro, realizado em 1981, que denunciava um processo de desestruturação da dominação, a PUCCAMP entendeu que era o "momento de vida" que deveria ser aproveitado para não sucumbir. Era de todo necessário atender prioritariamente a área acadêmica e pedagógica, cujas definições orientariam as reformas administrativa e financeira, igualmente urgentes. A idéia do Projeto Pedagógico foi concebida e lançada, assumindo, assim, a PUCCAMP o desafio de se reestruturar.

Entretanto, a idéia de Projeto Pedagógico não era a de elaborar um documento escrito que servisse para fins burocráticos e se tornasse letra morta. O discurso, aprisionado pela escrita, permite que se leia o que se "disse" sobre o que aconteceu, mas não é a "coisa", ou seja, não é aquilo que aconteceu. A idéia de "projeto" era aquela que reavivava a etimologia da palavra "pro-jetare" no sentido de algo que se lança para frente, que avança, que antecipa o futuro e as suas possibilidades.

A Universidade, enquanto projeto do Homem, é determinada pelos fatores reais e presentes que a condicionam e pelo "objeto a vir" que ela tenta fazer nascer - o seu projeto. Simultaneamente o projeto é recuo e salto para frente, é recusa e rea

lização. Fazer da Universidade um projeto seria permitir que ela avançasse, que ela se superasse em relação aos seus possíveis, seria torná-la plena na sua existência pelo diálogo e pela crítica. Isso implicaria ter presente que cada elemento na Universidade seria *sujeito* participante desse projeto comum, portanto responsável por ele. Seria, ao mesmo tempo, uma concepção e uma postura frente ao Homem e ao mundo.

Assim, o Projeto Pedagógico foi existindo no tempo, por meio da dinâmica da transformação das críticas em propostas, das propostas em ações e destas em novos planos e novas ações, alimentada pela avaliação permanente.

Sistematizar e relatar esse processo de reestruturação, explicitando sua proposta, os caminhos que percorreu, a metodologia empregada e os resultados alcançados vem a ser o nosso primeiro objetivo neste trabalho. O segundo objetivo é o de evidenciar os aspectos em que a construção do Projeto Pedagógico se constituiu numa resistência à situação de dominação existente, procurando extrair daí a contribuição do processo de reestruturação da PUCCAMP para o Ensino Superior Brasileiro.

Acreditamos que o estudo e o relato do Projeto Pedagógico da PUCCAMP se impõem como uma necessidade social e histórica. Histórica — porque, ao longo do seu percurso, o Ensino Superior Brasileiro nos mostra a ausência do cultivo de um modelo cultural genuíno, realidade que nos impele a buscar formas próprias para alcançar a sua identidade cultural e política (desa maneira, a Universidade Brasileira poderá ocupar o seu espaço e exercer a função social que lhe cabe, impedindo erros históricos) e social — porque, num país de ensino tão depauperado como o nosso, a divulgação de inovações educacionais sérias e fundamentadas torna-se nossa responsabilidade para com a totalidade das instituições de ensino e para com a sociedade em geral.

Optamos por realizar esse estudo dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa. Queríamos, desde o início, captar a totalidade e a dinâmica do processo, o movimento dialético e as tensões de uma dada realidade, historicamente situada. O tratamento meramente quantitativo dessa realidade não seria suficiente, nem capaz de apreendê-la na totalidade, em profundidade, pois não ultrapassaria a fronteira das aparências.

A decisão foi assumir o caso da PUCAMP como objeto de estudo e tratá-lo como sendo uma representação singular de uma realidade, que é sabidamente multidimensional. A singularidade do caso não limitou as possibilidades epistemológicas do seu estudo, uma vez que o que importa num estudo de caso é o valor intrínseco do caso e sua capacidade de iluminar outros estudos.

Para proceder ao estudo não bastava fazer um corte no tempo e esquecer o passado, mas era preciso contextualizar a situação presente, apreendendo-a no processo histórico. A descrição empírica do que ocorria na PUCAMP era condição necessária, mas não suficiente para o conhecimento da problemática existente e para a sua apropriação mais completa. Para ir além do empiricamente observável, era preciso ter presente o caráter histórico da Universidade: seu modo de funcionar é situado, da tado e não existe isolado do tempo e da realidade social. Era preciso nos apossarmos de pontos de referência fornecidos pela História, que esclarecessem o modo como esses fatos se ligaram, sua interação e seus pontos de ruptura.

A apreensão do objeto de estudo levou em conta, portanto, o contexto em que ele se situava e o de sua história passada e procurou apresentar as ações do modo mais completo possível, como totalidade, evidenciando a complexidade das situações e a inter-relação entre seus componentes, assim como revelando as suas múltiplas dimensões.

Para chegarmos a uma apreensão do objeto com tais características, foram utilizadas diferentes fontes de informação, a saber: nossa experiência pessoal como ex-aluna e como profissional da PUCCAMP, nossos apontamentos registrados no período em que fomos membro da EAP, atas das reuniões realizadas para tratar do Projeto Pedagógico, textos e relatos produzidos pela EAP, panfletos, jornais das entidades e da Reitoria, reportagens da época, documentos normativos e informativos da Administração da Universidade, material de registro do processo e dos resultados quantitativos e qualitativos de uma pesquisa realizada (como parte do Projeto Pedagógico, para caracterizar o alunado), debates informais realizados com professores e ex-professores da PUCCAMP.

As informações contidas nos documentos escritos passaram por uma análise de conteúdo que focalizou o texto como um todo, na sua temática, ressaltando os aspectos indicativos dos princípios da proposta do Projeto Pedagógico e de como a ação desencadeada os concretizava. As conclusões tiradas do exame desses documentos, juntamente com as informações obtidas por entrevistas com professores envolvidos na elaboração do Projeto Pedagógico, serviram para purificar as nossas próprias percepções obtidas, enquanto elemento participante do processo, e utilizadas como dado de pesquisa desse mesmo processo.

A análise dos dados seguiu o processo indutivo em níveis sucessivos de refinamento. A princípio todos os dados foram descritos em forma de relato e enriquecidos com análises que, concomitantemente, exploraram os desdobramentos e as inter-relações entre os seus componentes. Posteriormente, um corte transversal imaginário, feito no relato, nos levou à inferência de evidências presentes no estudo que, à luz de um quadro teórico, nos permitiu algumas interpretações.

Subsidiaram a nossa análise os estudos de Henry Giroux sobre as relações entre Educação e Sociedade mais ampla, apoiados na análise das teorias críticas de Educação existentes.

Para Henry Giroux (1986:16), ao se proceder uma análise teórica da Educação, surgem algumas questões subjacentes de importância fundamental: "Como é que nós tornamos a educação significativa, tornando-a crítica, e como é que nós a fazemos crítica a fim de torná-la emancipatória".

A teoria crítica da Educação desenvolve, ao mesmo tempo, um arcabouço teórico e um modo de crítica, tendo por objetivos tanto revelar como romper as estruturas de dominação existentes.

O intuito da teoria crítica é ir além das análises descritivas, é penetrar o mundo das aparências objetivas para expor, por meio de uma análise crítica, as relações sociais subjacentes que frequentemente iludem. Isto implica romper a racionalidade tecnocrática que subordina a consciência e a ação humana ao imperativo das leis universais, a abandonar o imediatismo ditado pelo positivismo e regido pela observação sensorial objetiva e afirmar a contextualização histórica dos fenômenos.

Para a teoria crítica é central a importância dada à dialética da ação e da estrutura, reconhecendo que a história pode ser mudada e que sempre existe potencial para uma transformação radical na sociedade. Nessa concepção estão embutidas as idéias da natureza "aberta" da história e a crença na ação humana.

O pensamento crítico desenvolve modos de crítica possíveis pelo lugar privilegiado que dá à consciência histórica, que clarificam a interação entre o social e o pessoal, bem como entre a história e a experiência pessoal. Na análise da educação a crítica desnuda "as rupturas, descontinuidades e ten-

sões na história, todas as quais se tornam valiosas na medida em que enfatizam o papel central da ação humana e da luta, ao mesmo tempo que revelam o hiato existente entre a sociedade atual e a sociedade como poderia ser" (Henry Giroux, 1986:57).

Analisando o processo de escolarização, Henry Giroux(1986: 70) afirma existirem "tensões ideológicas que são mediadoras entre o discurso sobre escolarização e a realidade das práticas escolares", a partir do que ele faz três apreensões essenciais:

- . as escolas não podem ser analisadas como instituições removidas do contexto sócio-econômico em que estão situadas;
- . as escolas são espaços políticos envolvidos na construção e controle do discurso, do significado e das subjetividades;
- . os valores e crenças do senso comum que guiam e estruturam a prática escolar não são universais "a priori", mas construções sociais baseadas em pressuposições específicas normativas e políticas.

Tais afirmações nos indicam que a apreensão da prática educativa precisa reconhecer as problemáticas relações existentes entre escola, sociedade mais ampla e as questões de poder, dominação e emancipação; que a escola não é somente espaço instrucional e, sendo espaço político, fica sujeita a controle, a subjetividades e a articulações ideológicas; que os mecanismos de reprodução cultural e social não são tão determinísticos como parecem ser, pois eles encontram elementos de oposição e contestação. Por outro lado, é reconhecida a existência de "momentos" não reprodutivos que constituem a ação humana, o espaço de liberdade, os quais lembram a autonomia relativa da esco

la frente aos determinantes estruturais mais amplos⁽¹⁾.

A noção de resistência é central no pensamento de Henry Giroux (1983; 1986): vem a ser um constructo teórico e ideológico, um novo modo de olhar as explicações sobre o fracasso escolar e os comportamentos de oposição, orientado pela "lógica da indignação moral e política". Isso implica mudar o terreno teórico, que vinha sendo utilizado, de análises funcionalistas e com base na psicologia educacional para análises políticas.

Essa mudança do terreno teórico atribui ao constructo da resistência os seguintes pressupostos:

- a) Noção dialética da ação humana, a partir da qual a dominação nunca é vista como algo estático e completo. Apoiando-se nessa noção é possível entender melhor as relações entre as experiências de vida das pessoas e as estruturas de dominação e coersão, cuja análise deve realçar as categorias de intencionalidade, consciência, significado do senso comum, natureza e valor do comportamento não discursivo, as quais perpassam tal intersecção.

- b) Noção dialética do poder, ou seja, o poder nunca é unidimensional, ele é exercido não apenas como dominação,

(1) Já na década de 70, Georges Snyders, educador francês, nos lembrava das forças renovadoras da escola: as reivindicações, as necessidades da classe trabalhadora presente na escola exercem pressão sobre a escola, que a arranca da ação da classe dominante. "A escola é um local de luta, o teatro em que se defrontam forças contraditórias (...). A escola não é o feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras (...). A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes (...) mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação" (Georges Snyders, 1977: 105-6).

mas pode tomar a forma de produção, invenção e resistência. Nesse particular, Henry Giroux (1983; 1986) explora e aprofunda a idéia de Foucault (1977) que afirma ser o poder exercido *sobre* as pessoas e *pelas* pessoas, admitindo a interação da dominância e autonomia e reavaliando a ação humana que pode se expressar de modo criativo, cultural e socialmente, momento que se revelam imagens de liberdade.

- c) Postura de esperança na possibilidade de transformação radical da sociedade que traz embutida uma visão positiva do papel dos educadores, pela qual eles podem direcionar a resistência para a luta por uma sociedade mais justa e humana. A escola, por sua vez, é concebida como produtora de novos conhecimentos, além de reproduzi-los.

Para se utilizar a noção de resistência como categoria central de análise, ou seja, para distinguir quais comportamentos de oposição constituem resistência ou não, prossegue Henry Giroux, é preciso verificar se eles são norteados por interesses emancipatórios ou não. A análise de um ato de resistência deve considerar em que medida ele se constitui numa forma de luta contra a dominação e a submissão. Por outro lado a análise de um ato de resistência deve identificar o grau de suas possibilidades de se comprometer com a emancipação em todas as esferas de subjetividade e objetividade. Ressalta, ainda, que um comportamento de oposição pode cair na acomodação e no conformismo na medida em que suprimir as contradições sociais enquanto se aliar à lógica da dominação ideológica.

A resistência, enquanto um constructo analítico e um mo-

do de investigação, supõe um momento de crítica e uma sensibilidade para captar o interesse no aumento da consciência radical e na ação crítica coletiva. Além das aparências e do imediatismo, quer descobrir os interesses que a expressão do comportamento encarna.

Entretanto, distinguir quais os comportamentos que constituem efetivamente resistência à subordinação e que têm implícitos interesses emancipatórios é tarefa difícil, pois há alguns que são mais claros nos seus interesses que outros. Para caminhar com segurança na análise, Henry Giroux (1986) sugere que seja solicitada a interpretação dos sujeitos que demonstraram o comportamento. Caso essa interpretação seja tendenciosa ou incompleta, sugere que se busquem luzes nas condições históricas e relacionais específicas das quais o comportamento se originou.

O valor da noção de resistência é relativo ao grau em que ela provoca o pensamento crítico e a ação reflexiva e ao grau em que ela contém a possibilidade de dar vida às lutas políticas coletivas em torno das questões de poder e determinação social. Uma questão importante da racionalidade emancipatória é responder como os homens podem romper a estrutura de determinação. Seus princípios de ruptura são dois: crítica e ação.

Em resumo, a base da teoria crítica da educação está na apreensão "da forma como o poder, a estrutura e a ação humana funcionam para reproduzir não só a lógica da dominação, mas também o cálculo da mediação, da resistência e da luta social (...). Aquilo de que mais necessitamos é combinar esperança com árdua prática e trabalho intelectual; trabalho e prática que, nas palavras (...) de Walter Benjamin, 'devem escovar a história em sentido contrário à sua trama' (em Buck-Morse, 1977)" (Henry Giroux, 1983:56).

Assim, apoiando-nos em Henry Giroux nos perguntamos: Que tensões e contradições existem entre o modelo de dominação de uma universidade e a construção do seu Projeto Pedagógico, entendido este como resistência? Quais são as relações entre poder, dominação e emancipação nesta realidade específica? Tornamos, enfim, a PUCCAMP um locus de educação emancipatória?

Foram, pois, essas questões que orientaram o nosso trabalho.

O caráter que cada capítulo deste trabalho tomou revela as exigências metodológicas de um estudo de caso. Dada a necessidade de focalizar a realidade de forma complexa e contextualizada, os capítulos I e II apresentam caráter histórico e contextual e se propõem recuperar o caminho percorrido pelo Ensino Superior Brasileiro, católico e não católico, e o da PUCCAMP, chegando à inserção desta no quadro político, sócio-econômico e cultural do país. O capítulo III, que contém o relato das ações desencadeadas em nome do Projeto Pedagógico, quanto à sua concepção e trajetória, assim como das inter-relações entre fatos, pessoas e setores envolvidos, é predominantemente de caráter descritivo-analítico. Ao tratar da consolidação do Projeto Pedagógico após 1984, por meio do relato das ações mais significativas ocorridas no período, o capítulo IV traz o leitor até os dias de hoje e apresenta uma avaliação crítica de todo o processo. De posse das evidências inferidas do relato, elegemos três temas que mais as representavam, quais sejam: a função social da universidade, a autonomia universitária e a democratização interna da universidade, e os aprofundamos no capítulo V, imprimindo-lhe um caráter interpretativo.

As conclusões que este estudo nos leva a formular dizem respeito à criação do Ensino Superior Católico, enquanto uma solução frustrada para realizar o projeto político-cultural da Igreja Católica no Brasil, idealizado na década de 30. Em se-

gundo lugar, as conclusões se encaminham para evidenciar as exigências da construção de um Projeto de Universidade que se deseje participativo e emancipador e para propor um repensar do sistema de ensino de 3º grau articuladamente com o 1º e 2º graus, que venha a ser realmente público e próprio de uma sociedade justa, humana e democrática.

Finalmente, fazemos algumas observações que definem os limites e o alcance do presente estudo. A primeira delas é sobre o fato de a pesquisadora ter-se proposto como "instrumento" também da coleta de dados. Se isso satisfaz uma necessidade metodológica da pesquisa do tipo qualitativo, para a qual é essencial o contato direto e intenso do pesquisador com a situação em estudo, por outro lado, nos adverte que o estudo caminhou e está apresentado conforme as suas perspectivas pessoais. Isto não diminui a sua validade intrínseca, apenas nos lembra que o conhecimento não é neutro nem acabado e que a sua validação extrínseca será possível pelas inferências a serem realizadas por generalizações naturalísticas que ocorrerão em função do conhecimento experiencial de cada leitor, que se perguntará: "o que eu posso aplicar ou não deste caso na minha situação?"; e, por generalizações acadêmicas que deverão surgir a partir da leitura deste caso e de outros, através da qual se identificarão os pontos comuns e recorrentes entre eles, ampliando e dando solidez ao objeto de estudo.

A segunda observação diz respeito ao volume de informações existentes sobre o tema — a construção do Projeto Pedagógico — as quais tiveram que passar por uma seleção, limitando-as no tempo, isto é, ao período de 81 a 84, aquelas ações que diziam respeito ao Projeto Pedagógico, enquanto *globalidade* e *descadeadas* pela EAP, e aqueles documentos que se referiam à concretização dos princípios de Projeto Pedagógico. Isto signi

fica que não introduzimos neste estudo informações sobre os desdobramentos que particularizaram o Projeto Pedagógico em nível de cada curso, setor, órgão e/ou entidade da Universidade, conforme a peculiaridade de cada um.

Em último lugar, consideramos a distância temporal que vem existindo entre o relatório da pesquisa e a ocorrência e registro dos dados. Teoricamente, se ambos fossem concomitantes, possibilitariam um confronto das evidências no ato. Entretanto, tal contingência foi minimizada pelo uso de relatos e textos produzidos na época pela EAP, os quais foram enriquecidos pela leitura da comunidade universitária local e nacional que os reinterpreto, e minimizada, ainda, pela leitura crítica desta dissertação, enquanto ia sendo elaborada, realizada pacientemente por professores, membros da EAP, dentre os quais está o orientador do presente trabalho.

- CAPÍTULO I -
O ENSINO SUPERIOR CATÓLICO E A UNIVERSIDADE
BRASILEIRA

Para melhor entendermos o movimento intencional de reestruturação que se desencadeou na PUCCAMP, a partir de 1981, pelo qual se buscou a construção do Projeto Pedagógico da Universidade, é preciso nos reportarmos à história do ensino superior brasileiro, católico e não católico, procurando realçar a política educacional presente ao longo do seu percurso. Interessamos, neste estudo, detalhar os acontecimentos ocorridos a partir da segunda década do século, em vista da implementação do ensino superior no Brasil, principalmente aqueles que melhor contextualizam o ensino superior hoje.

Damos destaque especial à Reforma Universitária de 1968 por estar ainda vigente a lei que a originou e pelo seu papel determinante na definição das características atuais do ensino superior.

Essa recuperação histórica é necessária e importante, porque traz à tona os fatos mais decisivos para o desvelamento das tramas da tessitura histórica que sustentam e explicam a PUCCAMP no conjunto das universidades brasileiras. Esses fatos iluminarão o conteúdo do capítulo seguinte.

1. ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR CATÓLICO

A universidade católica, no Brasil, surgiu como resultado de um projeto mais amplo da Igreja, que representava uma reação aos movimentos político-religiosos e culturais, originários da segunda metade do século XIX, cujas bandeiras eram o positivismo, o liberalismo político e a laicização do ensino e da cultura.

Por volta de 1920 e 1930 a Igreja Católica no Brasil reformulou as suas atividades político-religiosas e se organizou para rebater a influência dos citados movimentos presentes na sociedade brasileira e das "ameaças comunistas" que surgiam com a vinda de novas idéias, trazidas pelos imigrantes europeus.

Até a Proclamação da República, em 1889, a Igreja Católica no Brasil se reportava ao Imperador, exercendo o papel de intermediação junto à Santa Sé, pela instituição do Padroado. Rompidos os laços políticos com a Monarquia e proclamado laico o governo estabelecido, a Igreja Católica, no Brasil, procurou meios que lhe assegurassem autonomia e identidade como instituição. Foram fortalecidos os quadros eclesiásticos, a ação religiosa foi organizada, a Santa Sé passou a ser diretamente contatada.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando se temia que instituições e valores nacionais estabelecidos corressem perigo com a penetração de idéias socialistas em voga, a Igreja Católica se uniu ao governo para a defesa da "ordem e do progresso", mesmo não aceitando o laicismo republicano⁽¹⁾. Por ou

(1) Em 1916, D. Sebastião Leme, bispo de Olinda (e alto representante da Igreja), fez circular uma carta pastoral em toda a sua diocese, repudiando o laicismo do governo.

tro lado, a Igreja passou a apoiar a classe dominante, principalmente os setores oligárquicos. Assim, pela defesa do país ante as ameaças comunistas e pela harmonização dos interesses entre as classes sócio-economicamente organizadas, a Igreja se fortaleceu politicamente.

Na área cultural, a ação da Igreja se deu pela mobilização de um grupo de intelectuais leigos, que agiu em diferentes frentes. Ao lado de inúmeras alterações políticas e administrativas ocorridas no país que influenciaram o sistema de ensino, no início da década de 30, as idéias católicas se fizeram presentes pelo lançamento do livro "Debates Pedagógicos" (1931) escrito por Alceu de Amoroso Lima. Nele, o autor critica a Reforma do Ensino Superior do Ministro Francisco Campos, decretada em abril do mesmo ano; as declarações do referido ministro sobre as relações entre universidade e igreja, e propõe a volta do ensino religioso nas escolas públicas. Apontando a ambigüidade no emprego de certos termos que poderiam intencionalmente confundir a "concepção universitária realmente católica", Alceu de Amoroso Lima (1931:28) conclui o seu pensamento, dizendo: "Não resta aos católicos senão contar com as suas próprias forças. São elas estão em condições de organizar uma universidade de base realmente espiritual em que as ciências do espírito não sejam sacrificadas às ciências da natureza nem estas àquelas".

Dessa forma, Alceu de Amoroso Lima divulga as idéias católicas da época sobre o ensino, inspiradas na Encíclica "*Divini Illius Magistri*" (1929) de Pio XI, que se assentava sobre três pontos, a saber: a primazia da Igreja e da família no direito à educação dos seus devotos e filhos, a função complementar do Estado neste mister, e a defesa de escolas católicas para os católicos.

A política do ensino católico da terceira década do século

lo foi se concretizando por meio de outras iniciativas. Em 1932 foi criado o Instituto Católico de Estudos Superiores pelo professor Alceu de Amoroso Lima, em cuja inauguração foi declarado o lançamento da semente da universidade católica no Brasil. Nos fins da década de 30, o Vaticano formalizou a sua intenção em criar a universidade católica no Brasil, confiando um mandato especial, para tal fim, ao Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, antigo bispo de Olinda. Ainda, o I Concílio Plenário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro, em 1939, encerrou os seus trabalhos com a Pastoral Coletiva, exaltando a universidade católica e seu papel, como bem expressa a seguinte passagem: "Ao Brasil Católico já não é possível viver sem esta artéria vital de seu organismo religioso. Por sua natureza, a universidade é o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo patrimônio de uma civilização (...). Como expressão cultural superior do catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as esferas sociais, a universidade católica é, para o Brasil, penhor de vida no presente e promessa de mais seguro porvir. A realização deste ideal exigirá, como todas as obras de Deus, grandes sacrifícios, dedicações puras e generosas inesgotáveis. Mas o Brasil não mentirá às nossas esperanças, nem se mostrará surdo à confiança de nosso apelo. A Fundação da Universidade Católica será a glória de nossa geração" (Américo J. Lacombe, 1976:82).

Finalmente, essa série de iniciativas a favor da criação da universidade católica culmina, em 1940, com a incumbência atribuída ao professor Alceu de Amoroso Lima e ao professor

Leonel Franca, S.J., pelo Cardeal Leme, para juntos traçarem as linhas fundamentais da mantenedora das faculdades católicas. A partir disso, várias instituições católicas de ensino superior foram fundadas, entre elas, a PUCCAMP.

O projeto político-cultural da Igreja Católica no Brasil, no início deste século, após o rompimento do Padroado, foi o de ganhar identidade, enquanto poder espiritual e de influir no poder temporal, para garantir as suas prerrogativas. Nessa perspectiva, a cristianização da elite cultural e mesmo política do país se constituiu numa importante meta, assumida pela criação da universidade. Longe de atender apenas a busca da "base espiritual da cultura", a universidade católica também contribuiu para o fortalecimento das classes dominantes da época e manutenção do status quo.

A partir de 1945, o capitalismo monopolista, o processo desenvolvimentista e a aceleração industrial acabaram reduzindo o orgânico ao mecânico e subordinando o humano, o social e o científico ao econômico, o que refletiu profundamente na universidade. Em vista disso, a Igreja pós-conciliar propõe um novo marco doutrinal que substitui a idéia de reforma das estruturas sociais pela de sua transformação, no sentido da justiça social, da vivência democrática. O perfil educativo do ensino superior católico assume uma nova feição. A universidade passa a ser concebida como centro de educação, ensino e investigação crítica; como instância efetiva de integração do saber e da cultura geral, alternativa para o pluralismo cultural. Assim, o intelectual que se pretende formar é o sujeito histórico, situado, emancipado, comprometido com a humanização das estruturas sociais.

A história do ensino superior católico, a par da sua realidade específica, se encontra relacionada ao contexto mais am-

plo de luta pelo estabelecimento do ensino superior oficial e não católico, no Brasil.

2. O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Inúmeras tentativas com os objetivos de organizar o ensino superior e instituir a universidade no Brasil ocorreram tanto no Período Colonial, no Monárquico, como nas duas primeiras décadas da República.

Portugal, coerente com a sua política colonizadora e com o objetivo de dificultar a independência cultural da Colônia, sempre colocou empecilhos em todos os pedidos de criação de universidades no Brasil, mesmo de escolas superiores isoladas, todos formulados entre o século XVI e inícios do século XIX. Com a vinda da Família Real para o Brasil (1808), foi inevitável a criação de escolas de ensino superior que preparassem pessoal para o serviço público, em especial para os setores militares, bem como das que mantivessem cursos profissionalizantes, também com o objetivo de servir aos órgãos públicos. Em ambos os casos evidenciou-se o exclusivo atendimento a interesses imediatos, inexistindo o propósito de se criar um modelo cultural brasileiro.

As tentativas, todas malogradas, de se criar a universidade no Brasil, perduraram por mais um século até que, em 1920, foi criada, por decreto, a Universidade do Rio de Janeiro, a qual reuniu as faculdades existentes, a saber: a de Direito, Medicina e a Politécnica. Alheia aos interesses do ensino e da cultura, a fundação da Universidade do Rio de Janeiro se deveu à decisão de se dar o título de "doctor honoris causa" ao Rei Alberto I, da Bélgica, que tinha programada a sua vinda ao Bra-

sil, para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, uma vez que o título só poderia ser concedido por uma universidade.

Após um ano de existência, o 1º Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, apresentou um relatório de atividades, reconhecendo que os objetivos que caracterizavam a Instituição como universitária, quais sejam: estimular a cultura e as ciências, aperfeiçoar os métodos de ensino e intensificar os laços morais e intelectuais entre os professores, não só não foram atendidos, como também permaneciam os traços de outrora. As faculdades e seus respectivos professores eram distantes geográfica e academicamente, mantendo-se apenas o rótulo de universidade.

Com mais retrocessos que conquistas, o ensino superior chegou ao alvorecer dos anos trinta marcado pela desvalorização e pela ausência de um projeto cultural, o que o tornava vulnerável a barganhas politiquêiras. Descaracterizado nos seus objetivos próprios, o ensino se apresentou, até essa época, desintegrado, sem identidade, oferecendo ensino pouco expressivo, sem buscar a elaboração da cultura. Por outro lado, algumas aspirações da época, resumidas por Maria de Lourdes A. Fávero (1977:33), revelam os problemas existentes e que, no entender da pesquisadora, ainda perduram. São elas:

- "a) ênfase dada às funções da universidade sob um triplice aspecto: elaborar, transmitir e comunicar ciência;
- b) rejeição da idéia de universidade como mera justaposição administrativa de escolas isoladas;
- c) necessidade de adequação da universidade às exigências e necessidades locais, regionais e nacionais;

d) necessidade de autonomia universitária, como condição indispensável e inerente ao próprio governo da universidade".

A vida política do país nas décadas de 30 e 40 foi marcada pelo regime de exceção na República Nova e por um Golpe de Estado, em 1937, que criou o Estado Novo, o qual perdurou até 1945. Os quinze anos de autoritarismo e centralização político-administrativo foram úteis para que os políticos tomassem consciência do caráter ideológico da Educação e da sua importância para assegurar mudanças estruturais. Nas declarações oficiais e nas leis de ensino promulgadas ficavam claras as intenções de tornar o sistema de ensino manipulável e de formar uma elite que soubesse conduzir a maioria. Um exemplo disso, vem a ser a criação de escolas técnicas profissionalizantes, destinadas àqueles que antes não tinham acesso ao sistema educacional, pertencentes às classes menos favorecidas. Embora essa oportunidade de estudo parecesse uma medida tomada para atender as necessidades populares, na verdade, pretendia-se suprir a demanda das alterações da infra-estrutura econômica que exigia maior qualificação e diversificação da força do trabalho para a indústria nascente, tornando a escola um "aparelho ideológico do Estado".

As reformas do ensino de Francisco Campos (1931) e o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) representam a eclosão de um movimento de renovação educacional, na década de 30, que vinha gestando desde o pós-guerra. O surgimento de novas idéias sobre educação e de nova concepção de sociedade, o surto de industrialização e o aparecimento e organização da classe trabalhadora foram fatores decisivos para esse movimento.

A Reforma do Ensino Superior Francisco Campos (1931) se ocupou de três temas: a organização das universidades brasileiras pela instituição de seu estatuto, a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior, a criação do Conselho Nacional de Educação e de suas funções. Embora propusesse um ensino elitista e humanista, a Reforma conseguiu deixar entrever uma idéia de universidade mais delineada que se conseguira até o momento.

Uma das medidas mais importantes e inovadoras dessa Reforma foi a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como um dos estabelecimentos de ensino superior obrigatório para a criação de uma universidade, cujo papel seria o de garantir a organicidade e a integração curricular na universidade e, conseqüentemente, ampliar a autonomia universitária.

Entretanto, essa proposta referente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não combinava com o modelo político vigente, deixando de ser conveniente ao Estado. Sutilmente, ela foi enfraquecida pelas artimanhas da burocracia ministerial e pela manutenção de cursos justapostos e do saber fragmentado. A criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1937) foi a forma concreta de alterar as funções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de padronizar o ensino superior destinado à preparação do magistério secundário.

Na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro em 1937, a qual passou a denominar-se Universidade do Brasil, havia o propósito de criar um modelo padrão de universidade que oferecesse parâmetros para as instituições congêneres brasileiras como, por exemplo, a garantia do princípio da indissolubilidade entre ensino e pesquisa e o da não duplicação de meios para fins idênticos, ambos retomados pela Reforma Universitária de 1968. Numa análise mais profunda dessa reorganização, encon-

tramos o intuito da centralização, da subordinação da universidade ao poder central, da repressão política e da formação de mão-de-obra para manter a classe dominante conservadora.

Para o ensino superior a Reforma Francisco Campos (1931) garantia "relativa autonomia administrativa e didática das Universidades como preparação gradual para autonomia plena" (M. Lourdes A. Fávero, 1977:35). Embora justificada a relatividade pelo seu autor, a exposição de motivos contida no projeto da Reforma não esclarecia os seus princípios, ocorrendo o aparecimento de situações que demonstravam abertura e recuo, indiscriminadamente.

Entretanto, a "possibilidade" de autonomia aberta pela margem de relatividade não foi aproveitada pelos estabelecimentos de ensino superior, os quais permaneceram organizados conforme modelos rígidos, elitistas, sob a forma de escolas superiores isoladas, reproduzindo modelos educacionais estrangeiros. Excepcionalmente, houve duas tentativas concretas de estabelecimento de universidades orgânicas e integradas: a da Universidade de São Paulo (1934) e a da Universidade do Distrito Federal (1935). Porém suas propostas foram modificadas na essência, após três ou quatro anos de funcionamento, por motivos de política interna à instituição ou de contexto sócio-político. O mesmo ocorreu com a Universidade de Brasília (1961), cujas propostas inovadoras foram ceifadas por razões político-ideológicas, após três anos de vida.

Após a queda do Estado Novo em 1945, iniciou-se a República Populista (1945-1964)⁽²⁾, implantando-se com ela uma po-

(2) De acordo com Otaíza de Oliveira Romanelli, em *História da educação no Brasil (1930-73)* (1978:57-8) o populismo surgiu no período Vargas (1930-45) associado ao nacionalismo, o que vem questionar a expressão "República Populista" reservada para o período de 45 a 64. Para um estudo aprofundado sobre o assunto, veja-se Otávio IANNI, *O colapso do populismo no Brasil*. (2a.ed., Rio, Civilização Brasileira, 1971).

lítica educacional de cunho populista.

O aumento da demanda escolar para o curso fundamental e para o profissionalizante, determinado pelo surgimento de novas forças sociais, do interesse da mulher pela escolarização, do êxodo rural e da crença no poder da cultura, foi atendido por medidas "de massa", estrategicamente guiadas por interesses eleitoreiros.

Quanto ao ensino superior, também houve aumento da demanda e várias tentativas no sentido de possibilitar o acesso livre de todos os egressos de cursos de nível colegial. A história da equivalência entre os cursos técnicos e os de formação geral oscilou entre restrições e aberturas até que a LDB(1961) introduziu a equivalência total entre eles e o livre acesso dos formados a qualquer curso superior. Se esses dispositivos legais determinaram tais garantias, na prática os egressos dos cursos técnicos eram reprovados nos exames vestibulares pela escolarização de má qualidade que tiveram. Essa realidade criou o anseio popular de aumento de vagas como forma de desobstruir a entrada ao ensino superior, assunto que foi explorado por meio de uma conscientização crescente do problema.

Foram propostos programas de expansão das matrículas do ensino superior, assim como critérios classificatórios, e não mais seletivos, para a admissão do aluno nos cursos superiores, criando um novo problema, o dos excedentes (alunos aprovados sem vaga). Conforme dados apresentados por Luiz Antonio Cunha(1983: 93-95), o aumento linear das matrículas se deu na ordem de 12,5% ao ano, passando de 27.253 alunos em 1945 para 142.386 alunos em 1964, matriculados em trinta e sete universidades, sendo que 81% das escolas de ensino superior, em 1964, eram públicas.

Além da facilitação do ingresso do aluno no ensino supe-

rior, a década de 1954 a 1964 foi marcada pelo estabelecimento gradativo da gratuidade do ensino superior, pela federalização de algumas IES, pela subvenção federal a outras, inclusive às particulares e pela aglutinação das escolas isoladas. Este último ponto foi o mais expressivo no período, contribuindo para predominar a estrutura universitária no sistema de ensino superior, iniciado pela "federalização". Facilitado por leis flexíveis, o processo de aglutinação das escolas isoladas atingiu também as faculdades católicas. Assim sendo, no dia 02.09.46 foi instalada a Universidade Católica de São Paulo, à qual foram agregadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas, posteriormente desmembradas da Universidade Católica de São Paulo para compor a Universidade Católica de Campinas, futura PUCCAMP.

As transformações havidas no ensino brasileiro, de 1945 a 1964, inclusive no superior, ocorreram em meio ao embate de idéias renovadoras de ensino e pesquisa, de busca de autonomia didática, administrativa e financeira, em contraste com idéias retrôgradas e elitistas que defendiam a liberdade vigiada, de proibição de manifestações político-partidárias. O palco privilegiado, onde afloraram tais contradições, foi o da longa discussão de treze anos do anteprojeto da LDB. De um lado, havia a tendência centralizadora do ensino, proclamada em nome da unidade nacional, resquício do Estado Novo; de outro, a tendência descentralizadora do ensino, proclamando a liberdade de cada família escolher para os filhos o ensino mais conveniente. Coesos ideologicamente estavam esses últimos, os defensores da escola particular, sob a bandeira da liberdade de ensino, o que lhes garantiu vitória de suas propostas; em oposição estavam os defensores da escola pública, representados pelos educadores liberais e pelos esquerdistas, que repudiavam o ensino reli

gioso nas escolas públicas e a subvenção governamental às escolas particulares. Essa peculiar associação dos liberais adeptos do modelo norte-americano com os defensores do materialismo dialético se, num primeiro momento, representou alternativas de conciliação, nos parece que foi um fator enfraquecedor e de dispersão das bandeiras que empunhavam.

Aprovada a LDB em 1961, de teor nitidamente tendencioso, privilegiando as propostas do ensino particular, surgem dois novos dados que influenciaram os rumos da educação:

- a realização do Concílio Vaticano II que alterou a interpretação da doutrina e da prática católica;
- a promessa da ativa perdedora da campanha da LDB, a UNE, de continuar lutando pela escola pública, pela democratização do ensino e pela reforma universitária.

O período populista foi marcado por avanços e retrocessos no ensino superior, oferecendo dados para a compreensão dos acontecimentos ocorridos após 64. De um lado, registramos a expansão das matrículas, a gratuidade nas IES federais, a facilitação do acesso aos bancos da universidade, a modernização do ensino superior e a criação de sete vezes mais universidades que escolas isoladas. Por outro lado, aparece o problema dos excedentes (aprovados, sem vagas) e da qualidade do ensino; a conscientização da ilusória relação entre modernização e independência econômica e social; a desvalorização do ensino e do diploma; o subemprego e o desemprego. Para explicar esse quadro, duas causas imediatas auxiliam a nossa compreensão: o aumento da força política dos estudantes e a redução do mercado de trabalho para os egressos dos cursos superiores.

Esse quadro do ensino superior, no período de 1945 a 1964,

permite chamar, conforme Luiz A. Cunha (1983: 258-9), "a universidade de crítica em dois sentidos do termo. No primeiro sentido, a universidade esteve numa situação crítica (...). À medida que aquelas contradições se acirravam, a universidade tornava-se cada vez menos capaz de pretender legitimidade para sua atividade sócio-pedagógica (...). No segundo sentido, a universidade foi crítica de si própria e da sociedade como um todo, (...) quando as contradições que cindiam a sociedade brasileira levavam os professores a assumir posições políticas cada vez mais explícitas (...), a colocar o ensino numa perspectiva crítica, isto é, voltado para o desvendamento da 'alienação' da sociedade brasileira e da universidade nela inserida".

O golpe de 1964 combateu a função crítica da universidade pela expulsão de alunos e professores e repressão a eles. Pela decretação da Reforma Universitária de 1968, o governo pretendeu combater a situação crítica do ensino superior. Vejamos como isso aconteceu.

3. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

A consciência do estado em que se encontrava a universidade quanto a sua estrutura e organização arcaicas, quanto ao não cumprimento da sua função social e quanto ao problema do excedente, questionado na dupla perspectiva das oportunidades educacionais e da qualidade de ensino, provocou um clima favorável à discussão sobre a reforma universitária, envolvendo toda a sociedade.

Os problemas passaram para o domínio público por decisiva contribuição dos estudantes à causa da reforma. Sentindo o peso da derrota de suas propostas, não contempladas na recém

aprovada LDB (1961), a UNE organizou três seminários nacionais em 1961, 62, 63, respectivamente, fez acontecer a greve do 1/3 (1962) relativa ao cumprimento da representatividade estudantil no governo da universidade e debates intra e extramuros universitários (1961-68). Os temas mais evidenciados nos seminários eram amplos, referentes à compreensão da universidade no contexto geral, aos seus compromissos com a sociedade, a seus papéis, enquanto instituição de ensino, à relação entre reforma universitária e reforma política mais ampla. Os círculos de debates, entretanto, se referiam aos problemas específicos da vida universitária, como: gratuidade, verbas, vagas, alunos excedentes, organização estudantil, direito à greve, acordos MEC-USAID e lei Suplicy de Lacerda.

Em 1968 os fatos se agudizaram. Em várias universidades européias a democratização do ensino superior gerou uma crise social de grandes proporções, fazendo emergir, segundo Marilena Chauí (1980:32), "um conjunto de contradições. Em primeiro lugar, a ideologia da igualdade educacional revelou seus limites reais (...). Isto implicou, em segundo lugar, a desvalorização dos diplomas, o aviltamento do trabalho e dos salários dos professores universitários e, finalmente, o puro e simples desemprego. Em terceiro lugar, e como consequência, a universidade se mostrou incapaz de produzir uma "cultura útil" (não fornecendo, na realidade, nem emprego nem prestígio) (...). A manifestação de maio/68 na França é a revelação dessa crise.

No Brasil, os protestos se acirraram até que, em novembro, foi promulgada a lei 5540/68, conhecida como "Reforma Universitária", inspirada nos princípios da não duplicação de meios para fins idênticos, da indissociação entre ensino e pesquisa, da modernização administrativa, da flexibilidade e, aci

ma de tudo, da racionalidade nos moldes empresariais.

A lei 5540/68 foi antecedida por várias outras medidas legais relativas à matéria, destacando-se o Plano Atcon e o Relatório Meira Matos, e sucedida pelo AI-5 (1968) e pelo Decreto-lei nº 477/69, os quais acabaram por silenciar alunos, professores, imprensa e segmentos da sociedade envolvidos na reformulação do ensino superior.

A par da sucessão dos fatos é preciso considerar a crise sócio-estrutural da sociedade, pano de fundo da reforma universitária. As alterações do modelo sócio-político e econômico do Brasil, que vinham ocorrendo desde os anos 20, ganharam nova feição com o enfraquecimento do populismo, no início dos anos 60. Pari passu, a universidade nessas quatro décadas vinha sendo questionada nas suas funções culturais, científicas e sociais. Com o golpe militar de 1964, foi imposta repressivamente uma nova estrutura de poder, apoiada na teoria da segurança nacional. Era preciso, entretanto, persuadir a sociedade civil para aderir ao novo modelo político. A universidade foi o alvo privilegiado, entendida que foi como o melhor aparelho para moldar as mentalidades e subordinar os métodos de conhecimento a esse fim e, também, como fator de desenvolvimento econômico, base de sustentação do modelo político estabelecido.

As avaliações que se seguiram à implantação da Reforma Universitária de 68, nos últimos 20 anos, nos mostram a incoerência entre os estudos diagnósticos, os dispositivos legais a que deram origem e a respectiva prática. Houve, por exemplo, resistência à departamentização que seria a máxima concretização do princípio da não duplicação de meios para fins idênticos; foi atestada a inviabilidade financeira e material da carreira docente, considerada pedra de toque da reforma; houve proliferação indiscriminada de cursos de pós-graduação e de graduação,

estes últimos oferecidos por escolas isoladas e particulares, apesar de o padrão de organização proposto pela reforma ser o de universidade.

O ensino superior brasileiro pós-reforma, presidido pela lógica empresarial e pela modernização, derrubando os esforços em direção à universidade crítica que se propunha, apresentou um quadro de crescente precariedade de condições de estudo e trabalho, uma falsa democratização do ensino, a sua massificação, a profissionalização desvirtuada, o desemprego antecipado.

A estrutura de poder autoritário impôs, como mecanismo de controle, a fragmentação pedagógica e administrativa sustentada pela centralização burocrática. A escolha dos dirigentes e dos docentes não se pauta por critérios acadêmicos. Os critérios que presidem as decisões de ordem econômica, educacional, cultural, social e política são externos e estranhos à universidade, donde a caracterização da universidade feita por Mari-
lena Chauī (1980:43) como uma "realidade heterônoma" que desco-
nhece a autonomia.

Finalmente, se antes de 1968, o ensino superior brasileiro, fundamentado no ideário liberal, tinha o papel de criar elites dirigentes, após a reforma modernizadora, passou a ter o papel de formar mão-de-obra para atender o instável mercado de trabalho, imposto pelo capitalismo monopolista. A universidade não se encontra preparada para esse papel e, muitos não o aceitam. Passa ela a ser entendida, então, como "inútil" culturalmente.

CAPÍTULO II
O PROCESSO HISTÓRICO DA PUCCAMP NO CONTEXTO
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Semelhante à maioria das instituições de ensino superior do Brasil, a PUCCAMP teve seu início num aglomerado de cursos humanísticos, reunidos numa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de uma Faculdade de Ciências Econômicas. Tais Faculdades, mais a Escola de Biblioteconomia, em 1946, foram agregadas à Universidade Católica de São Paulo. Ao alcançar o número de cursos exigido pela legislação vigente, em 1955, a PUCCAMP se desmembrou da Universidade Católica de São Paulo e passou a constituir a Universidade Católica de Campinas, recebendo, posteriormente, do Vaticano o título de Pontifícia, mais precisamente, em 1972.

Na evolução histórica da PUCCAMP, encontramos impasses, contradições, recuos e conquistas coincidentes com os das demais universidades brasileiras, características essas que denunciam a falta de organicidade e de integração entre o pedagógico, o administrativo e o financeiro, como em todo o sistema de ensino brasileiro.

No alvorecer da década de 80, assistimos esperançosos a um movimento de reestruturação da universidade brasileira, concretizado por eventos científicos que tinham a reestruturação como tema central; por manifestos e publicações de obras de au

tores de vanguarda, interessados na reversão do quadro existente; por estudos e encontros realizados por algumas IES e pelas associações representativas de docentes, em nível nacional e local. A PUCCAMP fez parte desse movimento e deu a sua contribuição.

1. O PROJETO GERADOR DA PUCCAMP E SEU PERCURSO

ATE 1980

O ensino superior católico, no Brasil, como vimos, surgiu de um projeto político-cultural da Igreja Católica, para combater o positivismo, o liberalismo político e a laicização do ensino e da cultura. A esse propósito correspondia uma resposta concreta da Igreja que era a de formar líderes cristãos e de recristianizar a sociedade.

A criação da PUCCAMP foi norteadada por esses objetivos, assim como a de outras instituições de ensino superior católicas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, a PUC e a Escola Santa Úrsula, estas últimas do Rio de Janeiro. Essas instituições foram fundadas na mesma época, no princípio da década de 40, confirmando o plano de ação universitária traçado pela Igreja no Brasil.

Em 1941, foram criadas a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, berço da PUCCAMP. Foram inicialmente instalados oito cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, quais sejam: Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Matemática. No mesmo ano foi fundada a Sociedade Campineira de Educação e Instrução pelo Bispo Diocesano, para ser a entidade man-

tenedora dos estabelecimentos de ensino da Diocese. O restante do ano de 1941 foi destinado aos pedidos formais para organização e funcionamento dos cursos junto aos órgãos governamentais, ao registro dos estatutos, à nomeação do primeiro diretor, ao contrato dos professores e à realização da 1ª Reunião da Congregação de Professores.

O primeiro concurso de habilitação se deu no início de 1942, o qual selecionou duzentos e quarenta alunos para os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e quarenta alunos para o curso da Faculdade de Ciências Econômicas.

A dimensão filosófica do projeto gerador da PUCCAMP se fundamentava nos ideais da Igreja, direcionados para a "regeneração" da sociedade brasileira, definindo o perfil do intelectual que pretendia formar nos seguintes termos: "o de um filósofo, acima de profissional, um missionário, um vocacionado, um civilizador, um formador de personalidade, um patriota, um sábio, um ser de deveres para com Deus, a pátria e para consigo mesmo" (Jeanete L.M. Sã, 1984:91).

Para um perfil de profissional tão exigente, a proposta de ensino deveria objetivar a formação integral da personalidade humana, em bases aristotélico-tomistas; a organização curricular deveria se orientar pela subordinação das Ciências Especulativas à Ética e desta à Teologia. A Filosofia seria núcleo de integração das disciplinas.

A realização desses pressupostos básicos e respectivas propostas, na prática universitária, conforme análise curricular procedida por Jeanete L.M. Sã (1984) sobre os três primeiros anos de funcionamento da Universidade, não correspondeu ao projeto gerador. Os objetivos educacionais não foram definidos de modo coerente com o projeto inicial, portanto a prática pedagógica não revelava a base filosófica defendida, e não apre-

sentava organicidade.

A ação educativa da PUCCAMP, de 1941-1944, ao invés de formar "reformadores sociais", como era seu projeto, contribuiu para o conformismo social, ajustando o educando à sociedade da época, sem questioná-la. Desenvolveu um processo educacional frágil, caracterizado por oferecer disciplinas desconexas e isoladas entre si, pela fragmentação do processo de conhecimento, pela ênfase às especialidades científicas do século XIX e XX, pelo sentido dado à ciência como atividade neutra, pela visão monolítica de homem e de mundo. Ao isolamento da Universidade em relação à situação social mais ampla, crescia-se a falta de integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Como vimos, no capítulo anterior, nas décadas de 30 e 40, o Estado se auto-aplicava o papel de tutor da Nação, dirigindo e controlando, no caso, o sistema educacional. O poder ideológico da educação foi, nessa época, "descoberto" e a escola foi explicitamente considerada aparelho útil e necessário para a formação das elites dirigentes e para o preparo de mão-de-obra qualificada para o trabalho.

Embora o ensino superior católico se fundamentasse em doutrina e ideologia próprias, o que lhe garantiria maiores chances para explorar a margem de autonomia didática e administrativa, concedida pela Reforma Francisco Campos (1931), a mediação do Estado se fez presente nas escolas católicas para além da simples fiscalização e concessão dos diplomas de habilitação, como era previsto. E, o que foi pior, foi uma mediação estatal consentida.

No caso da PUCCAMP, a estrutura curricular adotada foi cópia do modelo-padrão oficial da Faculdade Nacional de Filosofia. Como sabemos, esta foi criada para substituir a função integradora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, defini

da pela Reforma de 1931, e anular os seus efeitos com vistas a conseguir maior organicidade entre as disciplinas e cursos da Universidade. Dessa forma, a PUCCAMP deixou de ocupar o espaço de relativa autonomia possível, atrelando-se ao Estado.

Os pontos de estrangulamento didático-administrativo e de organização curricular encontradas na PUCCAMP nos três primeiros anos de sua existência, conforme estudo de Jeanete L.M. Sã (1984) já mencionado, não foram superados nos anos que se seguiram.

A visão mecanicista de educação e o respectivo modelo de currículo, a fragmentação do saber, a divisão e a especialização do trabalho intelectual, a subordinação do humano ao científico e, progressivamente, do humano e do científico ao econômico, são traços que perduram e se acentuam ao longo da história da PUCCAMP, assim como do ensino superior brasileiro. Os valores filosóficos e religiosos proclamados são os mesmos que os defendidos pelo movimento cultural católico da década de 30.

Durante um quarto de século a estrutura administrativa, acadêmica e financeira da PUCCAMP foi centralizada na pessoa do Reitor, seu fundador, figura proeminente na sociedade campineira e nos meios políticos e educacionais do país, uma figura mesmo carismática: Monsenhor Emílio José Salim. As questões do seu mister ele as resolvia conforme suas convicções na fé cristã e no sacerdócio e, devido ao seu prestígio pessoal e liderança, distanciava-se do planejamento e soluções em bases científicas. Apesar disso, o Reitor conseguiu manter e administrar a "sua obra" de forma eficiente. O abalo desse estilo de administração o levou à morte, conforme veremos adiante.

No decorrer da década de 60 apareceu um fato novo para as universidades católicas: a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das subsequentes reuniões que trataram especi

ficamente da educação católica na América Latina interpretadas à luz do Concílio e realizadas em Medellín (1968) e Puebla (1979). Como vimos, a Igreja pós-conciliar traçou um novo marco doutrinário e um novo perfil educativo para as universidades católicas. A idéia de "reforma" das estruturas sociais foi substituída pela idéia de sua "transformação".

Entretanto essa nova concepção da educação católica, se influenciou na PUCCAMP, foi percebida apenas na ação de alunos, professores e do clero mais progressista, tendo sido logo abafada pela Administração que se iniciou na Universidade, a partir de junho de 1968.

Em todo o país, a derrota das bandeiras da UNE, embutidas no anteprojeto da LDB (1961), acirrou o já intenso movimento estudantil. Na PUCCAMP, de 1960 a 1964, o movimento discente teve um significativo fortalecimento não só porque guardava relação com a luta nacional dos estudantes, mas porque contou com um bem organizado movimento de Ação Católica, denominado Juventude Universitária Católica - J.U.C. A JUC mantinha núcleos em todas as faculdades, ou seja, grupos de adeptos que se reuniam para estudo, oração e planejamento da ação. Pelos princípios filosóficos e teológicos da Ação Católica os jucistas deveriam estar sempre presentes em todas as situações do ambiente universitário para levar o seu testemunho cristão e a mensagem evangélica.

Pela inegável liderança, força política, organização e nível de participação, a JUC da PUCCAMP provocou e sustentou a renovação do movimento estudantil local. Os Centros Acadêmicos, nessa época, desenvolviam apenas atividades recreativas sem nenhuma perspectiva política. Para alterar esse esquema, o Centro Acadêmico "XVI de Abril" da Faculdade de Direito lançou um manifesto que propunha uma forma participada de condução do

Centro Acadêmico, conforme modelo parlamentarista, copiando-se o regime de governo instalado no país, naquele ano. Esse episódio denominado "Movimento XVI de Abril" e liderado por jucistas representou a forma histórica de a JUC politizar o movimento estudantil da PUCCAMP.

A orientação da cúpula eclesiástica da JUC, em nível nacional, proibia que seus membros ocupassem cargos políticos. Isso era uma contradição, pois, à medida que os jucistas participavam ativamente do movimento estudantil e o lideravam, tornavam-se candidatos naturais para ocupar os cargos em disputa. Foi preciso a interferência de um bispo mais sensível à politização, junto à CNBB, para se conseguir a abertura desejada. Assim, em 1962, a presidência de todos os Centros Acadêmicos das Faculdades da PUCCAMP, exceto de uma, foi ocupada por jucistas.

Tal presença significativa da JUC na PUCCAMP contribuiu para gerar mudanças qualitativas no movimento estudantil, tornando-o mais participativo. Isso garantiu a realização da bem sucedida "Greve do 1/3", prontamente atendida na sua reivindicação. Nas reuniões das congregações e colegiados, a participação dos acadêmicos sempre foi marcante e elogiada, representando ganhos importantes para o ensino.

Logo após o golpe político-militar de 1964 não houve uma repressão explícita contra os alunos, na PUCCAMP. A JUC local foi perdendo a sua liderança e, em seu lugar, foi se fortalecendo o movimento denominado Ação Popular, de cunho político-ideológico, fundado por uma ala da JUC, mais comprometida com a transformação social. Em nível geral e nacional houve uma rearticulação do movimento estudantil e a defesa de novas bandeiras, a partir de 1965.

A par da efervescência estudantil, presente no período de 1960 a 1964, os professores da PUCCAMP eram, em sua maioria,

reacionários e desarticulados pedagógica e politicamente. Buscando uma renovação do quadro docente, o Reitor convidou vários elementos da liderança da JUC para serem professores da PUCCAMP.

Imbuídos dos princípios cristãos e da idéia evangélica de serem "fermento na massa", esses novos professores entenderam que deveriam "assumir o meio" em que trabalhavam, o que significou diagnosticar os valores existentes, os problemas e a propor soluções que reestruturassem a PUCCAMP. Pelo método próprio da Ação Católica —VER, JULGAR e AGIR— foi identificada uma alienação da Universidade em relação à realidade brasileira, o que levou os professores a proporem várias alterações na ação, guiadas por duas máximas:

- "A universidade deve ser a consciência crítica da realidade nacional".
- "A cultura, que é criação espontânea do povo, deve ser elevada ao nível do saber".

Assim foram concretizadas, nessa época, significativas mudanças curriculares na PUCCAMP:

- a) revisão da metodologia de ensino que passa a explorar as manifestações culturais, locais e nacionais, como núcleo do processo do conhecimento (professores e alunos assistem a espetáculos de arte e cultura, levados na cidade e região, os quais são retomados em aula);
- b) reativação do Curso de Ciências Sociais;

- c) alteração da grade curricular do Curso de Filosofia, atendendo o currículo mínimo oficial e, incluindo disciplinas da área de Ciências Sociais no currículo pleno;
- d) alteração no conteúdo das disciplinas do Curso de Filosofia, deixando de privilegiar a Escolástica como única escola filosófica e passando a tratar de todas as correntes de pensamento registradas na História;
- e) mudança na qualidade dos debates realizados nas reuniões das Congregações e Colegiados, passando do teor meramente burocrático para o político;
- f) estreitamento da relação entre Universidade e a Sociedade por meio da presença dos professores (principalmente daqueles que tiveram um passado político ativo enquanto alunos) nos acontecimentos da cidade, como palestristas e debatedores;
- g) alteração qualitativa no quadro docente, por meio da avaliação contínua, e no processo que acontecia nas instâncias acadêmicas, passando-se a questionar a competência dos professores mais acomodados e a sua disponibilidade para renovar a metodologia e rever o conteúdo das disciplinas que ministravam;
- h) reestruturação do Curso de Pedagogia, passando a formar o técnico e o especialista em Educação

e deixando de objetivar a formação do pedagogo generalista⁽¹⁾. As alterações ampliam o campo profissional do pedagogo que, além do magistério das disciplinas do Curso Normal, passa a ter a habilitação para o exercício das atividades de Orientação Pedagógica, de Administração Escolar e de pesquisa em Educação.

Os estudos para a reestruturação do Curso de Pedagogia foram realizados, em 1967, por uma equipe composta por uma Coordenadora do Curso, alunos e professores, sendo implantada no ano seguinte.

Desse processo participativo de reestruturação resultou que um aluno, membro da equipe de estudos, na qual teve expressiva atuação, se projetasse entre os colegas e fosse, ao final do ano, eleito presidente do Centro de Estudos Pedagógicos, órgão que pertencia ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras⁽²⁾. Tal fato foi o início de um dos episódios mais delicados e complexos da história da PUCAMP, que tomou dimensões políticas inesperadas.

Em dezembro de 1967, ao recém eleito presidente do Centro de Estudos Pedagógicos o Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras negou matrícula para o ano letivo seguinte.

(1) Interessante notar que mesmo antes da Reforma Universitária de 1968, que oficializou as habilitações do Curso de Pedagogia, havia uma adesão entusiástica às especializações profissionais entre aqueles que, na época, eram tidos como progressistas. Isso nos leva a duas conclusões: 1) os valores do Concílio Vaticano II não estavam incorporados na filosofia de educação da PUCAMP; 2) a concepção mecanicista de educação era ideologicamente forte a ponto de obstaculizar a sua superação. Por outro lado, o questionamento a essa concepção de educação provocado pelo Projeto Pedagógico levou o Curso de Pedagogia a nova reestruturação, a partir de 1987, voltando a formar o profissional generalista.

(2) A partir de 1966 os Centros Acadêmicos passam a denominar-se Diretórios Acadêmicos.

Os motivos alegados, que aparecem na transcrição de entrevistas, nas atas das reuniões dos colegiados, nas declarações à imprensa, nas cartas do Diretor aos professores, alunos e funcionários, dizem respeito à indisciplina, desrespeito, insolência, antipatia e falta de fé cristã do aluno. Em alguns depoimentos há referência ao fato de o Centro de Estudos Pedagógicos sempre ter sido presidido por mulher e que o curso era eminentemente feminino, o que tirava o sentido de ser assumido por um homem (sic!).

Inconformado com a falta de fundamentos objetivos, o aluno passou a fazer uma campanha em prol do seu direito de defesa, o que foi negado várias vezes. Para tanto, mobilizou todos os diretórios acadêmicos da PUCCAMP, expediu comunicados abertos, contatou políticos, a imprensa local e da capital e o próprio MEC.

Frente aos seus propósitos, o aluno recebeu apoio de todos os diretórios acadêmicos da PUCCAMP e de várias Universidades do Estado, de políticos, de assembléias de alunos, realizadas nos meses de férias (janeiro e fevereiro) com presença de mais de 300 colegas, de declaração de apoio de vários professores, de abaixo-assinado com quase 1.000 assinaturas de alunos e outro de professores.

Como resultado de uma assembléia então realizada, os alunos decidiram não efetuar a sua matrícula até que fosse reconsiderado o ato de transferência do aluno prejudicado e reexaminado o aumento da anuidade de 50% com base no aumento salarial daquele ano, de 20% apenas.

Mediante a exposição de motivos elaborada por professores situacionistas, o Conselho Universitário reconsiderou o aumento das anuidades para todas as séries, exceto para as primeiras séries e ratificou a decisão do Diretor quanto à trans-

ferência do aluno em questão.

A campanha a favor do aluno e dele próprio pelo seu direito de matrícula e de defesa continuou. O aluno conseguiu liminar para fazer a sua matrícula e, entrou, na justiça, com um mandado de segurança.

No desenrolar dos fatos, a Coordenadora do Curso de Pedagogia recebeu, por escrito, um comunicado do Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, avisando-a do encerramento do seu mandato na coordenação. Essa medida passava por cima de normas existentes que regiam a eleição e a recondução dos coordenadores aos seus mandatos. Tal situação uniu os professores de posições mais progressistas e menos atrelados ao poder, recrudescendo o movimento estudantil.

Já era maio de 1968. O movimento estudantil nacional e mundial estava no auge de sua efervescência. Os acadêmicos da PUCCAMP invadiram o Prédio Central da Universidade e tomaram posse dele por três dias, exigindo solução ao caso do aluno, a saída imediata do Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a eleição direta dos nomes dos candidatos a direção de Unidade Acadêmica para formar a lista tríplice.

Quanto às modificações na regra das eleições para Diretor, o Conselho Universitário as acatou. Quanto à saída do Diretor, foram encaminhadas soluções temporárias, como licença do trabalho. Quanto ao caso do aluno, as posições foram ratificadas, embora a pressão dos professores mais "iluminados" fosse, agora, explícita para que se desse o direito de defesa ao aluno e se institucionalizasse a participação da comunidade universitária na solução dos problemas da Universidade. Um dos argumentos desses professores se referia ao desgaste da Instituição interna e externamente.

As pressões relativas ao caso do aluno continuavam de am

bos os lados. Pela imprensa, o promotor da cidade e professor da Faculdade de Direito⁽³⁾ passou a defender o Reitor, o Diretor e a Instituição, no que foi seguido por outro professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em defesa do aluno continuavam as manifestações de solidariedade, as cartas abertas à comunidade interna e externa, as entrevistas pelos jornais.

Finalmente, o mandado de segurança deu ganho de causa ao aluno e o Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não teve outra saída senão a de afastar-se definitivamente do cargo. Ao mesmo tempo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para abrir sindicância com base nas denúncias do aluno, exigindo que o Reitor e o Diretor envolvido depusessem sobre a negação de sua matrícula. Completando essa sucessão de fatos, bastante veiculada pela imprensa, o Reitor veio a falecer, ainda no mês de junho de 1968. Sua morte foi "anunciada" como uma consequência de todo o drama vivido nesse ano.

A PUCCAMP, no primeiro semestre de 1968, foi testemunha de um movimento estudantil forte, articulado e posicionado nas suas propostas; foi, também, palco do embate de forças progressistas e reacionárias, que punham em jogo o poder e a autoridade instituída e o movimento de reestruturação dos cursos, de democratização interna, de competência técnica e política.

Enquanto isso, no governo federal, um golpe político interno, de pequenas repercussões, levou para o poder uma ala militar mais dura e mais severa. Encontrava-se na fase final de preparação, junto ao MEC, o projeto de lei da Reforma Universi

(3) Esse professor veio a ser o 29º Reitor da PUCCAMP, tendo permanecido no cargo por 12 anos (1968-1980).

tária, que chegou como resposta aos "apelos" dos estudantes, desfazendo as esperanças de reestruturação da universidade: junto com a Reforma vieram os dispositivos legais que dispunham sobre a cassação de alunos e professores e a repressão a eles!

Na PUCCAMP, houve a eleição direta para Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas. Ambas as direções foram empossadas. Paralelamente, iniciou-se uma luta pelo poder central. Sem que fosse do conhecimento de todos os professores, o promotor da cidade e professor da Faculdade de Direito, acima mencionado, ainda no primeiro semestre, passou a ocupar a Vice-Reitoria da Universidade. Com a morte do Reitor, o Bispo Diocesano procedeu a uma consulta aos Diretores das Unidades Acadêmicas para obter consenso quanto ao nome do Vice-Reitor para ocupar a Reitoria. Como houvesse demora no processo de consulta, uma vez que o Bispo se encontrava velho e muito doente (faleceu dois meses depois dessa data), o Vice-Reitor providenciou uma bula papal, designando-o Reitor. Tal documento foi possível graças à interferência de um cardeal brasileiro, ex-professor da PUCCAMP, que servia no Vaticano. Por outro lado, havia uma orientação da CNBB no sentido de que os cargos diretivos das universidades católicas fossem ocupadas por leigos, o que favoreceu a escolha do referido professor.

Inicia-se uma nova era na PUCCAMP. Se a primeira Administração Superior da Universidade (1941-1968) foi centralizada na figura do Reitor, pelo seu carisma e liderança, esta é centralizada na figura do Reitor por outros motivos. Repetia-se, no interior da PUCCAMP, o que o país estava vivendo em termos de repressão, de autoritarismo e de clima de medo.

A Faculdade de Ciências Econômicas, liderada pelo recém eleito Diretor, elaborou o seu novo Estatuto, para adequá-lo à

Reforma Universitária, assim como o fez a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Durante a reunião do Conselho Universitário em cuja pauta figurava o estudo e a aprovação do novo Estatuto, foram introduzidas mudanças nos seus aspectos essenciais e aprovados numa rápida manobra de votação, sem que os interessados tivessem tempo para reverter o processo e o resultado a que chegaram. O pedido de vistas ao processo foi negado.

Ao final da reunião do Conselho Universitário, sabendo dos resultados, os alunos de Ciências Econômicas se revoltaram e panfletaram o Pátio dos Leões⁽⁴⁾ com os seguintes dizeres: - "ABAIXO O C.U." A utilização das iniciais da expressão Conselho Universitário foi entendida como ofensa moral aos seus membros e, sob a alerta dos seus efeitos, os alunos despregaram os panfletos, com a ajuda do próprio Diretor. Horas depois, novos panfletos foram colados, mas sem os dizeres "indecorosos".

Apesar da aparente normalização da situação, no dia seguinte pela manhã, o Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas foi sumariamente demitido por acobertar a indisciplina dos alunos. Militares foram solicitados pela Reitoria para ocupar o pátio da Universidade a fim de manter a ordem e impedir qualquer manifestação de solidariedade dos alunos. O mesmo Diretor demitido foi aposentado pelo vigente AI-5 da função que exercia na Universidade de São Paulo (USP), dias após a sua demissão da PUCCAMP. O Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas foi suspenso por 30 dias e, posteriormente fechado, sob a alegação de atos de indisciplina e subversão da ordem.

(4) "Pátio dos Leões" vem a ser o recinto ao ar livre, pelo qual se adentra no Prédio Central, um dos prédios da PUCCAMP. Os enormes portões de ferro têm dois leões esculpidos, encimando cada uma das colunas que os sustentam, daí o seu nome.

Em nome do princípio de autoridade e de hierarquia, ao Diretor demitido não foi dado o direito de fazer a sua defesa, apesar da pressão de alguns colegas. Os fatos estavam consumados e aos professores, solidários a ele, foi recomendado pelo Reitor apoio às decisões da Administração Superior, pois corriam o risco de serem presos por motivos ideológicos.

No dia seguinte à demissão do Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas foi realizada uma reunião do Conselho Universitário para "discutir" essa questão e referendar a decisão já consumada. Acontece que o Reitor precisava de um ato de poder institucional para anular a determinação do Arcebispo Metropolitano de compor uma comissão de inquérito, exigida pelo Conselho de Presbíteros da Diocese, para apurar a demissão do professor.

Além do Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, foram demitidos mais três professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, todos de grande liderança nos seus respectivos cursos.

Os Colegiados já não tinham mais a função de deliberar, mas de ratificar os atos do Reitor, deferidos "ad referendum", na sua maioria, conforme consta das atas das reuniões. Proliferaram as portarias internas de proibição de toda e qualquer reunião ou manifestação de alunos e professores, no recinto da Universidade.

Por coerência aos compromissos assumidos por ocasião da eleição direta e à proposta de trabalho coletivo, agora impossível, a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pediu demissão em 19/03/1969.

A situação de derrota política refletia-se principalmente nos cursos de Filosofia e de Psicologia. E o apoio do Conselho de Presbíteros era inútil, pois as aulas eram atribuídas a pessoas do clero, despreparadas academicamente e sem vivên-

cia política, esvaziando o ideal da luta. A notícia de existência de um "listão" de demissão de professores completava o clima de medo e de repressão.

Analisando o contexto da situação, 49 (quarenta e nove) professores dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Matemática, Letras e Filosofia, elaboraram e assinaram uma carta-denúncia em que relatavam os fatos e as ameaças que sentiam, o que justificava colocar à disposição os seus cargos. Na verdade, era uma estratégia de impacto, uma vez que três dos cursos ficariam sem nenhum professor, buscando-se reverter as ações e o clima imposto. Para surpresa geral, o Reitor aceitou a "disponibilidade" dos professores e todos tiveram que pedir demissão.

Se a "carta-denúncia", que se tornou "carta-renúncia", foi a melhor saída para aquele momento, não se sabe. Alguns professores ainda acham que deveriam ter permanecido sob todas as penas que sofriam e enfrentado o desafio.

Ao final de alguns meses de intenso desgaste moral e político, na madrugada do dia da demissão, dois professores demissionários refletiram sobre a *solidão* que se iniciaria a partir daquele momento em que acabaram de perder o espaço humano e cultural, o qual representava suas próprias vidas. Um deles, em tom profético, afirmou: "Serão necessários 20 (vinte) anos para se recompor a geração de alunos e professores que ora perde o seu espaço"⁽⁵⁾.

Todas as características que marcaram o início da Administração do segundo Reitor da PUCCAMP permaneceram ao longo da década de 70. O poder político da Universidade ficou centra

(5) No corrente ano completa-se o tempo da "profecia". Vivemos um clima de reestruturação e de abertura conferida pelo Projeto Pedagógico. - Resta saber se estamos realizando o POSSÍVEL de hoje.

lizado na figura do Reitor, cujo exercício era amparado p o r uma procuração do Arcebispo Metropolitano que lhe concedia amplos poderes e pelos Estatutos e Regimentos da Universidade. De les, destacamos os mecanismos mais flagrantes de controle:

- ao Reitor cabia escolher todos os diretores e vice-diretores (os quais representavam 80% dos órgãos colegiados, CONSUN e CONCEP);
- ao CONSUN cabia fazer a lista sêxtupla para escolha do Reitor;
- ao Reitor cabia nomear o coordenador de Departamento, indicado pelo Diretor;
- ao Reitor cabiam amplas atribuições de admitir, licenciar e demitir funcionários e professores, capelões, pesquisadores, diretores e vice-diretores;
- ao Reitor cabia convocar as eleições estudantis;
- ao Reitor cabia direito de veto às decisões do CONCEP e do CONSUN, que sō era rejeitado com apoio de 2/3 dos seus membros;
- ao Reitor cabia aplicar sanções disciplinares aos professores e funcionários e o diretor deveria aplicã-las aos alunos.

Pelo exame das atas do CONSUN e do CONCEP de 1974 a 1979, realizado por Corinta M.G. Geraldi (1986:13-4), foi constatado que "a data das reuniões desses órgãos colegiados era a mesma, com uma hora de diferença e ambas no mesmo período. Nos assuntos de pauta, além dos estatutários e regimentais que, via de regra, se manifestavam como "referendum" a decisões já tomadas

pelo Reitor, constava sempre um tópicos denominado – votos de congratulações e pesar. E, em grande parte, a decisão e depois a cerimônia de outorga de títulos honoríficos da Universidade". As pautas demonstravam, por si, o exercício do poder do Reitor, tanto pela frequência do pedido de "referendum" como pela atribuição de honraria social, que mantinha os órgãos colegiados sob seu controle.

A PUCCAMP atravessou os anos 70 e chegou a 1980 apresentando o seguinte quadro:

- aumento expressivo do número de alunos (de 2.000 para 18.000) e, conseqüentemente, de prédios (foram construídos dois campi);
- aumento do número de vagas nos cursos noturnos e na área de humanidades, ministrados em precárias condições de trabalho;
- aumento dos cursos técnicos e de sofisticado aparelhamento das instalações da área da saúde;
- isolamento das Unidades Acadêmicas entre si;
- ausência de critérios e parâmetros administrativos e pedagógicos;
- clima de conchavos e de permuta de cargos e favores;
- repressão ideológica por meio de mecanismos autoritários de poder.

2. 1980: O ANO DA TRANSIÇÃO

Já se fazia sentir na comunidade universitária as influências da Associação dos Professores da PUCCAMP – APROPUCC – criada em 1978, no sentido de desacomodar a situação reinante. A entidade procurava conquistar um espaço, enquanto representante dos professores. Logo depois, os funcionários se organizaram em torno de sua entidade, a Associação dos Funcionários

da PUCCAMP, AFAPUCC.

A Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, antes cargo simbólico e desconhecido de muitos, estava ocupada há dois anos por um professor que procurou valorizar a área por meio de várias iniciativas. Primeiro, criou a Câmara Curricular que, aprovada pelo CONSUN pela diferença de um voto, tinha a função de normatizar a vida acadêmica, carente de critérios e organização. Formou, também, uma comissão de estudos, com representante de todos os cursos, para elaborar uma proposta salarial e de carreira docente que contemplasse soluções justas e igualitárias.

Dessa comissão de estudos participaram membros da diretoria da APROPUC e todos os esforços se encaminharam para que aquele momento fosse o de reconhecimento de sua representatividade, até que conseguiram participar de uma reunião do CONSUN para apresentar a proposta estudada. Como alguns conselheiros já haviam se rebelado nos colegiados contra decisões frontalmente parciais, principalmente quanto à desigual atribuição de titularidade acadêmica e de salários a professores possuidores dos mesmos direitos, o clima no CONSUN foi receptivo à proposta da comissão, aprovando parte dela.

O serviço da Secretaria Geral era centralizado e acumulado, pois não cresceu proporcionalmente ao aumento do número de alunos. Em consequência, os registros acadêmicos e o atendimento ao aluno e ao professor eram precários. A Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos estudou um plano de setorização da secretaria que proporcionasse maior eficiência ao serviço e maior proximidade ao usuário. Era, também, uma forma de evitar distorção de qualquer natureza na área acadêmica. As secretarias setoriais foram implantadas, mas não foram bem sucedidas por provável ação de boicote contra a transparência que se queria dar

aos serviços.

Como a PUCCAMP não possuía vida departamental e sim alguns departamentos desconexos, desconhecidos da maioria dos docentes, definidos apenas para cumprimento legal, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos desencadeou um estudo e uma ampla discussão sobre o assunto. Formaram-se grupos de professores por Unidades Acadêmicas, interunidades, por áreas de conhecimento, para elaborarem a departamentização. Foram meses de estudo e discussões proveitosas que valeram pelo resultado e, muito mais, pelo processo que se constituiu na oportunidade de os professores se conhecerem, de conferirem os seus anseios, de identificarem lideranças, de formarem a consciência do coletivo.

A par desses expedientes internos, havia um clima de insatisfação entre os professores e entre alguns membros do CONSUN, mesmo entre aqueles que tantas vezes foram cooptados pelo poder. A PUCCAMP estampava uma imagem de instituição incompetente nas suas funções específicas e de corrupção.

Em fins de 1979 e no 1º semestre de 1980 vários acontecimentos concorreram para o agravamento da situação existente, os quais envolveram a pessoa do Reitor, os alunos, os professores, os Colegiados, as entidades representativas, a CNBB e o próprio Vaticano. Se o período de 1968 a 1978 foi de repressão, autoritarismo e arbitrariedades, ele o foi sob o clima do medo e de escassas denúncias. A partir de então estabeleceu-se a prática do direito da fala, de apontar as contradições, os desmandos e a corrupção.

A notícia da extinção do Curso de Ciências Sociais foi interpretada pelos alunos como uma forma de a Administração da Universidade, deliberadamente, impedir a continuidade de um curso politizante. As explicações da Reitoria recaíam sobre a

ausência de candidatos às suas vagas, oferecidas para 1980, mas os alunos, convictos de suas razões, entraram em greve, à qual 43 cursos da Universidade aderiram. Várias entidades universitárias manifestaram o seu apoio à causa da greve que durou 21 dias. O Curso de Ciências Sociais não funcionou em 1980, mas reabriu em 1981, totalmente reestruturado, o que compensou o movimento pela sua manutenção.

A cobrança feita aos alunos de uma sobretaxa de 10% do valor da anuidade de 1979 resultou num bem sucedido boicote ao seu pagamento de 10.000 alunos, liderado pelo DCE. A presença de funcionários da segurança da Universidade junto aos postos de recolhimento dos carnês, a mando da Reitoria, agravou a crise. A Administração Superior da Universidade tentou contornar o problema, propondo parcelamento do valor e oferecendo bolsa de estudos para aqueles que não podiam efetuar esse pagamento extra. As propostas foram rejeitadas e serviram para levantar sérios questionamentos sobre as finanças da Universidade.

A Reitoria foi pressionada pelo DCE, pela APROPUC e por membros do CONSUN para apresentar um balanço financeiro da Instituição. O Grão-Chanceler foi contatado pelas entidades com essa mesma finalidade. A imprensa se encarregou de divulgar o assunto pelos jornais. Após várias tentativas de apropriação desses dados, as finanças da PUCCAMP tornaram-se públicas: havia um déficit de 400 milhões de cruzeiros. Nessas buscas foram encontrados dois balanços do mesmo ano com resultados diferentes, o que aumentou sobremaneira a desconfiança de todos quanto à justeza da contabilidade apresentada.

Por meio da investigação de um professor, demitido em 1979 por motivos ideológicos, outro desmando, na área financeira da Universidade foi descoberto. Foi passada uma escritura simbólica de compra e venda de um terreno doado à PUCCAMP para

a construção do Campus II, possibilitando a sua comercialização. Além das acusações de ganhos ilícitos e de uso indevido de imóvel doado, ao Reitor foi atribuída a "grilagem" de terras: o loteamento não respeitou as demarcações vizinhas.

Para discutirem os problemas vindos à baila, os estudantes realizaram uma reunião no Salão Nobre do Prédio Central. Criou-se, então, uma polêmica em torno do uso desse local: para os alunos, era um direito seu ocupá-lo, mesmo sem autorização; para a Reitoria, era uma ordem desobedecida, uma "tomada" indevida e, por isso, os alunos mereciam ser punidos. Os Diretores das Unidades Acadêmicas receberam a lista dos alunos que deviam ser suspensos por esse ato; entretanto, um deles se recusou a fazê-lo e divulgou a existência da lista, provocando pressões de todos os lados, desmentidos de várias fontes e contra-ordens.

Na solenidade da colação de grau dos formandos do Curso de Comunicação Social, em janeiro de 1980, alguns deles foram impedidos de participar do ato, por não terem tido a frequência mínima durante o ano letivo de 1979. A peculiaridade da ocasião, carregada de significado acadêmico, social e afetivo, constrangeu a todos os presentes. Por outro lado, uma aluna de uma das séries intermediárias do Curso notou, nas listagens afixadas dos alunos, que, estranhamente, dois alunos estavam aprovados sem terem frequentado o Curso, sem terem feito as provas e... com nota dez. Essa aluna, também jornalista na cidade, preparou uma matéria sobre esses alunos "superdotados", porque recebiam nota máxima sem estudo e "fantasmas", porque não compareciam às aulas e às provas e "bolsistas" porque não pagavam as mensalidades e, acima de tudo, "privilegiados", porque usavam das prerrogativas dos altos cargos que ocupavam na Universidade pois tratava-se do Reitor e do Secretário Geral.

Foi o estúpido! O assunto ganhou as primeiras páginas dos jornais da cidade e da região, por longos meses. A Associação Brasileira de Imprensa se manifestou, repudiando os acontecimentos e a formação do jornalista nes ses moldes.

O caso, que ficou conhecido como o caso dos "superalunos", passou por uma sindicância exigida por alunos e professores, junto à Administração da Universidade e junto ao MEC. A formação da Comissão de Sindicância e a análise do respectivo parecer sofreram inúmeras manobras, conforme a atuação de duas alas: aquela que defendia os "superalunos" e procurava contemporizar os fatos e aquela que agia contrariamente. Nesse jogo de forças revelou-se a luta de interesses, de posições e de poder.

Os argumentos de defesa dos "superalunos" agravaram ainda mais o caso: entre 765 irregularidades apontadas nas atas de exame final de 1979, os dois casos tiveram o respaldo de um "se justificam" (sic!); e, ainda, a atribuição de nota aos "superalunos", sem que tivessem feito provas, seria uma questão de "foro íntimo" (sic!).

Nos três primeiros meses de 1980, foram demitidos 17 professores de diferentes cursos. A tensão explodiu quando da demissão do então Presidente da APROPUC. Os motivos alegados diziam respeito a alterações curriculares. Entretanto, esses motivos eram sabidamente ideológicos. O DCE e a APROPUC se uniram pelo retorno dos demitidos; foi realizada uma aula inaugural, no Pátio dos Leões, com a alocação de um dos demitidos sobre a "Democratização da Universidade". Manifestações de repúdio e de solidariedade chegaram de várias entidades escolares e universidades do Brasil.

A situação tomou tal vulto que os alunos fizeram um ato público, se guido de uma passeata pela cidade, sob o lema: "Pela moralização da PUC-CAMP".

As denúncias de todos esses fatos se sucederam junto ao Núncio Apostólico no Brasil, aos Bispos da CNBB, ao Grão-Chancelar da Universidade, à imprensa de Campinas e São Paulo, aos participantes dos Encontros da ANDES e do III Conselho de Entidades Estudantis.

No dia 30/03/80 expirou a procuração do Reitor, concedida pelo Arcebispo Metropolitano Titular, cessando a representação jurídica e financeira do beneficiado. A Arquidiocese é assumida pelo Arcebispo Adjunto, o qual alterou a situação da PUCCAMP nos seguintes pontos: substituiu o Presidente da Mantenedora por um leigo, identificado com a ala progressista da Igreja; concedeu aumento salarial aos professores; prometeu rever as demissões dos professores e o caso dos "superalunos".

Esse conjunto de acontecimentos concorreu para trazer ão tona os sentimentos de indignação da comunidade universitária ante uma situação insustentável do ponto de

vista moral e institucional. A última "gota d'água" foi o resultado das eleições para reitores, realizadas em junho de 1980, em que as listas sêxtuplas se fecharam, do primeiro ao último nome, por maioria absoluta, com elementos situacionistas que ocupavam os cargos diretivos da Universidade há 12 anos ou mais. Embora houvesse algumas opções de nomes fora desse grupo, prevaleceu a organização política dos dominantes.

Inconformados, professores, alunos e funcionários saíram às ruas, conjuntamente, em direção à Cúria Metropolitana e, horas mais tarde, em direção ao local onde se encontrava o Arcebispo Metropolitano para manifestarem o seu desagrado e apreensão, caso ele acatasse os resultados das eleições, conforme era de praxe. Pressão por telegramas e por outros meios de comunicação também foi utilizada.

O "sim" do Arcebispo Metropolitano em anular a lista sêxtupla dos Reitores foi seguido da nomeação "pro tempore", para os cargos diretivos, de professores que representavam outras visões e que, coincidentemente, se revelaram nas reuniões de departamentização. O clima era de alívio e esperança, principalmente quando, após oito meses de gestão "pro-tempore", houve novas eleições que confirmaram no cargo a maioria dos que ocupavam excepcionalmente, dando-lhes legitimidade estatutária.

Foi nesse contexto de esperança em novos tempos, de incertezas frente ao desconhecido, caracterizado pelo caos acadêmico, financeiro e administrativo, pela ausência de vida universitária, pelo desgaste político de uma comunidade que sequer se conhecia, pela repressão política, pela centralização do poder e de informações em pessoas e pela falta de registro de dados de qualquer natureza, foi, neste contexto, de desafio profissional e humano que surgiu, em 1981, a proposta de elaboração do Projeto Pedagógico da PUCCAMP.

CAPÍTULO III
O PROJETO PEDAGÓGICO DA PUCCAMP: SUA CONCEPÇÃO E
TRAJETÓRIA NO PERÍODO DE 1981 a 1984

1. A ORIGEM DO PROJETO PEDAGÓGICO: DA CRÍTICA À
PROPOSTA

Tendo como referência os contextos político, econômico, social e educacional do país e o seu próprio processo histórico, em 1981 a PUCCAMP assumiu o desafio de se repensar e de buscar a sua própria identidade.

A Reitoria da PUCCAMP, que iniciou o seu mandato em fevereiro/81, precedida de uma fase de transição de sete meses, assumiu o compromisso com o Grão-Chanceler da Universidade e com a comunidade universitária de tentar redefinir as diretrizes da Universidade, aproximando-a do que seria uma universidade católica. Um compromisso tão amplo e na dimensão proposta necessitava da participação de toda a comunidade universitária, sob pena de não se viabilizar. Necessitava, também, de um plano que contivesse diretrizes básicas, de tal forma que permitisse manter a unidade de princípios na diversidade de atuação das Unidades Acadêmicas da PUCCAMP, de acordo com suas peculiaridades. O repensar a universidade deveria apresentar características sólidas garantidas pela reflexão constante e democráticas possibilitadas pela participação de todos.

Logo nos primeiros meses de gestão, a Reitoria se deparou com problemas de ordem financeira, administrativa e acadêmica, além do da imagem da Universidade denegrida na comunidade. Os problemas surgiram desordenadamente e num volume inesperado. Poucos registros havia para fornecer a história de cada fato e possibilitar a sua melhor compreensão.

No primeiro semestre de 1981 (maio/junho), a Reitoria resolveu fazer um diagnóstico acadêmico, administrativo e financeiro da PUCCAMP para conhecer a sua real situação e, em seguida, elaborar uma proposta de reorganização da Universidade. Tanto o diagnóstico como a proposta foram discutidos com os professores, funcionários e alunos, por meio de reuniões, por Unidade Acadêmica. Houve, na época, uma adesão quase irrestrita aos propósitos dessa iniciativa, mesmo trazendo embutidos ajustes e cortes de verba. A comunidade universitária, desejosa de mudanças, tinha clareza da necessidade de colaborar para a normalização da situação que a PUCCAMP vivia.

Era aspiração geral o surgimento da Universidade tal como Moacir Gadotti a propunha no texto "*Repensando a Universidade*" (1980:4): que tivesse claro o seu projeto político, a universidade aberta, bem diferente daquela que ali estava, amedrontada, pressionada. Sabia-se que era preciso ganhar liberdade para que a cultura, a ciência e o conhecimento florescessem. Era preciso arrancar a Universidade da servidão, introduzindo nela o debate, a crítica, a competência. Enfim, "opor ao discurso burocrático a primazia do político".

Concluído o diagnóstico a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos definiu medidas que abordavam quatro aspectos:

- a) aquelas que definiam parâmetros para adequar as demandas ao espaço físico e aos recursos dispendidos ou pa

- ra disciplinar o registro acadêmico;
- b) aquelas que previam a criação de fontes alternativas que sustentassem o ensino, a pesquisa, a extensão e a divulgação da produção interna;
 - c) aquelas que sugeriam as diretrizes para o planejamento didático-pedagógico de 1982;
 - d) aquelas que definiam a elaboração pelas Unidades Acadêmicas de "um" Projeto Pedagógico⁽¹⁾.

Essas medidas, subdivididas em cerca de quarenta itens, refletiam preocupações desde o estabelecimento da duração das aulas e da carga horária dos cursos, a manutenção dos cursos com baixa demanda, as condições de realização dos estágios curriculares até os incentivos à Pós-Graduação. Na verdade, pretendia-se "arrumar a casa", corrigir distorções, lançar as bases para um recomeço que tivesse amparo legal, que atendesse os princípios pedagógicos e contivesse propostas realizáveis dentro do possível daquele momento.

Todos os dados levantados na área acadêmica foram alvo de atenção, uns com maior ou menor intensidade e com encaminhamentos diversos. De todos os itens apontados o que nos interessa como objeto de estudo é o que propunha a elaboração de "um" Projeto Pedagógico.

As primeiras idéias sobre a elaboração do Projeto Pedagógico, registradas em manuscritos por professores que participaram do diagnóstico e aos quais tivemos acesso, diziam respeito à definição dos parâmetros pedagógicos que orientariam o núme-

(1) Esta é a primeira referência ao Projeto Pedagógico. Percebe-se que houve uma evolução no conceito de Projeto Pedagógico: de "um" projeto dentre vários para "o" projeto único, inconfundível.

ro de vagas, os objetivos do ensino, o número de alunos por classe, os estágios curriculares, a monitoria, a capacitação do docente, a avaliação do rendimento escolar, a reformulação estatutária, o currículo mínimo e pleno e os cursos de tempo integral.

A assessoria pedagógica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos deu forma a tais preocupações e organizou um texto manuscrito, sob o título "*Reorientação da ação acadêmica e pedagógica da PUC*", que sugeria quatro áreas de atuação, quais sejam:

- "a) Reestruturação da infra-estrutura acadêmica, abrangendo: comunicação interna (interunidades, Reitoria-unidades, Secretaria Geral-unidades, alunos-Secretaria Geral, Financeira, SAE, CPD, professores, Reitoria, etc...) tramitação de documentos, organização de critérios para decisões e pareceres, especificação de funções por níveis de decisão, etc...
- b) Reflexão e tomada de decisões sobre o ensino na PUC, abrangendo: a retomada do perfil dos profissionais a serem formados pela PUC, coerência de linha de ação de cada Unidade, qualidade de ensino, relacionamento entre as Unidades da PUC, no nível do ensino, etc...
- c) Implementação da comunicação Universidade - Sociedade através de cursos de extensão, prestação de serviços, assessoria, realização de seminários, debates, encontros, etc... (já em discussão nas Unidades, conforme ofício-circular nº 19/81).

- d) Organização de mecanismos para alcance imediato e mediato, viabilizando a qualificação docente, abrangendo — a partir da situação peculiar dos docentes — aperfeiçoamento interno (na PUCC) ou externo; e em níveis diferenciados a partir das necessidades, a saber, p^os-graduação lato sensu, stricto sensu, atividades integradas, cursos de atualização cultural, seminários, simp^osios, etc..."

Ainda, nesse manuscrito, estavam previstos os seguintes prazos: 1981 (preparação); 1982 (início da implementação gradativa do projeto); 1983 (consolidação do projeto e das perspectivas de continuidade em função dos resultados acumulados pelo projeto já desenvolvido)⁽²⁾.

Tal texto manuscrito foi divulgado após ter sido ampliado e objetivado, dando origem ao primeiro documento sobre o Projeto Pedagógico que veio a público, aprovado na 56.^a Reunião do CONCEP de 15/08/81 e distribuído para toda a comunidade universitária.

O documento "Diretrizes Gerais do Projeto Pedagógico" (Anexo I), além de ter sido o primeiro sobre o Projeto Pedagógico entre outros que se seguiram, serviu a toda a Universidade como orientador prático para a elaboração do Projeto Pedagógico. A definição do Projeto Pedagógico, nele contida, está assim re

(2) Pelas expressões utilizadas e pelos prazos fixados, pode-se deduzir que o conceito de Projeto Pedagógico, naquele momento, se limitava ao tempo e a fases determinadas, não se aludindo ao caráter permanente que posteriormente marcou a ação e a reflexão em torno do Projeto Pedagógico. Houve, entretanto, saltos qualitativos. As preocupações de cunho acadêmico e legalista do documento anterior deram lugar às preocupações pedagógicas, à função social da Universidade, e ao entendimento do problema do ponto de vista das relações humanas.

digida: "Um plano de ação acadêmica elaborado a partir de uma linha filosófica e executado de modo que possa prever todos os instantes da Universidade, desde o ingresso nesta dos seus universitários, até a verificação de suas futuras atuações profissionais, com a reciclagem permanente de conhecimentos"⁽³⁾.

Em todas as suas afirmações, o documento "Diretrizes Gerais do Projeto Pedagógico" traz embutidos determinados princípios que, desde então, foram declarados fundamentais para o processo de reestruturação da PUCAMP. São eles: a participação de todos no processo de elaboração do Projeto Pedagógico como garantia de sua implantação e continuidade; a diversidade expressa pelo respeito à situação peculiar de cada Unidade Acadêmica, determinada pela história de cada um; o do reconhecimento do inacabado que permite a construção do Projeto Pedagógico "ao longo do tempo", firmando-se o seu caráter dinâmico; o da rejeição de modelos prontos e externos, propondo-se "fazer o caminho, caminhando"; o da unidade de princípios, garantida pelas diretrizes globais; o da consideração necessária das condições objetivas para se alcançar o possível do momento; o da priorização do ensino e da docência em nível de graduação por ser historicamente a contribuição mais consistente da PUCAMP à sociedade e por necessitar de urgentes alterações; o da adoção da concepção ampla de currículo a qual vai além da grade curricular e supõe a consideração de todos os fatores concorrentes do processo ensino-aprendizagem, que lhe dão significado.

Tais princípios que permearam o citado documento contra

(3) O Projeto Pedagógico foi identificado como documento. As características de continuidade e permanência lhe dão nova faceta, embora presas ao percurso linear do aluno (do ingresso à profissão). Faltam menções às relações que se dão no espaço pedagógico e político da Universidade e aos demais protagonistas desse processo, além dos alunos.

tam com a definição de Projeto Pedagógico nele contida. Eles prevalecem nas ações tomadas doravante, em vista da elaboração do Projeto Pedagógico, contribuindo para a sua coerência e clareza.

Para desencadear o processo de elaboração do Projeto Pedagógico foi necessário contar com mais recursos humanos. Naquela época, na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, além do Vice-Reitor e do pessoal administrativo, trabalhava apenas uma assessora pedagógica. Assim foi criada em agosto de 1981 uma comissão especial de trabalho, denominada Equipe de Assessoria Pedagógica (EAP) da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos - (VRAAC)⁽⁴⁾, com as finalidades de elaborar subsídios que auxiliassem a comunidade acadêmica na preparação do Projeto Pedagógico e de assessorar as Unidades Acadêmicas na elaboração desse projeto, assegurando ampla participação.

A pauta da 1ª Reunião da Equipe de Assessoria Pedagógica, realizada no mês de sua criação, continha a proposta de discussão das linhas gerais do Projeto Pedagógico, das finalidades da EAP, das etapas de execução do Projeto Pedagógico e a programação das atividades da EAP. Pela leitura de sua ata constata-se que a reunião assumiu um caráter informativo, analisando o diagnóstico realizado na Universidade no 1º semestre do mesmo ano, as decisões do CONCEP e do CONSUN sobre esse assunto, as linhas de "um" Projeto Pedagógico, o planejamento e o cronograma das atividades da PUCCAMP para o 2º semestre, o orçamento - programa. Ainda foram esclarecidas as funções da EAP quanto

(4) Para compor a EAP, além da Assessora Pedagógica da VRAAC, foram convidados dois professores da Faculdade de Educação e um professor do Instituto de Filosofia da PUCCAMP, e um professor de outra Universidade.

ao seu alcance e limites considerando-se a Portaria nº 158/81 do Reitor que atribuía ao Diretor da Unidade Acadêmica a coordenação dos trabalhos relativos à elaboração do Projeto Pedagógico na sua área de abrangência e o prazo de quarenta dias para a elaboração do Projeto Pedagógico, cujas atividades deveriam se desenvolver sem prejudicar o calendário escolar.

A partir das informações dadas, nesta primeira reunião da EAP foram discutidas as dificuldades reais de se mobilizar a Universidade em tão pouco tempo, considerando-se que tal projeto devesse ser fruto de uma reflexão amadurecida e sistemática da comunidade universitária. Foi analisado, no entanto, que o tempo disponível, embora não permitisse a mobilização ampla desejada, vinha a ser a possibilidade concreta existente frente à urgência de se dar uma direção ao processo pedagógico da PUC CAMP. Estava explicitado, assim, o caráter da ação, presente em todos esses anos de existência do Projeto Pedagógico, ou seja, a atenção permanente dirigida às condições objetivas como forma de entender a realidade e possibilitar a utopia do amanhã.

As decisões sobre o Projeto Pedagógico, tomadas nessa primeira reunião da EAP, diziam respeito à necessidade de se definirem os objetivos e a filosofia da PUCCAMP, enquanto Universidade Católica, e à realização de um simpósio sobre "Universidade". Finalizando a reunião, ficou acertado que a EAP se reuniria semanalmente.

As reuniões da EAP que se seguiram, ainda em agosto/81 e nos meses subsequentes, trataram da viabilização e acompanhamento da elaboração do Projeto Pedagógico. As ações mais relevantes nessa direção foram:

- elaborar, selecionar e divulgar texto para estudo;
- programar e desencadear atividades de estudo e debates.

A comunidade universitária foram distribuídos textos acer

ca do papel da Universidade Católica no mundo moderno e na América Latina (Documento de Roma), do papel da Igreja Católica na Educação e na Sociedade (Documento de Puebla) e sobre o contexto da Universidade Brasileira (Darcy Ribeiro, 1969:249-70; Casemiro dos Reis Filho, 1978:180-2) e que servissem de subsídios para repensar a universidade.

Na mesma época, a EAP preparou o segundo documento que veio a público, intitulado "Da crítica à proposta: a Universidade como Projeto Pedagógico" (Anexo II) dividido em duas partes. A primeira contém marcos referenciais da contextualização do Projeto Pedagógico e a segunda sugestões de diferentes atividades para dinamizar o processo de elaboração do Projeto Pedagógico. A introdução desse documento aponta os objetivos pretendidos e revela a postura assumida pela EAP frente ao processo. Ei-la na íntegra: "Este documento pretende trazer à reflexão de todos o sentido do Projeto Pedagógico, visando à mobilização da Universidade, para que esta se sensibilize da necessidade de *repensar-se permanentemente*, repensar suas funções, seus serviços, e seu compromisso com a sociedade. Trata-se de um *texto inacabado* que, a exemplo dos demais, deverá ser trabalhado por todos nós, redimensionando-o a partir das próprias experiências inerentes aos diferentes setores da PUCCAMP: Unidades, Cursos, Departamentos, Segmentos, etc." (grifo nosso).

O que podemos afirmar, comparando os dois documentos publicados até esse momento, é que, no último, as idéias são mais consistentes e amadurecidas. É possível deduzir que, a partir do próprio título, houve um clareamento do conceito e do papel do Projeto Pedagógico no repensar a Universidade. A partir desse texto as referências ao Projeto Pedagógico tomaram um caráter de abrangência, dinamicidade, de construção coletiva.

Todas as atividades sugeridas no último documento "Da

crítica à proposta: a Universidade como Projeto Pedagógico" foram realizadas e tiveram o objetivo de provocar a reflexão e a revisão do perfil do profissional, visto que esse assunto trazia embutida a discussão sobre a filosofia da educação, a sociedade, a função social da Universidade, a proposta curricular dos cursos. A dinâmica das discussões foi escolhida pelos participantes, a partir de seus interesses, necessidades e objetivos.

Assim, foram realizadas no 2º semestre de 1981 as seguintes atividades:

- a) LEITURA E DISCUSSÃO do texto: "Da crítica à Proposta" nas Unidades, nos Departamentos e em salas de aula. Dessa discussão nasceu um relatório contendo críticas, problemas e propostas de reestruturação.
- b) "CONVERSAS COM QUEM GOSTA DE ENSINAR": debates da Equipe de Assessoria Pedagógica e de especialistas em educação com as Direções e Coordenações, em grupos de 10 a 15 pessoas.
- c) SIMPÓSIO sobre as funções da Universidade com a participação de Paulo Freire, Marilena Chauí e outros especialistas em educação.
- d) VÍDEO CASSETE: foi gravado o simpósio sobre as funções da Universidade para ser visto por toda a comunidade, o que foi feito em pequenos grupos.
- e) ASSESSORIA ÀS UNIDADES ACADÊMICAS: Disposição da equipe de Assessoria Pedagógica para assessorias específicas

cas às Unidades que o solicitaram. Tal trabalho, realizado de setembro a novembro/81 possibilitou o encontro de Equipe de Assessoria Pedagógica com professores, e, algumas vezes, com alunos, em mais de 20 reuniões. A função da Equipe de Assessoria era apenas a de oferecer subsídios, sem jamais dirigir sua execução, procurando garantir que cada Unidade organizasse sua forma de atuação, a partir de suas especificidades e contradições.

f) SEMANAS DE ESTUDOS: as semanas de estudos, realizadas em outubro, enfatizaram a reestruturação do próprio Curso.

g) LEITURA E DISCUSSÃO de textos gerais sobre a Universidade e de textos mais especificamente relacionados com a área de conhecimento a que pertencem os cursos da Unidade.

Concomitantemente ao trabalho desencadeado pela Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, junto às Unidades Acadêmicas, a APROPUC, associação representativa dos docentes, inicia em fins de setembro uma série de debates sobre o Projeto Pedagógico e seu processo, por meio da divulgação do folheto "Debate" nº 02, da realização de Assembléia Geral da categoria e de reuniões do Conselho de Representantes das Unidades Acadêmicas junto à APROPUC.

O folheto "Debate" nº 02 (Anexo III) estava dividido em três sugestivos itens:

a) "Da realidade à crítica", em que a entidade reconhece

o "enorme desafio" desse repensar a Universidade, assim como a exigüidade do tempo para a sua elaboração e as dificuldades de participação do professor contratado por hora-aula;

b) "Da crítica à proposta" faz uma crítica ao caráter profissionalizante do ensino superior, determinado pelo Acordo MEC-USAID e propõe, ao lado da prática produtiva, que se introduza a prática política em vista da transformação da Sociedade; crítica a formação profissional limitada a "operar" o conhecimento, sem se importar com a "produção" do conhecimento, e propõe formar o profissional que compreenda as contradições sociais, que tenha fundamentação teórica e capacidade de articular o pensamento, ensejando, assim, a associação ensino, pesquisa e extensão.

c) "Da proposta à realidade", em que a melhoria das condições de trabalho e ensino da instituição, a definição de uma política de aperfeiçoamento docente e a democratização da estrutura de poder são entendidas como condições objetivas para que o Projeto Pedagógico se torne realidade.

Por outro lado, a Assembléia Geral dos Professores, realizada a 19/10/81, por convocação da APROPUC, conforme impresso divulgado pela entidade (Anexo IV), delibera:

- Que cada Unidade Acadêmica apresente um esboço do seu Projeto Pedagógico até o final de outubro para que o programa orçamentário para 82 seja elaborado em fun-

ção dele.

- Que a mantenedora apresente um Projeto Administrativo.
- Que a formulação do Projeto Pedagógico prossiga no sentido de contemplar a produção do conhecimento, o repensar a própria reprodução do conhecimento, a implementação da pós-graduação como forma de garantir a integração docência e pesquisa.
- Mudar a forma de contratação dos professores.
- Democratizar a participação de professores e estudantes na elaboração do Projeto Pedagógico.
- Rever toda a sistemática do vestibular.

No comunicado nº 07/81 da APROPUC (Anexo V), o Conselho de Representantes se manifesta apreensivo quanto à diversidade de situações no andamento dos trabalhos das Unidades Acadêmicas e quanto à divergência de concepções de Projeto Pedagógico, tirando-se uma moção que exigia participação garantida de todos, professores, alunos e funcionários e que vedava o uso do Projeto Pedagógico como justificativa para a tomada de medidas administrativas restritivas contra os professores.

A ação vigilante e crítica da APROPUC foi elemento motivador no desenvolvimento dos trabalhos em vista da elaboração do Projeto Pedagógico. Pelas declarações relatadas, pode-se constatar que houve uma análise fundamentada com base na realidade do ensino superior brasileiro e da PUCAMP assim como propostas pertinentes ao quadro exposto. Ressalva deve ser feita à preocupação que o Conselho de Representantes formulou quanto à diversidade de situações no andamento dos trabalhos das Unidades Acadêmicas, revelando desconhecimento da história de cada uma, o que gerava encaminhamentos diversificados, e da totalidade da Universidade.

Como meio de melhor acompanhar o trabalho das Unidades Acadêmicas na elaboração do Projeto Pedagógico, a EAP promoveu a primeira reunião-síntese, no dia 22/10/81, com os objetivos de conhecer os esboços dos projetos e possibilitar a troca de experiências entre as Unidades, a apresentação de dúvidas e dificuldades e a tomada de decisões conjunta. À reunião - síntese compareceram 86 (oitenta e seis) pessoas, representantes de todas as Unidades Acadêmicas, entre eles professores, alunos, diretores e membros da diretoria da APROPUC e do DCE.

Com a preocupação de sistematizar o caminho já percorrido por todos, a EAP propôs aos presentes à reunião um roteiro básico para a exposição, contendo os seguintes itens:

- a) INTRODUÇÃO (Dinâmica do trabalho utilizada na Unidade, especificando a participação dos alunos, professores e funcionários).
- b) DIRETRIZES GERAIS (filosofia do curso, perfil do profissional).
- c) PRIORIDADES (especificação e aplicação das prioridades elegidas pela Unidade).
- d) MEIOS (aqueles que deverão ser utilizados para alcançar as diretrizes, em função das prioridades).
- e) PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA 1982 (dentre as propostas, especificação do que seria previsto para ser implantado em 1982).

Após a exposição dos trabalhos de cada Unidade, na segun

da parte da referida reunião-síntese foram registradas cerca de 24 (vinte e quatro) interpelações interunidades e destas à EAP, as quais abordaram questões relativas à integração curricular, à viabilidade financeira das propostas, aos estágios curriculares, à departamentização, à monitoria, às alterações metodológicas, de conteúdo e de contratação de professores nas disciplinas comuns a todos os cursos (EPB, Teologia e Doutrina Social da Igreja).

Tais questionamentos nos revelam as preocupações existentes, dando-nos um diagnóstico da situação do ensino na PUCCAMP naquele momento.

Os relatórios contendo os trabalhos desenvolvidos pelas Unidades Acadêmicas e o próprio Projeto Pedagógico foram entregues à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos em novembro do mesmo ano. Todos os relatórios foram lidos e passaram por uma apreciação por parte da EAP, segundo critérios eminentemente pedagógicos. Dentre os critérios utilizados manifestaram-se como relevantes os seguintes:

- . Consideração, nas diretrizes da Unidade e/ou Curso, de sua inserção numa Universidade Católica e no contexto da sociedade brasileira.
- . Coerência entre diretrizes, prioridades e meios.
- . Envolvimento da comunidade acadêmica, na elaboração das propostas.
- . Propostas de currículo e não de grade curricular.

Da leitura e análise das sínteses e pareceres emitidos pela EAP sobre os Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas podemos tirar algumas conclusões, a saber:

a) Todas as Unidades Acadêmicas entregaram o referido relatório, exceto três: Faculdade de Direito, Instituto de Psicologia e Instituto de Filosofia. As duas últimas, embora não tivessem apresentado o seu relatório, sabia-se que estavam repensando os seus cursos por meio do traçado do perfil do aluno quanto às suas características, opiniões e expectativas (Instituto de Psicologia) e do desenvolvimento de um Projeto Pedagógico elaborado em 1978 (Instituto de Filosofia). Da Faculdade de Direito não vinham notícias, concluindo-se que não tomaram iniciativas no sentido de rever e reestruturar o seu curso.

b) Os relatórios, seguindo o roteiro básico sugerido na reunião-síntese, apontavam diferentes estágios de desenvolvimento dos trabalhos. Cerca de 40% dos cursos revelaram estar na fase preliminar de consulta e planejamento do diagnóstico da sua situação administrativa e pedagógica; igual porcentagem de cursos se encontrava em fase adiantada de elaboração, incluindo-se o diagnóstico, a definição do perfil e as propostas de ação, mas que ainda precisavam ganhar clareza no perfil e coerência entre este, as prioridades e os meios escolhidos. O restante, 20% dos cursos, teve os seus Projetos Pedagógicos aprovados para serem implantados no ano seguinte, por atenderem suficientemente os critérios orientadores. Todos os cursos tiveram o ano de 1982 como prazo para elaborar, concluir ou implantar experimentalmente o seu Projeto Pedagógico.

c) As formas de condução do processo de elaboração do Projeto Pedagógico nas Unidades Acadêmicas variaram desde o fórum de debates e as assembléias abertas a todos até as comissões "nomeadas" pela direção ou restritas à direção e alguns colaboradores. Em todas as Unidades Acadêmicas envolveram-se:a

direção, a coordenação de departamento, a coordenação de curso, os professores, os alunos, os funcionários, variando os elementos em número e situação. Houve casos em que se sucediam comissões por representação e assembléias abertas, por exemplo, conjugando formas diferenciadas de participação.

d) Há de se notar que a adoção de formas de participação mais restritas, estanques, impostas pela autoridade instituída se deu naqueles cursos que traçaram o perfil do profissional da área em termos exclusivamente de competência técnica. Esta relação não é de se estranhar, uma vez que nela perpassa uma visão mecanicista de educação, ou seja, profissionalizar para servir o mercado de trabalho. Objetivamente tratava-se de procurar a excelência acadêmica, tornando desnecessária a discussão participada. Por outro lado, a recíproca é verdadeira. Os cursos que optaram por um perfil de profissional a formar que envolvia a competência técnica e a dimensão política, na sua maioria, adotaram formas amplas de participação, mesmo que combinadas. Houve casos em que a abertura foi tão grande que se tornou difícil sistematizar as decisões em forma de projeto.

e) Das propostas e/ou prioridades apontadas nos relatórios a maior parte incidia sobre as alterações curriculares dos cursos; em segundo lugar encontramos aquelas referentes às necessidades de capacitação docente, de mudança do regime de contrato do professor e da organização administrativa da Unidade Acadêmica e/ou Universidade. Por último aparecem as propostas de natureza didático-pedagógica e as necessidades relativas à infra-estrutura material.

f) As Unidades Acadêmicas demonstraram a preocupação de

fundamentar os seus projetos numa visão humanista, inspirada nos Documentos de Roma e de Puebla, que foram amplamente divulgados e discutidos em toda a Universidade. Por outro lado, percebeu-se a tentativa de superar uma visão distorcida do conceito de "currículo", tido frequentemente como grade curricular, quando corretamente se trata de um conjunto organizado de experiências, vivências e de situações estimuladoras do desenvolvimento do ser humano.

Mediante resultado de tanta significação e fôlego era preciso viabilizar a sua divulgação como forma de provocar a troca de idéias e respectivo avanço. Procurando atender a esse objetivo, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos enviou a todas as Unidades Acadêmicas o conjunto das sínteses e pareceres emitidos pela EAP sobre os Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas, juntamente com um texto, cujo título apontava uma nova etapa no processo: "Da proposta à ação". O momento significava uma parada, um corte, dizia o texto, para verificar até que ponto o desafio de repensar a Universidade estava sendo assumido, embora se tivesse claro que o Projeto Pedagógico era contínuo, inacabado, ininterrupto. A EAP, nesse contexto, se colocava como um grupo de assessoria, disponível para ouvir e discutir, expondo-se à crítica e ao diálogo.

Reunindo Diretores e Coordenadores de Departamento e de Curso de todas as Unidades Acadêmicas, representantes docentes e discentes da APROPUC e do DCE, foi realizada uma Assembleia-síntese, em dezembro de 1981, na qual foi feita uma análise global dos Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas, por meio de uma assessoria externa, convidada para tal. Como resultado, chegou-se a detectar duas necessidades que se destacaram:

- a) A necessidade de se conhecer a realidade do aluno da

PUCCAMP. Este diagnóstico deveria ser dinâmico, isto é, um instrumento de participação e se realizaria em 1982.

- b) A necessidade de se evitar, a todo custo, a uniformização, que seria sempre formal, dos Projetos Pedagógicos de cada Unidade Acadêmica. Ao contrário, procuraria-se cultivar a diversidade que até então os constituiu, para encontrar uma unidade a partir dela, sob a forma de um projeto global de toda a Universidade, emergente de suas bases e sintetizando suas diretrizes filosóficas.

2. DA PROPOSTA À AÇÃO

Difícil será relatar a concretização das propostas emergentes desse processo, uma vez que o Projeto Pedagógico passou a ser concebido como o próprio processo de reestruturação da Universidade, incluindo-se todas as suas realizações. Todas as avaliações e ações decorrentes, todas as decisões e iniciativas tinham como argumento-chave o Projeto Pedagógico, considerando-se sempre as suas diretrizes e o perfil do profissional traçado.

Para melhor objetivarmos esse período, levantamos, por meio da leitura das pautas das reuniões havidas, das respectivas anotações e atas e dos textos produzidos na época, as preocupações presentes nas ações desencadeadas pela EAP e pela Reitoria. São elas:

- a) Reflexão concomitante sobre as ações em curso e busca da respectiva fundamentação teórica.

- b) Busca da consolidação do Projeto Pedagógico Global da Universidade, em vista de uma síntese.
- c) Apoio político-pedagógico às Unidades Acadêmicas para elaborar, rever e/ou implementar os seus Projetos Pedagógicos.
- d) Criação e implementação de medidas para atender a necessidade de capacitação docente.
- e) Viabilização de iniciativas para promover a integração curricular, em todos os níveis e direções.

Esses cinco pontos estarão contidos nas ações relatadas a seguir.

Logo no início de 1982, os esforços se orientaram para dar respaldo institucional às propostas dos Projetos Pedagógicos, já aprovadas pedagogicamente pela assessoria. Considerando o caos acadêmico e administrativo em que se encontrava a PUC CAMP naquele início dos anos 80, assim como os resquícios autoritários existentes no Estatuto e Regimento da Universidade, foi elaborada a portaria nº 26/82, assinada pelo Reitor em 10/02/82, garantindo, de imediato, as seguintes alterações:

- . Reestruturação curricular dos cursos de Medicina, Odontologia, Serviço Social, Pedagogia, Matemática e Licenciatura (parte pedagógica);
- . Alterações curriculares nos cursos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Ciências Sociais;

sos. O questionário utilizado era composto de 59 questões de alternativas fixas as quais foram quantificadas e uma, a 60a., de resposta aberta. A análise de conteúdo da questão 60, que se prolongou pelo ano de 1983, propiciou à comunidade universitária importantes momentos de participação coletiva. Essa pesquisa do aluno denominada "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade" está apresentada no item 3. deste capítulo.

Frente à necessidade de se realizar a caracterização do aluno e considerando-se a situação financeira da instituição que denunciava uma crise ascendente, foram empreendidos esforços no sentido de buscar financiamentos externos, junto aos programas já existentes no MEC. Os contatos estabelecidos foram frutíferos na medida em que eram conhecidos os canais das diferentes áreas de financiamento, ao mesmo tempo em que a PUCCAMP, se fazia conhecida; igualmente, foram amargos no sentido de se constatar a imagem negativa que os setores visitados tinham da PUCCAMP, de desprestígio, enquanto instituição de ensino superior.

Longe de desanimar, a EAP redobrou suas forças e divulgou à comunidade acadêmica, em geral, todas as possibilidades de financiamento, mesmo pequenas, recebendo das Unidades Acadêmicas vários projetos de ação que buscavam, acima de tudo, a integração curricular. A própria EAP elaborou projetos que atendiam globalmente a Universidade, como projetos para a realização de Seminários, Congressos, Criação de Centro de Pesquisa e para a continuidade da pesquisa sobre o alunado.

Muitos projetos não conseguiram financiamento por diversos motivos, entre eles, por não estarem os seus temas relacionados com as prioridades dos órgãos financiadores ou por proporem abordagem de pesquisa não valorizada cientificamente pela

(SESu/MEC) veio juntar-se às iniciativas da própria Instituição tomadas no sentido de atender os cursos e os professores nos pedidos que faziam à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos para que fossem oferecidos cursos sobre temas de conteúdos didático-pedagógicos, como metodologia do ensino, avaliação educacional e de pesquisa do trabalho científico. Foram oferecidos mini cursos de quatro horas de duração cada, sobre os temas solicitados, aos grupos de docentes que se formaram espontaneamente nas Unidades Acadêmicas, reunindo, por vezes, professores de diferentes cursos, o que se tornou importante momento de integração universitária e troca de experiências.

Um plano de benefícios para cobrir gastos, mesmo que parcialmente, quando da participação do professor em eventos científicos, pela frequência a cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, pela confecção de trabalhos científicos, pela promoção de conferências e cursos por iniciativa de Departamentos ou Unidades, passou a atender o professor na sua capacitação, guiado por critérios conhecidos por todos e de aplicação transparente.

Ainda, outras iniciativas, tendo em vista a capacitação docente, foram tomadas, a saber:

- elaboração e distribuição a todos os docentes de uma proposta - roteiro de planejamento de ensino;
- elaboração e divulgação de normas para o afastamento dos docentes com o objetivo de capacitação;
- análise e aprovação de propostas específicas de capacitação apresentadas por alguns cursos, desenvolvidas por meio de sessões de estudo, de conferência, cursos, etc.;
- orientação para a organização de cursos de especialização a partir de pedidos das Unidades Acadêmicas;

- programação de conferências de acordo com os interesses específicos das Unidades Acadêmicas;
- elaboração de um projeto de organização do Setor de Apoio Didático, cujo objetivo principal era subsidiar o professor na criação, na confecção e na aplicação de materiais didáticos.

Quando da elaboração do Projeto Pedagógico das Unidades Acadêmicas, em 1981, surgiu uma nova visão das funções da Universidade. Tradicionalmente restritas às funções de ensino, as Unidades Acadêmicas da PUCCAMP entenderam que na extensão universitária e nos serviços à comunidade poderiam encontrar uma fonte de realimentação curricular, além do atendimento às camadas populares menos favorecidas econômica e socialmente. Imbuídos da idéia de sempre estabelecer uma comunicação de dupla direção, já em 1982, começaram a funcionar os serviços extensionais da área da Saúde, da Educação e de Biblioteca.

Todos os esforços nesse sentido revelaram uma nova força de integração na vida universitária, assim como uma necessidade premente de estudar e discutir coletivamente os caminhos que estavam sendo trilhados, culminando com a realização de um Seminário sobre Extensão Universitária, em junho de 1984. Nos dois dias de trabalhos, cerca de 400 (quatrocentos) professores, alunos e funcionários puderam usufruir de uma mesa redonda, de debates em pequenos grupos e, em plenárias, buscar redefinir diretrizes que subsidiassem uma política de extensão universitária para a PUCCAMP.

Fruto da dinâmica do processo, as Unidades Acadêmicas, que tiveram os seus Projetos Pedagógicos integral ou parcialmente aprovados, passaram a avaliar a sua implantação, a propor o que faltava, a rever o que não estava dando certo e aquelas Uni

giam, temas esses oriundos das reflexões constantes que permeavam os trabalhos.

Percebendo os matizes e as peculiaridades de cada Unidade Acadêmica e entendendo que a autonomia só viria pelo seu próprio exercício, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, em 1984, passou a fortalecer a equipe administrativo-pedagógica da Unidade Acadêmica. Os diretores e os coordenadores de Departamento e de Curso, recém empossados, representavam novo estímulo para a vida universitária, ao mesmo tempo que alguns eram desprovidos de experiência na área administrativa. Assim várias reuniões foram realizadas com direções e coordenações e tiveram os objetivos de informar, discutir metas, subsidiar didática e, pedagogicamente, partilhar decisões.

Os debates que se seguiam às reuniões acima referidas foram importantes para socializar as principais preocupações das Unidades Acadêmicas, da EAP e da Reitoria, assim como para traçar uma política de ação conjunta. Serviam, também, como meio de se identificar as contradições latentes e de superá-las.

A alteração do Estatuto e Regimento Geral da Universidade foi uma prioridade apontada nos diagnósticos da Universidade e das Unidades Acadêmicas realizados em 1981. Os tópicos mais debatidos e combatidos diziam respeito à estrutura de poder, mais especificamente, às eleições para Reitor e ao papel da Mantenedora. Tanto da APROPUC, da AFAPUC e do DCE, enquanto entidades representativas, como de toda a comunidade universitária, houve pressões no sentido de ganhar maior representatividade nos órgãos colegiados e de alterar a regra da votação. Ressoando na PUCCAMP o coro das "diretas", ouvido em todo o país, o ano de 1984 foi decisivo para conquistar maior democratização do poder.

As alterações mais significativas ocorridas no Estatuto

ção dos Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas.

Em toda documentação de registro do processo, de 1981 a 1984, cuidadosamente lida, analisada e revivida, conseguimos identificar alguns pontos que persistiram na atuação da EAP:

- coerência aos princípios na concretização das ações, assumidos como válidos para o repensar a Universidade, quais sejam, a participação e a construção coletiva, o respeito à história, ao ritmo e às peculiaridades de cada segmento da Universidade, a rejeição de modelos prontos e externos ao contexto da PUCCAMP, a contextualização e a historicidade do processo;
- respeito aos limites de sua ação como grupo de assessoria, nas suas relações com as Unidades Acadêmicas, com os órgãos colegiados e respectivas comissões, com a Reitoria como um todo e respectivos órgãos auxiliares e de assessoramento;
- constante auto-avaliação de seu papel e desempenho.

Não foi tranquilo à EAP manter-se nessa linha de atuação. Frequentemente se deparava com impasses e contradições, provocados pelo próprio movimento do processo, entendidos como vida e oportunidade para fazer renascer novas forças e novas visões. Eram tensões que se colocavam no tênue limite que separava o nível de assessoria do nível de execução; que questionavam a validade da não diretividade frente às exigências de maior direção para acelerar o processo; que contrastavam a esperança de soluções pela presença política da EAP com a fragilidade da mesma frente aos limites institucionais; que se originavam da

- Subprojeto IV: "Da interpretação à ação: a busca da síntese" (1984).

Os objetivos definidos no Projeto da Pesquisa buscavam a garantia de que ela viesse a ser realmente instrumento de reestruturação da Universidade. Nesse sentido, propunha:

- ser fator gerador de ações significativas no processo de mudança da Universidade. Isto seria o Projeto Pedagógico da PUCCAMP;
- acompanhar e avaliar continuamente tais mudanças, em função do aluno e a partir dele, sujeito da investigação.

No início de 1982, numa reunião da EAP com alunos e professores representantes das Unidades Acadêmicas, decidiu-se que a metodologia da pesquisa deveria ser na perspectiva da "pesquisa-ação"⁽⁵⁾, embora não tivéssemos, naquele momento, uma noção clara da caminhada a seguir.

"Ao rejeitar modelos prontos de reestruturação universitária, porque não acreditávamos em transplantes, necessitávamos contar com um instrumento alternativo que auxiliasse na geração, acompanhamento e avaliação de propostas de modificações, garantindo, ao mesmo tempo, a necessária participação capaz de distinguir o processo aqui vivido de uma proposta burocrática e formal que, por melhor que seja, fica destituída de significado, quando não responde aos anseios da comunidade acadêmica

(5) Na época utilizamos essa expressão para significar, genericamente, um tipo de pesquisa que fosse capaz de captar a dinamicidade do fenômeno educativo na sua totalidade. Sabíamos que várias denominações indicavam a mesma linha de pesquisa: Investigação Militante (Bonilla *et al*, 1972); Enquete Conscientizadora (Ceballos, 1979); Pesquisa Participante (Brandão, 1982); Pesquisa-Ação (Thiollent, 1980). Entretanto, não tínhamos suficientes informações para adotar uma nomenclatura específica de determinada teoria.

e ao contexto em que se insere" (EAP,1984c:10).

A opção metodológica deveria, pois, recair sobre um tipo de pesquisa que servisse a um projeto político de transformação da Universidade. Passamos a estudar o tema "Pesquisa-Ação" por meio da análise dos textos disponíveis⁽⁶⁾, da realização de seminários internos e debates e da participação em conferências de pesquisadores engajados nessa linha de pesquisa. Sem uma preocupação com a nomenclatura, ao final dos estudos chegamos a algumas decisões, pelas quais iríamos nos pautar doravante:

- a) a pesquisa não seguiria os padrões clássicos do modelo positivista nem seria imposta;
- b) a pesquisa seria iniciada com um levantamento, tipo "survey", que permitiria dominar dados básicos, de caráter informativo e quantitativo;
- c) a pesquisa envolveria o universo de alunos;
- d) não haveria distância formal entre pesquisador e pesquisado: os alunos participariam de todas as fases da pesquisa e teriam garantido o retorno dos dados obtidos;
- e) o caminho seria construído através da análise e avaliação constantes da própria caminhada;
- f) o conhecimento se produziria pela ação, participação, reflexão e avaliação constantes, trabalhando-se com a unidade na diversidade.

(6) Apoiamo-nos em sete textos apresentados no 1º Encontro Internacional sobre Pesquisa-Ação, publicados pela *Revue Internationale d'Action Communautaire*, 5/45, 1981 e em relatórios de pesquisas que utilizaram a metodologia da Pesquisa-Ação, no Brasil.

alunos mora em Campinas ou em cidades vizinhas (69%), juntamente com suas famílias;

- pelo ano de ingresso dos alunos, verifica-se que parcela pouco significativa se encontra defasada em relação à duração regular do seu curso;
- os resultados do total geral variam de acordo com o Curso e principalmente com o período em que os alunos estão matriculados: em certas questões há variações significativas entre os resultados do diurno e do noturno;
- quanto ao nível sócio-econômico, a média geral ficou assim distribuída: extrato superior (35,6%); extrato médio (39,0%); extrato inferior (25,4%); O extrato inferior da população está mais presente na PUCCAMP do que na média da Universidade Brasileira, cujo percentual é 9,2%;
- metade dos alunos exerce atividade profissional remunerada, na sua maioria em turnos de seis a oito horas diárias;
- a maior parte dos alunos informou demorar pouco tempo para ingressar na Universidade, tendo realizado um ano de cursinho; a maior parte cursou o 2º grau regular básico (64,0%), que não oferece disciplinas profissionalizantes, tendo concluído o 2º grau em escolas oficiais (62%);
- grande parte dos alunos (80,0%) faz o Curso que escolheu em primeira opção do Concurso Vestibular.

mentos.

A Questão Sessenta, como passou a ser chamada, estava as sim redigida: "Se você quiser, escreva no verso desta folha qualquer comentário, pergunta, sugestão, crítica ou apreciação que julgue importante no sentido de se alcançar toda e qualquer possível melhoria na PUCCAMP". A proposta, condicionada pe lo modo subjuntivo (se você quiser...), instaurou um espaço vo luntário do qual emergiu a vontade do aluno em participar com sua resposta.

O depoimento do aluno, por ter surgido de sua livre deci são, se tornou valioso em si, não importando metodologicamente a sua expressão estatística. Cada observação foi considerada em seu aspecto qualitativo e em seu valor intrínseco. Ainda que a visão do aluno parecesse distorcida, injusta ou parcial, ela foi considerada, pois é com a visão própria que cada um pode conjugar, numa prática coletiva, os interesses coletivos.

Embora os alunos tivessem feito observações sobre a con juntura social, política e econômica do país e, em especial, so bre o Ensino Superior Brasileiro, a grande maioria dos respondentes apreciou a PUCCAMP, traçando, de acordo com sua ô tica, um perfil de inestimável valor.

Os 7.156 depoimentos passaram por uma análise de conteúdo do ponto de vista temático, donde se originaram sete cate gorias, sob as quais foram agrupados. Tais categorias eram as se guintes: qualidade de ensino, currículo, infra-estrutura, problemas financeiros, pesquisa, atividades complementares e rela ções humanas (Anexo XI).

Em seguida, uma nova análise de conteúdo nos levou a dis tinguir os depoimentos em "críticas" e "propostas" dentro de cada categoria, formando o quadro final das respostas.

Diante desse quadro, constatamos que havia providências

lizada uma reunião com a diretoria da APROPUC, a do DCE e a da AFAPUC com os objetivos de explicar o trabalho até então realizado e estimular o seu apoio ao processo de análise e interpretação da Questão Sessenta, que se estabeleceria, a partir desse momento, nas Unidades Acadêmicas.

A análise e a interpretação das respostas à Questão Sessenta demandaram a organização prévia de textos de orientação e a mobilização das Equipes das Unidades Acadêmicas, pertencentes à Comissão Central da Pesquisa. Foram realizadas duas reuniões da Comissão Central para as quais foi convidada a diretoria da AFAPUC, além da do DCE e da APROPUC, que já eram seus membros. A Coordenação Central da Pesquisa sugeriu seis formas de encaminhamentos para trabalhar os dados e abriu a possibilidade de cada Equipe de Unidade optar por uma delas ou criar uma forma própria; entregou às Equipes de Unidade um Questionário Orientador (Anexo XII) com o objetivo de facilitar o encaminhamento das discussões, procurando relacionar as questões particulares às gerais e vice-versa. A Comissão Central, numa dessas reuniões, decidiu sobre a distribuição de uma carta a todos os professores, alunos e funcionários, explicando o significado da devolução dos dados da Questão Sessenta (Anexo XIII).

Decorrido um mês de trabalho, a Comissão Central da Pesquisa voltou a se reunir para ouvir o relato de cada Equipe de Unidade Acadêmica sobre as atividades até então desenvolvidas. Desses relatos pudemos apreender que a maioria das Unidades Acadêmicas já havia iniciado o processo de análise e que se estava empregando grande variedade de técnicas de dinâmica de trabalho (grupos de debate, assembléias, grupos-classe etc.), sob diferentes encaminhamentos (Semana de Estudos, Murais, textos etc.), o que provocou mobilização, tanto de alunos como de professores e funcionários, os quais demonstraram evidente senti-

- a condução do processo em nível das Unidades Acadêmicas não teve rigor nem sensibilidade suficientes para explorar os dados de modo abrangente e apropriado, sendo que, em alguns casos, foi levantada a questão da representatividade dos membros da Equipe de Unidade;
- a campanha eleitoral dos candidatos à Direção de Unidade Acadêmica interferiu no processo, involuntária ou propositadamente;
- todos os dados e informações coletados exigiam a solução dos problemas apontados e a concretização das propostas apresentadas, em nível acadêmico e administrativo;
- o grau de interesse e de mobilização e o "espírito de pesquisa" deveriam ser mantidos;
- os resultados globais da pesquisa deveriam ser organizados em relatórios diferenciados, conforme o público: comunidade acadêmica, comunidade científica, Administração Superior da Universidade.

Considerando os pontos acima mencionados, a EAP elaborou o SUBPROJETO IV, com os seguintes objetivos:

- a) Do ponto de vista prático (ou metodológico):
 - utilizar o material acumulado para descobrir problemas gerais da Universidade e específicos das Unidades Acadêmicas;
 - propor alternativas de ações-resoluções em função de tais problemas;
 - assessorar, subsidiar e acompanhar o processo desen

versitária e deve ser alimentado, trabalhado, porque uma escola não são prédios, ou campi, ou regimentos; uma escola são Homens, seres que pensam, que reagem diante de outros seres que lhes propõem somar experiências ricas, ou multiplicar experiências novas.

um significado especial, na medida em que emergiram de verificações concretas, fornecidas pela pesquisa realizada.

A escolha dessas duas categorias, em 1984, ficou justificada pela sua mútua complementaridade: "integração" como busca da consolidação dos princípios de universalidade e de totalidade e da identidade da PUCCAMP; melhoria da "qualidade de ensino" como busca da efetivação de seus princípios gerais, consolidando a universidade competente, criativa e engajada ao contexto em que se situa.

Essas categorias, na prática, se concretizaram principalmente pelo apoio dado às atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico, pelas iniciativas para apoiar a capacitação docente, para provocar a integração acadêmica, para garantir a infra-estrutura acadêmica necessária.

1. AS PROPOSTAS MAIS SIGNIFICATIVAS CONCRETIZADAS

APÓS 1984

- 1.1 - Orçamento-programa em bases pedagógicas;
- 1.2 - reavaliação da caminhada do Projeto Pedagógico;
- 1.3 - carreira docente experimental e definitiva;
- 1.4 - revisão do processo de avaliação da aprendizagem;
- 1.5 - a relação Universidade e Sociedade;
- 1.6 - incentivo à implementação da pesquisa.

Do trabalho direto com as Equipes das Unidades Acadêmicas tivemos a segurança de que era possível alinhar os elementos filosóficos aglutinadores, extrair as experiências mais significativas até o momento vividas e sistematizar o caminho percorrido. As avaliações conjuntas, ocorridas durante os anos

de 1985 e 1986, da qual participaram diretores e coordenadores de Curso/Departamento melhor explicitaram os fatores administrativos e financeiros existentes que estavam cerceando o trabalho pedagógico.

Consideramos, na época, a peculiaridade do ano de 1986, em que se realizariam as eleições para diretores de Unidades Acadêmicas e para Coordenadores de Departamento, entendemos o agravamento das condições de trabalho do professor que provocou greves por todo o país, como também na PUCCAMP. Assim, assumimos os desencontros internos, os limites administrativo e financeiro para poder removê-los. Os itens, a seguir, relatam exemplos dessas ações.

1.1 - Orçamento-programa em bases pedagógicas

Numa perspectiva de garantir ao pedagógico bases mais objetivas, tomando-o como base de decisões a definir, com muita coragem política, a Reitoria decidiu-se por uma nova organização orçamentária, propondo um Orçamento-Programa que fosse a expressão possível do Projeto Pedagógico em curso, ou seja, a direção pedagógica (atividade-fim) imprimida na ação administrativa (atividade-meio). Assim, revimos a relação número de alunos por classe e por disciplina, criando módulos compatíveis com as exigências pedagógicas e financeiras. O estudo de 2.980 disciplinas nos levou a reajustes administrativos e financeiros necessários e saudáveis, além de nos ter dado uma visão panorâmica e segura das grades curriculares dos cursos, da lotação de cada disciplina, das condições didáticas de cada sala de aula, assim como permitiu ter contato, em, pelo menos, duas reuniões, com cada um dos 86 Departamentos da PUCCAMP.

ma tentativa de torná-las irradiadoras de inovações, de estímulos para todos os setores. Tal opção política significava novo salto qualitativo no Projeto Pedagógico da PUCCAMP, no sentido de uma síntese provisória aos projetos pedagógicos por Unidades, compartimentalizados e com diferentes ritmos.

A decisão de atender as necessidades por meio de priorização de áreas se constituiu numa estratégia política para garantir a concretização das propostas das políticas sociais da Igreja, assim como os benefícios dos recursos destinados aos programas que atendem às políticas públicas. Essa dupla condição na escolha das áreas se justificava, por um lado, pelo cumprimento do papel social de uma Universidade Católica e, por outro, pela necessidade de carrear recursos financeiros externos à nossa Universidade.

As três áreas escolhidas: Saúde, Educação e Habitação/Meio Ambiente, tinham como proposta comum desenvolver programas integrados de tal sorte que chegassem a estabelecer a relação Universidade X Sociedade por meio da articulação ensino e serviços de extensão.

Assim definida a proposta de "Administração por Áreas Prioritárias", pretendíamos catalisar as múltiplas aspirações e necessidades da Universidade como um todo e dos Cursos nas suas especificidades. Embora isso se configurasse como um salto qualitativo, a passagem da proposta à ação foi bem sucedida apenas na área da Saúde, a qual, em fins de 1987, já havia definido o seu programa de ação e celebrado dois convênios, um com a Prefeitura de Piracicaba e, outro, com o Governo do Estado de São Paulo. A proposta de trabalho apresentada pela área da Saúde norteou-se por duas preocupações principais: a primeira, foi a de consolidar o projeto da atual Reitoria da PUCCAMP, com vistas à criação de uma instância geradora de práticas de exten-

nais da PUCCAMP, instalou vários debates sobre a proposta até o ponto de identificarem diferentes concepções da sua área de conhecimento. Dentre as necessidades apontadas pelo grupo foi a de se convidar um assessor externo para ajudar a analisar as potencialidades da PUCCAMP e compatibilizar as propostas. Como resultado, surgiu uma proposta preliminar de estratégias de ação para um programa de trabalho, tentando formalizar as discussões, avanços e definições do grupo de estudo.

A opção de eleger áreas prioritárias, na tentativa de trabalhar coordenadamente o necessário e o possível de agora, representou para a PUCCAMP um esforço de encontrar as melhores formas no sentido de construir a Universidade almejada por todos. Essa estratégia provocou algumas ações, além do projeto na área da saúde, como a criação de grupos de estudo por área, o que alimentou por algum tempo o debate e o aprofundamento de várias questões e a criação do Centro de Cultura e Arte (uma proposta contida no Projeto Pedagógico do Instituto de Artes e Comunicação, de 1981, agora assumida pelo Museu Universitário), que vem dinamizando, na Universidade, atividades culturais e artísticas integradas. A avaliação criteriosa e reflexiva sobre a proposta de "Administração por Áreas Prioritárias", no sentido de buscar o novo salto do Projeto Pedagógico, levou a Reitoria a manter o projeto na área da Saúde e o Centro de Cultura e Arte, abandonando as demais propostas.

1.3 - Carreira Docente experimental e definitiva

De outro lado, a Reitoria, pressionada pela necessidade

liação Educacional:

- a) As mudanças no Estatuto e Regimento da Universidade , no que tange ã avaliação da aprendizagem, devem ocorrer a partir de uma prática comprovada e aceita.
- b) Tais mudanças devem ser expressas estatutária e regimentalmente por meio de princípios gerais que garantam a sua implantação.
- c) A referida prática deve ser desencadeada, inicialmente, em forma de projeto piloto que privilegie a Avaliação Participativa e, posteriormente, ser introduzida no restante da Universidade.
- d) Na elaboração e implantação do projeto piloto e do definitivo deverá ser garantida a discussão ampla e permanente do tema e das experiências pela comunidade universitária, coordenada por uma Comissão Especial representativa de alunos, professores e funcionários.

O relato desse estudo sobre Avaliação da Aprendizagem foi formalizado ao CONCEP (Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa) para as providências cabíveis.

1.5 - A relação Universidade e Sociedade

Desde 1984 a PUCCAMP contou com a Consultoria Especial do Professor Paulo Freire para seus assuntos comunitários. Como primeiro contato havido informalmente nesse ano, assessorou a discussão do Projeto Pedagógico da Faculdade de Odontologia. A

nicipal da Educação, um dos quais contou com a presença de todos os diretores e vários professores das escolas municipais de Campinas.

- Painel sobre o tema "Alfabetização de Adultos", do qual participaram também professores do antigo MOBREAL, hoje Fundação EDUCAR, e muitos monitores, sobretudo agentes de pastoral, que utilizam o método "Paulo Freire" em seu trabalho de alfabetização junto a comunidades eclesiais de base.
- Seminário sobre "A importância do ato de ler" a professores de 1º grau, promovido pela Divisão Regional do Ensino de Campinas e organizado pela PUCCAMP.
- Debates com estagiários da PUCCAMP e profissionais envolvidos no Projeto de Treinamento e Alfabetização dos operários da Pirelli/Campinas; com o grupo interdisciplinar de pesquisa composto por professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Serviço Social e Faculdade de Educação; com os alunos da disciplina Psicologia Escolar; com representantes do Centro Acadêmico da Faculdade de Educação; com o grupo de trabalho sobre Habitação e Meio Ambiente e com numerosos alunos da Faculdade de Direito, reunidos pelo movimento "Direito e Averso".

1.6 - Incentivo à implementação da pesquisa

A Comissão de Pesquisa e Extensão do CONCEP, querendo estimular uma ocupação menos tímida do espaço reservado à pesquisa, propôs, em 1987, eventos que pudessem revelar o potencial da PUCCAMP em pesquisa e informar os interessados no assunto. Assim, juntamente com a Assessoria de Planejamento da Reitoria e

tas prontas. As orientações da EAP às Unidades Acadêmicas sempre abordavam os aspectos gerais e fundamentais a serem preservados em nome da unidade, do projeto global, pois tinham uma intenção clara e definida: serem provocativas, instigantes de soluções criativas e inovadoras no plano do particular, do específico. Traziam imbutido o respeito às peculiaridades, ao ritmo e às decisões de cada Unidade Acadêmica. Isto implicava convivência com a resistência de algumas Unidades Acadêmicas em iniciar os trabalhos em torno do seu Projeto Pedagógico ou de mantê-los, apesar de a EAP ter claras a origem e a natureza dessa resistência. Essa questão sempre mereceu atenção da EAP e gerou dúvidas ainda não resolvidas quanto ao seu melhor encaminhamento.

Grande parte da dinâmica da reestruturação da PUCCAMP se apoiou na execução da pesquisa "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade" e nos seus resultados. Quanto aos dados quantitativos obtidos, temos certeza de que houve oportuna exploração, possibilitada pela sua ampla divulgação, imediatamente após o seu processamento, e através de várias formas de apresentação e sugestões para o seu aproveitamento. As dúvidas ficaram em torno dos dados qualitativos, referentes à Questão Sessenta. A riqueza desses dados, tanto pelo espectro de situações que cobriam, como pela natureza existencial que revelavam, sempre trouxe a sensação de que nunca foram esgotadas as suas reais possibilidades. Ou, apesar da riqueza, muitas das informações não conseguiram sensibilizar os setores envolvidos, ou não foram suficientemente eloquentes para serem ouvidas. O que explicaria isso: A demora da EAP para fazer a divulgação desses dados? Pouca insistência no atendimento aos apelos que continham? Falta de uma sistematização final dos dados e conseqüente acompanhamento das ações que desenca—

inadequação metodológica: para a captação de um objeto dinâmico exige-se, antes, mergulhar nele, e não simplesmente "falar sobre ele".

Frente às preocupações de definir o Projeto Pedagógico da Universidade pela identificação do que representasse unidade e globalidade nas múltiplas propostas e realizações das Unidades Acadêmicas e a de superar a dificuldade para a formalização do Projeto Pedagógico da Universidade (uma vez que ele foi tomado, em geral, como processo) ficou-nos uma certeza, validada no tempo e confirmada pela práxis: o Projeto Pedagógico vai além dos limites de um documento escrito. Fora dessa realidade, qualquer tentativa de definição e formalização de Projeto Pedagógico é irrelevante.

- a econômica, pelo fornecimento de mão-de-obra para o mercado de trabalho;
- a cultural/científica, pela preservação, criação e difusão do saber;
- a social, pela ação provocativa de transformações em direção a uma sociedade mais justa e mais humana.

Na história da PUCCAMP (de 1941 a 1981) prevaleceu significativamente a função econômica, cumprindo a Instituição o papel de formar mão-de-obra profissionalizante e a cultural/científica, no que diz respeito à transmissão de conhecimento. A única ressalva se faz no período de 1964 a 1968 em que foram tomadas várias iniciativas no sentido de reestruturar os cursos, introduzindo o sentido social no trabalho universitário.

A universidade brasileira, incluindo-se a PUCCAMP, passou a ter pós-68, no dizer de Marilena Chauí (1980:34), os papéis de "criar incompetentes sociais e políticos (e de) realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho", pois fragmentou o conhecimento, impediu o pensamento e a participação.

A elaboração do Projeto Pedagógico, a partir de 1981, no entanto, desencadeou ações com vistas a rever as funções que a Universidade vinha exercendo, direcionando-as para a dimensão social. Todas as ações voltadas para o traçado do perfil do profissional, do perfil do aluno e do professor, as alterações curriculares, os projetos de extensão e prestação de serviços na comunidade, a revisão da metodologia do ensino e dos conteúdos, a capacitação docente tinham o objetivo de "emancipar" a PUCCAMP do domínio da má qualidade, da inversão de papéis e da inércia na perspectiva do social.

Entendemos que a significação da revisão e redefinição

da universidade.

Isso quer dizer que a autonomia universitária diz respeito ao exercício das funções de ensino, pesquisa e extensão e ao próprio governo da universidade. Inclui-se aqui, também, a função de crítica que a universidade deve ter frente aos problemas sociais, assim como de participação na solução destes em vista da transformação social.

Nesses termos podemos distinguir duas dimensões na noção de autonomia universitária: a interna, enquanto se situa propriamente na gestão da instituição, a qual pressupõe a participação de todos os segmentos, a repulsa a toda forma de subordinação hierárquica e a instalação da relação democrática presidida pelas decisões conjuntas; sendo assim, "as relações de poder na universidade não podem assumir caráter meramente administrativo e acadêmico; definem-se sobretudo como uma questão política" (M.Lourdes A.Fávero, 1988:8); a externa, que se impõe para que a universidade cumpra a sua função social, necessitando para tanto de estar livre do arbítrio do Estado, das mantenedoras ou de grupos movidos por interesses alheios aos fins da universidade.

A autonomia universitária, assim entendida, deve estar presente em todas as ações desenvolvidas nas áreas administrativa, financeira, didático-científica e nas suas relações externas com a sociedade mais ampla.

Na prática, a autonomia universitária só existe, se conquistada, e uma noção correta do que ela seja e como se afirma só é possível por meio da análise histórica de conjunturas concretas. O que a história nos tem ensinado é que a afirmação da autonomia universitária consiste em "conquistar, através de lutas políticas, dentro dos limites históricos do momento, o máximo de espaço para a autogestão. É estender o tecido institu-

imprescindível para apontar as áreas superpostas e as relações institucionais complexas existentes entre a Reitoria e a Mantenedora.

Em suma, podemos afirmar que o próprio Projeto Pedagógico foi fator de resistência e de inversão do quadro de heteronomia em que a PUCCAMP estava submersa. As conseqüências disso podem ser resumidas em:

- maior criatividade na área acadêmica;
- mais dinamismo das Unidades Acadêmicas;
- mais consistência nos debates realizados nas reuniões dos colegiados;
- melhor visualização dos setores administrativos que necessitavam de reformas.

1.3 - Democratização interna da universidade

O estudo sobre democratização da universidade pode apresentar duas dimensões, a saber: uma relativa ao acesso à universidade em que se debatem as questões da desobstrução dos caminhos pelos quais a universidade se torna "coisa pública", aberta a todas as camadas sociais da população, indistintamente, a segunda localiza-se no nível interno da universidade e se refere ao poder e às relações que nela existem como em qualquer instituição social. Nesse subitem interessa-nos essa segunda dimensão.

Do ponto de vista liberal, a idéia de democracia se restringe à forma de um regime político, pelo qual cruzam as idéias de cidadania, eleições, rotatividade de governantes. Fazendo um paralelo com o governo da universidade, o seu processo de democratização estaria satisfeito, desde que se realizassem as

pendendo das formas administrativas assumidas, pode subjugar a vida acadêmica ao poder burocrático e legalista, tornando-se geradora de formas de existência alienantes.

A despeito do peso de toda a história autoritária da Universidade, a PUCCAMP, pela construção do seu Projeto Pedagógico, enfrentou criticamente a questão do poder, empregando esforços no sentido de rever as formas de organização e produção do trabalho acadêmico e das relações internas de poder. Por meio de atos de resistência que apelavam por formas mais participadas de governo e pela subordinação do administrativo ao pedagógico, foi conseguido:

- maior representatividade nos órgãos de decisão;
- alterações estatutárias e regimentais que ampararam o acesso mais participado ao poder central e setorial;
- maior dinamismo das Unidades Acadêmicas e dos Departamentos pela descentralização das decisões;
- divulgação de todas as atividades e assuntos de interesse da comunidade universitária, com consulta às bases e mobilização das entidades representativas docente, discente e funcional;
- redimensionamento da mediação das relações burocráticas na vida acadêmica;
- revisão constante da relação pedagógica no combate ao saber cristalizado e autoritário.

2. A PARTICIPAÇÃO COMO NÚCLEO DA REESTRUTURAÇÃO

Clarificar, redefinir e ampliar a função social da universidade, assegurar a autonomia didático-científica e administrativo-financeira, democratizar o acesso ao poder instituído e

- C O N C L U S Ã O -

A proposta de construção do Projeto Pedagógico da PUCCAMP surgiu num contexto de transição política e social do país, numa Universidade que trazia as marcas do autoritarismo na sua estrutura de poder, que vivia uma condição de dominação e um generalizado caos administrativo, acadêmico e financeiro.

Perplexa frente à crise que vivia, a comunidade universitária entendeu que seria essa a ocasião única de repensar as finalidades da PUCCAMP no contexto cultural, político e social brasileiro. "A crise é um momento de vida que deve ser aproveitado sob pena de sucumbirem as Instituições que não procurarem novos caminhos para a sua superação" segundo o texto "Da crítica à proposta" (EAP, 1981a) distribuído a toda a Universidade.

Esse momento foi aproveitado para afrouxar os grilhões da dominação, por meio de ações na área acadêmica, administrativa e financeira que significaram resistência à situação dada. Foram profundas alterações curriculares até a modulação de número de alunos por disciplina e por classe, a qual implicou no redimensionamento administrativo-financeiro, guiado por critérios pedagógicos, passando pela capacitação docente, pela qualificação do ensino, pela intensificação da extensão e dos serviços à comunidade e pela implementação da pesquisa e respectivos órgãos de apoio.

rior do país.

Acreditamos que podemos caminhar com essa reflexão e em duas direções. Primeiramente, a construção do Projeto Pedagógico nos mostra que perseguir um projeto de universidade torna-se condição essencial para a democratização e para a autonomia universitária, na medida em que elimina das decisões a parcialidade e o clientelismo, e norteia-se pela vontade comum. Entretanto, esse projeto deve ser coletivo e fruto de um processo que aflora com a tomada de consciência da situação vivida e sustentada pela vontade política de todos os envolvidos. É um "estado" de reestruturação que passa a fazer parte daquela história, acionado pela crítica imanente e pelo pensamento dialético.

Em segundo lugar, a construção do Projeto Pedagógico da PUCCAMP, mesmo tendo significado um grande avanço para o ensino superior brasileiro (considerando-se que ocupou o espaço possível para aquele momento histórico numa sociedade capitalista), leva a indagar sobre o acesso à escola e a permanência nela de grande massa da população e sobre a qualidade dessa mesma escola, quadro este ao qual não foge o ensino de 3º grau e no qual a Universidade privada tem papel reservado. Nesse sentido, a PUCCAMP está também à procura de respostas.

É sabido que a escolarização no Brasil atinge níveis vergonhosos. Cerca de 40% da população de 7 a 14 anos não frequenta a escola e o restante não tem acesso regular a ela e recebe um ensino de baixa qualidade. Aquela parte que conclui o ensino de 2º grau numa escola pública, por razões de trabalho e do ensino deteriorado de que foi vítima, não consegue entrar na universidade oficial, gratuita, matriculando-se na escola de 3º grau privada, paga.

Essa estrutura de ensino, que provoca o acirramento de

- BIBLIOGRAFIA -

-OBRAS-

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

ANDRÉ, Marli e LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986. 99p.

APROPUC/SP. *Uma experiência democrática: o caso PUC/SP*. São Paulo, Cortez Editora, 1981. 117p.

ATHAYDE, Tristão de. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro, Schmidt, 1931.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1980. 130p.

CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio: - Conclusões de Medellín*. Petrópolis, Editora Vozes, 1969.

CELAM. *A evangelização no presente e no futuro da América Latina - Puebla: Conclusões*. São Paulo, Edições Loyola, 1979.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica; Realidades Sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. 314p.

- GARCIA, Walter Esteves (org.) *Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1980.
- GIANNOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbãrie*. São Paulo, Editora Brasiliense S/A., 1986. 113p.
- GILES, Thomas Ransom. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo, E.P.U.: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, vol.01. 302p.
- GIROUX, Henry. *Pedagogia radical*. São Paulo, Cortez Editora, 1983. 96p.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1986. 336p.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *O ensino superior no Brasil; A estrutura de poder na universidade em questão*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1982. 164p.
- LALANDE, André. *Vocabulaire Technique et critique de la philosophie*, 11e. ed. Paris, P.U.F., 1972.
- LEITE, Rogério C. de Cerqueira. *As sete pragas da universidade brasileira*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O espírito universitário*. Rio de Janeiro, Editora Agir, 1959.

SAVIANI, Dermeval. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984. 110p.

SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*, 2a.ed., Lisboa (Portugal), Moraes Editores, 1981. 406p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *O que é universidade*, 6a.ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. 84p. (Primeiros Passos).

- PERIÓDICOS -

BOLETIM ANPED. *Reabrindo um debate; produção e disseminação do conhecimento na área educacional*. Niterói, v.09, nº 01, jan-mar.1987.

CADERNOS DA ANDES, 2a. ed., Juiz de Fora, nº 1, jan.1988.

CADERNOS CEDES. *Pesquisa participante e educação*. São Paulo, nº 12, 1984.

CADERNOS CEDES. *Educação superior: autonomia, pesquisa, extensão, ensino e qualidade*. São Paulo, nº 22, 1988.

DOIS PONTOS, Brasília, Assessoria Especial de Comunicação Social da SESu, nº 37, set. 1987.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Brasília, v.7, nº 15, 2º semestre 1985.

GADOTTI, Moacir. Escola pública popular: uma alternativa para a constituinte. *Educação Brasileira*. Brasília, 9(18):113-122, 19 sem.1987.

ISTO É. *Bóias frias de diplomas*, nº 85, 09/08/78. p.30-4.

ISTO É. *Universidade Burra*, nº 255, 11/11/81. p.44-50.

JOÃO XXIII. A grandeza e a responsabilidade do docente. *Revista da U.C.C.* Campinas, 19/20: 1-6, ago.1961.

LACOMBE, Américo J. Para a história das origens da Universidade Católica. *VERBUM*, 32(2): 71-85, jul.1976.

MENDES, Durmeval Trigueiro. Governo da universidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 47(105): 69-80, jan-mar. 1967a.

MENDES, Durmeval Trigueiro. O problema dos excedentes e a Reforma Universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 48(107): 163-8, jul-set.1967b.

MENDES, Durmeval Trigueiro. "A universidade e sua utopia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 112:223-231, out-dez.1968.

PADIN, D. Cândido, O.S.B. A verdade sobre o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *Revista da U.C.C.*, Campinas, 18: 192-195, jun.1960.

- ARTIGOS DE JORNAIS -

ANSELMÍ, Renato. Uma surpresa para formandos da PUCC. Não se formaram. *Diário do Povo*, 29/12/79.

ANSELMÍ, Renato. PUCC demite dois professores. *Diário do Povo*, 03/02/80.

APROPUC denunciam triagem ideológica. *Diário do Povo*, 22/05/80.

AZEVEDO, Dermi. Tensão marca relacionamento entre CNBB e Vaticano. *Folha de São Paulo*, 04/11/84, p.14, c.2.

BOICOTE continua e PUC não paga professores. *Jornal de Hoje*, 09/01/80.

BARRETO Fonseca reafirma: "As demissões foram legais". *Correio Popular*, 20/05/80.

CÔNEGO Busch desmente Reitor da PUCC. *Diário do Povo*, 21/05/80.

DCE denuncia o favorecimento de reitor-aluno. *Folha de São Paulo*, 19/02/80.

DOSSIÊ vai para CNBB: irregularidades na PUC. *Jornal de Hoje*, 07/02/80.

DEFESA do Reitor contradiz nota oficial da PUCCAMP. *Folha de São Paulo*, 22/02/80.

PENSAMENTO político da Igreja vai influir na PUC. *Jornal de Hoje*, 04/04/80.

PROFESSORES da PUCC param e Reitor viaja. *Correio Popular*, 25/04/80.

PUCCAMP promete "democratizar" suas decisões. *Folha de São Paulo*, 30/04/80.

PUCC convoca CONSUN para escolha do novo Reitor. *Correio Popular*, 28/05/80.

PROFESSOR pede a descentralização do poder na USP. *Folha de São Paulo*, 17/09/80, p.03.

PAPEL da Universidade divide opiniões. *Folha de São Paulo*, 12/02/84, p.25.

QUEM está fora não entra, quem está dentro não sai. *Folha de São Paulo*, 07/12/80. Folhetim.

RODRIGUES, Hêlio. PUCC: sob o signo do arbítrio. *Diário do Povo*, 23/12/79.

REITOR declara guerra à APROPUC. *Correio Popular*, 06/02/80.

REITOR da PUCC anuncia o fim de seu mandato. *Correio Popular*, 25/05/80.

ROSA, L.P. Universidade e realidade brasileira. *Folha de São Paulo*, 21/10/84. Folhetim, p.3-5.

Reestruturação da universidade (Coletânea de textos). Recife, ADUFEPE, 1982. 102p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *Propostas das associações de docentes e da ANDES para a universidade brasileira*. Olinda, ANDES, 1982. 26p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR, ed. *O poder e o saber: a universidade em debate*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984. 150p.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUCCAMP, APROPUC. *Projeto Pedagógico*. Campinas, PUCCAMP, 1981. 3p.

CAMPOS, Maria M. Malta. *O ensino obrigatório e as crianças fora da escola*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1981.

EQUIPE DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA-EAP. *Da crítica à proposta: a Universidade como Projeto Pedagógico*. Campinas, PUCCAMP, 1981a. 5p.

EQUIPE DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA - EAP. *Da proposta à ação*. Campinas, PUCCAMP, 1981b. 4p.

EQUIPE DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA - EAP. *Síntese e análise dos Projetos Pedagógicos das Unidades Acadêmicas*. Campinas, PUCCAMP, 1981c. 45p.

EQUIPE DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA - EAP. *A universidade e a construção do seu próprio: a experiência da PUCCAMP*. Campinas, PUCCAMP, 1982a. 23p.

GADOTTI, Moacir. *Repensando a universidade*. Campinas, PUCCAMP, s/d. 4p.

PASTORE, Gláucia M. e SANTOS, Hélio O. *Proposta de criação de organismo de integração básico-profissionalizante*. Campinas, PUCCAMP, s/d. 7p.

REGINA, Heitor e outros. *Contribuição da PUCCAMP para a reflexão da pesquisa. "A Universidade Católica no Brasil"*. Campinas, PUCCAMP, 1982. 8p.

VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS. *Diretrizes gerais do Projeto Pedagógico*. Campinas, PUCCAMP, s/d. 5p.

DOCUMENTOS (Legais, Normativos e Outros)

AVALIAÇÃO da implantação da Reforma Universitária nas Universidades Federais (2 vols.), Salvador, UFBA/ISP - MEC-DAU, 1975.

ATA da Reunião da Vice-Reitoria Acadêmica com as Direções e Coordenação de Cursos e de Departamentos das Unidades Acadêmicas, realizada dia 07/02/1984.

BRASIL, Decreto n. 8.232, de 18 de novembro de 1941. Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas e dá outras providências. *Arquivo da Secretaria Geral da PUCCAMP*.

BRASIL, Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que

PUCCAMP, Ofício circular VRAAC n. 008, de 30 de março de 1982. Consulta sobre interesse em conhecer o perfil do aluno e solicita indicação de um professor para esse trabalho. *Arquív*o da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUCCAMP.

PUCCAMP, Ofício circular VRAAC n. 11, de 16 de abril de 1982 . Apresenta conclusões definidas quanto ã pesquisa do aluno e marca nova reunião. *Arquív*os da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUCCAMP.

PUCCAMP, Portaria GR n. 158, de 17 de agosto de 1981. D^ã providências para a implantação de medidas aprovadas pelo CONSUN e para a elaboração do Projeto Pedagógico. *Arquív*o do Gabinete da Reitoria da PUCCAMP.

PUCCAMP, Portaria GR n. 26, de 10 de fevereiro de 1982. Aprova, em caráter experimental, medidas decorrentes do Projeto Pedagógico das Unidades Acadêmicas. *Arquív*o do Gabinete da Reitoria da PUCCAMP.

PUCCAMP, Portaria GR n. 244, de 28 de novembro de 1988. Torna públicas as normas relativas ã realização, fiscalização e apuração das eleições para a escolha de Reitor e Vice-Reitores. *Arquív*o do Gabinete da Reitoria da PUCCAMP.

REFORMA do Ensino Superior Francisco Campos. *Diário Oficial da União*, 15/04/1931, p.5830 e 5839.

- A N E X O S -

- ANEXO I -

DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

O presente documento, elaborado pela Vice-Reitoria Acadêmica e submetido à apreciação do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa, na sua 56ª reunião, de 15/08/81, tem por objetivo estabelecer diretrizes que sirvam de estímulo aos debates que se travarão nas Unidades, quando da elaboração do projeto pedagógico da PUCC.

Trata-se de um trabalho elaborado em resposta a uma sensível necessidade da comunidade, no tocante ao conhecimento exato das finalidades e da definição do projeto pedagógico, dos seus componentes e de seus efeitos.

A Vice-Reitoria Acadêmica, através deste documento, espera que a comunidade universitária realmente participe dos esforços necessários à construção de uma nova Universidade.

1. Considerações Preliminares

1.1 – Definição do Projeto Pedagógico.

É tarefa precípua de qualquer Universidade assentar suas atividades em um tripé, formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão de serviços à comunidade.

O ensino, ministrado em nível superior, é oferecido nos níveis de graduação e pós-graduação.

A pesquisa científica ou é ligada diretamente à docência, redimensionando e refinando o ensino realizado como objeto de pesquisa, transformando-o, por conseguinte, em fator de produção intelectual, ou é ligada igualmente a uma área específica do conhecimento, como pesquisa pura ou aplicada.

Nas atividades de extensão de serviços à Comunidade, a Universidade exterioriza seu potencial técnico-cultural-científico, engajando-se na sociedade, captando sua problemática e dela participando, ativamente, como elemento propulsor na busca de soluções. Esta extensão tem sido normalmente oferecida sob a forma de Cursos Complementares, para clientelas de acadêmicos ou graduados, sob a forma de desenvolvimento de recursos humanos, para parcelas mais amplas da população e finalmente através de projetos especiais e assessoria.

A maneira como cada Universidade operacionaliza esses três níveis de atuação e estabelece suas prioridades ou inter-relacionamentos, varia de acordo com os objetivos de alcance social mais imediatos, o meio comunitário em que se assenta, o preparo dos corpos docente e discente, as formas de contratação do corpo docente, os recursos disponíveis, as flutuações do mercado de trabalho, o espaço físico disponível, etc.

Definida a natureza de uma Universidade, seus princípios filosóficos e suas estruturas, além das finalidades que pretende alcançar, é preciso encontrar um plano de ação que viabilize o alcance dos fins, calcado em estruturas acadêmica e administrativa compatíveis com as linhas mestras filosóficas e com os fins a alcançar.

Considerando que os fins de uma Universidade incluem tanto a crítica do saber existente como a função de vanguarda de produzir novos conhecimentos e a de preparar profissionais, educadores e especialistas, dotados de visão crítica, reflexiva e humanística, capazes de influir de algum modo no desenvolvimento político, social, cultural e econômico da sociedade, é necessário embasar as atividades "meio" em um sério esforço de planejamento acadêmico, atividade logística através da qual se cumpram as finalidades mestras predefinidas.

Em linhas gerais, pode-se definir, neste contexto, o projeto pedagógico como um plano de ação acadêmico, elaborado a partir de uma linha filosófica e executado de modo que possa prever todos os instantes da Universidade, desde o ingresso nesta dos seus universitários, até a verificação de suas futuras atuações profissionais, com a reciclagem permanente de conhecimentos.

Não deve ser restrito ao uso de uma programação puramente didática, mas deve integrar todo um sistema suporte que se evidencie no exercício didático.

1.2 – A Elaboração do Projeto Pedagógico

1.2.1 – Quem elabora.

Sendo este projeto um trabalho não apenas teórico ou discursivo, mas que deva ser cotidianamente vivenciado, deve ser elaborado com a participação da comunidade, a partir de diretrizes globais.

A maior ou menor eficiência que apresentará, está diretamente ligada à maior ou menor participação de todos, o que estabelece, a seu modo, o maior ou menor crédito com que a comunidade o distingue e a quantidade de motivação para seu implante.

Nesses termos, é trabalho das Unidades montar seus planos de ação, setorizados.

A junção dos esforços unitários deverá respeitar as características específicas de cada Área de conhecimento e será bem sucedida, se os princípios filosóficos básicos da Universidade forem aceitos e respeitados, e houver uma necessária equalização na análise das condições atuais dos Cursos, e na forma como se pretende implantar o projeto.

1.2.2 – Tempo de elaboração.

O tempo utilizado para a elaboração deste plano, é proporcional, logicamente, aos fatores motivadores de sua existência, ao grau de refinamento que possuirá e ao estado atual que o preceda e subsidie.

Um projeto pedagógico, na realidade, deve ser construído ao longo do tempo, em fases de definição, planejamento metodológico, meios logísticos para execução, estruturação, implantação, avaliação e aprimoramento.

É certo que não se pode pretender, em apenas dois meses ou pouco mais, alcançar um projeto de alta profundidade.

É necessário, por outro lado, estabelecer neste tempo, as diretrizes globais e os passos iniciais mais importantes, para assegurar que o alcance imediato dos esforços seja obtido ainda em 1982 e que os aspectos acadêmicos estejam definidos para a reformulação estatutária em andamento.

1.2.3 – Os fatores motivadores.

A motivação básica para a elaboração deste projeto, é procurar meios que possibilitem, na área acadêmica, alcançar os seguintes pontos:

a) adequação da realidade dos Cursos:

- à filosofia da Universidade;
- às necessidades atuais do País;
- à situação atual e prospectiva dos mercados de trabalho;
- ao espaço físico disponível;
- à presença da Universidade na comunidade;
- à realidade de recursos disponíveis.

b) estruturação orgânica da Universidade, historicamente carente de um planejamento mais cuidadoso e vítima de uma ampliação desmedida quer de instalações, quer de vagas.

c) caminhos a serem atingidos pela Universidade:

- prioridades nos níveis de ensino, pesquisa, extensão e formas de operacionalização;
- capacitação e carreira docentes;
- prioridades nas Áreas de conhecimento;
- melhoria na qualidade de ensino e busca de eficiência.

1.2.4 – Tempo de implantação.

Reconhecendo que a prioridade básica da PUCC ainda é o ensino, em nível de graduação, é preciso implantar imediatamente para 1982, estruturas curriculares balanceadas e atualizadas, cujos enfoques orientadores estejam numericamente refletidos nas grades curriculares, espelhem os objetivos mais importantes da Universidade e sejam acompanhados de infra-estrutura didática e organizacional capazes de sustentá-los.

Talvez seja mais importante executar um projeto cuidadoso e gradativamente implantado, que não sucumba ao sabor das dificuldades financeiras da Instituição e constitua caminho conhecido a seguir, do que elaborar plano ousado e irrealista, que venha a frustrar as expectativas da comunidade.

Nesses termos, o projeto deve ser o mais completo possível, ter sua implantação iniciada em 1982, aprimorada em 1983 e completada em 1984, em todos os níveis.

2. COMPONENTES DO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 – Aspectos Históricos e Diretores

- a) Filosofia das Unidades e dos Cursos.
- b) Adequação dessa Filosofia à da Universidade.
- c) Análise da situação atual do País, na Área de conhecimento e no campo de atuação profissional.
- d) Estudo de mercado profissional.
- e) Definição do número de vagas a ser oferecido e períodos de funcionamento.
- f) Perfil do profissional a ser formado.
- g) Ênfase na orientação profissional.
- h) Tipos de Cursos a serem oferecidos.
- i) Divulgação dos Cursos.

2.2 – Condições de Infra-Estrutura.

2.2.1 – Recursos Físicos.

- a) determinação de espaços físicos necessários e análise de suas condições;
- b) biblioteca;
- c) espaço e recursos administrativo-acadêmicos;
- d) locais de funcionamento;
- e) acesso aos locais de funcionamento;
- f) condições de trabalho docente, discente e funcional.

2.2.2 – Recursos Materiais.

- a) materiais didáticos (livros, instrumental, etc);
- b) laboratórios e equipamentos;
- c) salas de aula;

2.2.3 – Recursos Humanos.

- a) análise dos recursos disponíveis;
- b) capacitação docente;
- c) formas de contratação;
- d) pessoal de apoio (técnicos, funcionários, etc);
- e) educação permanente (formas de possibilitar).

2.3 – Estrutura Acadêmica.

2.3.1 – Curricular (graduação e pós-graduação).

- a) enfoque orientador e objetivos;
- b) grade curricular (obrigatória e optativa), cargas-horárias e atividades;
- c) metodologias de ensino;
- d) formas de avaliação de desempenho escolar e de frequência;
- e) bibliografias;
- f) ciclos básicos e profissionalizantes;
- g) sistemas de pré e co-requisitos;
- h) pesquisa para o ensino.

2.3.2 – Administrativa

- a) análise atual e sugestões;
- b) sistemas de protocolo, fluxo de papéis e informações;
- c) formas de matrícula e confirmação;
- d) armazenamento de dados;
- e) trancamentos e cancelamentos de matrícula;
- f) recursos, abandonos, dependências, adaptações, dispensas, caducidade de conhecimentos, etc;
- g) órgãos auxiliares;
- h) serviços à comunidade;
- i) diários de classe, livro-ponto, calendários;
- j) elaboração de catálogos, normas, instruções, etc.

2.4 – Desenvolvimento Didático.

- a) formas de operacionalização curricular.
- b) tipos de atividades didáticas.
- c) relações de alunos por espaço físico, docentes e funcionários de infra-estrutura acadêmica.
- d) atendimento aos alunos.
- e) monitorias, estágios, atividades docente-assistenciais.
- f) seminários, congressos, semanas de estudo.
- g) interdisciplinaridade, flexibilidade curricular, integração.

Todo o plano pedagógico deve conter, em suma, respostas às questões:

- o que fazer ?
- por quê ?
- para que e para quem ?
- como ?
- com o que e com quem ?
- onde ?
- quando ?

2.5 – Diretrizes Gerais para a Pós-Graduação e a Pesquisa.

2.5.1 – Pós-Graduação.

2.5.1.1 – Objetivos Fundamentais.

- a) promover a educação permanente, reciclando, atualizando e aprofundando conhecimentos;
- b) propiciar a capacitação docente, primordialmente para o quadro docente da PUCC;
- c) formar especialistas, pesquisadores e consultores, que contribuam para a solução de problemas especiais;
- d) permitir a aquisição de títulos acadêmicos que concorram para o engajamento e/ou crescimento na carreira universitária.

Esses objetivos estão relacionados na ordem decrescente de prioridade. Os itens a) e b) permitem atender a um conjunto maior de interessados e repercutem diretamente no aprimoramento de nossos ex-alunos, de graduados em geral e, sobretudo de nossos docentes, cuja capacitação permanente, ao ser incentivada, se reflete em sensível ganho na qualidade de ensino na graduação.

Os itens c) e d) são atingidos indiretamente, se implantados programas de pós-graduação. Não devem constituir-se em objetivos isolados dos dois primeiros, sobretudo porque os recursos utilizados retornam de forma menos direta para o desenvolvimento pedagógico e científico da Universidade.

A formação de pesquisadores, que atuem dentro da Universidade, inseridos na problemática social e com reflexos imediatos para as comunidades interna e externa a ela, devem ser buscados e privilegiados.

Entende-se como estudos de pós-graduação, toda e qualquer atividade pedagógica efetuada após a conclusão da graduação, a saber:

- aperfeiçoamento
- especialização } lato sensu
- programas de mestrado (stricto sensu)

A pós-graduação, atualmente concentrada na Área das Ciências Humanas, deve abranger também as Áreas das Ciências Exatas, Tecnológicas e da Saúde, procurando-se os recursos que dêem suporte a essa medida.

2.5.1.2 – Diretrizes Gerais.

- a) estabelecer as metas de cada área de concentração dos diversos programas, adaptando-as aos objetivos fundamentais de uma

Universidade Católica, da Pós-Graduação e dos interesses mais imediatos e prementes da problemática brasileira, visando a, cada vez mais, o próximo ajustamento às constantes transformações na realidade sócio-político-econômico-cultural;

- b) estabelecer programas integrados e multiprofissionais, de capacitação docente;
- c) programar planos de pesquisa, financiados por entidades de amparo à ciência e à pesquisa, que permitam o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e se constituam em fator de inovação no progresso da sociedade;
- d) agilizar o relacionamento da Universidade com a comunidade em que se insere, notadamente no setor da educação e dos serviços;
- e) oferecer cursos de aperfeiçoamento e especialização, subdivididos em etapas modulares, que exerçam forte motivação junto à comunidade;
- f) direcionar linhas de pesquisa aplicada, orientadas para a solução de problemas imediatos, cujas soluções apresentem interesse para a comunidade e para o orientado, diminuindo o tempo de duração do programa e propiciando maior produtividade para o trabalho dos orientadores;
- g) obter fontes alternativas para os programas de pós-graduação;
- h) criar metodologias de ensino e trabalho científico, usando a área da graduação como base de trabalho e campo de estudos;
- i) utilizar, em trabalhos relevantes e especiais, o potencial cultural e científico do corpo docente ligado à Pós-Graduação, beneficiando a comunidade através do assessoramento a diferentes órgãos, impulsionando serviços de extensão e educação permanente;
- j) estimular programas de desenvolvimento de recursos humanos e de ação comunitária, em zonas urbano-centrais, periféricas ou rurais, diagnosticando problemas e fenômenos ao mesmo tempo, para a utilização em trabalhos orientados;
- l) estabelecer aproximação direta entre ensino e pesquisa, esta última aplicando seus resultados diretamente voltados à crescente evolução da qualidade do ensino;
- m) oferecer oportunidades de participação de maior número de inscritos nas disciplinas dos programas "stricto sensu", através de matrículas isoladas.

2.5.2 – Pesquisa.

- a) – análise da situação atual
 - projetos em andamento
 - projetos já elaborados
 - campos de pesquisa possíveis
 - papel da PUCC na Área.
- b) projeto para implantação gradativa de planos de pesquisa na PUCC:
 - pesquisa no ensino, com prioridade,
 - pesquisa científica aplicada,
 - obtenção de fundos junto a Instituições de amparo à pesquisa e recursos alternativos.
 - pesquisas de imediato alcance social.

VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

- ANEXO II -

DA CRÍTICA À PROPOSTA: A UNIVERSIDADE
COMO PROJETO PEDAGÓGICO



DA CRÍTICA À PROPOSTA

A UNIVERSIDADE COMO PROJETO PEDAGÓGICO

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

Este documento pretende trazer à reflexão de todos, o sentido do projeto pedagógico, visando a mobilização da Universidade, para que esta se sensibilize da necessidade de repensar-se permanentemente, repensar suas funções, seus serviços, e seu compromisso com a sociedade.

Trata-se de um texto inacabado que, a exemplo dos demais, deverá ser trabalhado por todos nós, redimensionando-o a partir das próprias experiências inerentes aos diferentes setores da PUCCAMP; Unidades, Cursos Departamentos, Segmentos etc.

1. A PUCCAMP no momento histórico da Universidade Brasileira.

É de todos conhecido o estado crítico em que se encontra o ensino superior brasileiro.

A crise financeira de Universidades privadas, como a PUCCAMP, hoje revelada aos olhos de todos, traz em seu bojo componentes que se vêm arrastando há muito tempo e não se encerram somente na análise financeira.

A definição dos caminhos a serem percorridos pelas Universidades têm-se caracterizado pela improvisação e por projetos ou ações isoladas.

A PUCCAMP, inserida, neste quadro crítico da Universidade Brasileira, procura sua sobrevivência, em todos os sentidos, buscando a superação de um conjunto de contradições que se evidenciaram em sua recente trajetória.

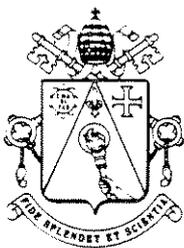
A procura de caminhos que possam levar a soluções realmente orgânicas para a problemática atual e a procura de identidade, de adequação a uma realidade social existente e uma presença atuante nos acontecimentos nacionais são necessárias para que a Universidade, através de sua comunidade, encontre o caminho a percorrer no futuro.

2. Necessidade de um projeto pedagógico

O momento histórico vivenciado hoje, exige da comunidade uma tomada de posição quanto a um planejamento que possa assegurar à Instituição, uma sobrevivência digna, calcada em valores como a qualidade do ensino ministrado, as condições de trabalho docente e funcional, o compromisso com a verdade e com os interesses básicos da população brasileira, em especial, a mais necessitada.

Se é forçoso reconhecer que a comunidade universitária, intranqüilizada por uma crise financeira, encontra dificuldades para se motivar em busca de um projeto de Universidade, é igualmente notória a necessidade de não perder tempo e arregaçar as mangas, procurando criar planos de ação para o futuro, que não sucumbam ao sabor de crises que prometem se suceder. A crise desta Universidade é a ocasião única de repensar suas finalidades no contexto cultural, político e social brasileiro. A crise é um momento de vida que deve ser aproveitado, sob pena de sucumbirem as Instituições que não procurem novos caminhos para a sua superação.

Por esta razão, é fundamental o esforço convergente na reflexão em torno do projeto da PUCCAMP, como um estudo para definir uma meta a seguir, que deve ser respeitada sobretudo em seus pontos essenciais.



3. Sentido de um projeto pedagógico

A existência de um projeto pedagógico certamente não se fará mediante pura institucionalização de medidas que lhe dêem suporte.

Antes de tudo, é proveniente da aspiração e do trabalho histórico dos diversos setores que estão fazendo esta Universidade.

Um projeto pedagógico faz-se através do tempo, possibilitando a transformação de planos em ações e de ações em novos planos.

Está em constante evolução e em **estado de ebulição**, renovando-se através de um processo histórico.

O que se pretende é **evidenciar** e **articular** forças de todos os segmentos da Universidade, e institucionalizar os meios que possibilitem o avanço de todos em busca dos valores e da identidade desta Universidade.

Percebe-se claramente na PUCAMP de hoje a efervescência em torno de um projeto de Universidade, que tem fluído através de debates, críticas e controversia, catalisando ações renovadoras das estruturas acadêmica e administrativa, que constituem o verdadeiro espírito da Universidade.

Neste quadro, o que se pode pretender, quando se fala em "elaboração de projeto pedagógico" é nada mais nada menos que organizar e sistematizar um processo já em andamento, catalisando no momento certo, as manifestações e reflexões que se têm evidenciado sob formas heterogêneas e, por vezes descompassadas, nos diferentes setores da Universidade. Seu objetivo não é uniformizar.

A diversidade, o pluralismo e a flexibilidade têm presença garantida no caminho que uma **Universidade Democrática** deve percorrer.

4. Contexto do Projeto Pedagógico

As recentes sucessivas mudanças na estrutura de poder da Universidade, os planos pedagógicos isolados de algumas Unidades, a existência e a atuação de segmentos como a APROPUC, o DCE e a AFAPUC, a presença constante da Imprensa, atenta aos acontecimentos gerados nesta Universidade, a orientação da Igreja Católica no tocante à vida universitária, seus documentos e os da CNBB, a presença renovadora do Arcebispo de Campinas, as discussões em torno da carreira docente, reformulação de estatuto e regimento geral da PUCAMP, a departamentização, a retomada da orientação inicial de Cursos como o de Medicina, o contorno da crise financeira e suas conseqüências, a execução de um diagnóstico acadêmico e administrativo, são fenômenos que caracterizam o andamento de um projeto pedagógico, porque foram momentos de aprendizagem para todos os que possuem visão crítica e induziram à geração de necessidades futuras. Tais momentos, que caracterizam um processo de renovação da Universidade, estão revelando a importância de cada instante ou setor da Universidade na constituição de sua história, que precisa ser escrita, que precisa ser aproveitada.

Num balanço superficial deste processo histórico, devem ser destacadas as atuações dos segmentos da Universidade, que constituem os componentes vitais de sua transformação.

A Associação dos Professores, fundada em 1978, com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho e ensino, bem como pela capacitação dos docentes, tem demonstrado estar atenta aos anseios dos Professores, colocando-se a seu lado nas condições mais diversas.

Idêntico destaque pode ser dado à atuação dos alunos, que a partir de 1979, postaram-se na persistente defesa da qualidade do ensino e pela manutenção de Cursos que julgam fundamentais para a finalidade da Universidade.

Profundas e válidas transformações têm ocorrido nas Unidades, através do fortalecimento de órgãos como os Departamentos e Conselhos Departamentais, fruto de um espaço aberto por Direções que têm demonstrado um espírito renovador em busca da participação.



Passos qualitativos inegáveis têm sido dados pelos Órgãos Superiores da Universidade, CONCEP e CONSUN, acompanhando e debatendo as questões evidenciadas no dia-a-dia da vida universitária.

5. Viabilidade do projeto pedagógico

A idéia do projeto pedagógico insere-se neste contexto histórico, ao mesmo tempo em que representa uma retomada **consciente e intencional** na caminhada desta Universidade frente ao modelo educacional brasileiro.

A PUCCAMP, como Universidade, deve ser uma caixa de ressonância dos problemas da sociedade, buscando soluções não apenas através de uns poucos, mas através de toda a comunidade.

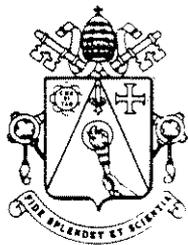
O projeto pedagógico é um projeto educacional, como de resto o é a própria Universidade, em constante evolução, criando canais e condições para a participação, um projeto coletivo, de uma Universidade que deve procurar ser um projeto permanentemente coletivo, que reflita a educação na busca da qualidade da vida e da fraternidade humana.

Se os recursos existentes limitam a implantação definitiva e completa de um projeto, não podem limitar o instante de sua criação, de planejamento e de sua elaboração, são condições momentâneas que devem ser superadas e só chegam a limitar quando muito a implantação do projeto em sua plenitude.

Contra a falta de recursos, não se deve extinguir o projeto, mas adaptar sua implantação, tornando-a gradativa, adaptada à existência de uma crise, que, ademais, é o próprio fator gerador da necessidade do projeto.

Não devemos esperar tempos e condições melhores para pôr em marcha a **Utopia Universitária**.

Como nos ensina o Mestre Paulo Freire: "O impossível de hoje será possível amanhã, porque estamos fazendo hoje o possível de hoje".



SEGUNDA PARTE

FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

1. Equipe de Assessoria Pedagógica

A Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos organizou uma Equipe de Assessoria Pedagógica, com a finalidade de:

- a) Elaborar subsídios que auxiliem a comunidade acadêmica na preparação do projeto pedagógico.
- b) Assessorar as Unidades: diretores, professores e alunos, na elaboração do projeto.

Para a formação da equipe, foram convidados:

- um professor do Instituto de Filosofia;
- dois professores da Faculdade de Educação;
- um professor de fora da PUCAMP;
- a assessora pedagógica da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

Os elementos que compõem a Equipe de Assessoria Pedagógica são os seguintes:

- Professor Dr. Moacir Gadotti — Doutor em Ciências da Educação, Professor de Filosofia da Educação na UNICAMP, PUC-SP e PUCAMP.
- Professora Sonia Giubilei — Mestre em Educação — Área de Concentração: Currículo — Professora de Estrutura e Funcionamento do Ensino nas Faculdades de Educação da UNICAMP e PUCAMP.
- Professora Cleize Cipolli — Professora de Estrutura e Funcionamento do Ensino e Sociologia na Faculdade de Educação e Instituto de Ciências Humanas da PUCAMP.
- Professor Newton Balzan — Doutor em Ciências — Professor de Planejamento de Ensino na Faculdade de Educação da UNICAMP.
- Professora Corinta Maria Grisolia Geraldi — Mestre em Educação — Área de Concentração: Metodologia de Ensino — Assessora da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos e Professora nas Faculdades de Educação da UNICAMP e da PUCAMP.

A equipe, criada e coordenada pela Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, está contando com o apoio logístico de vários setores da Universidade e poderá ser ampliada para atender às necessidades de encaminhamento do projeto pedagógico nas Unidades.

Depois de constituída, a Equipe de Assessoria Pedagógica já se reuniu nos dias 24 e 27 de agosto e, ainda, em 1º e 3 de setembro.

A partir dos estudos e reflexões realizadas está tentando fornecer subsídios, bem como está à disposição para visitas às Unidades e aberta para o recebimento de contribuições da Comunidade Universitária.

2. Sugestões de atividades da Equipe de Assessoria Pedagógica às Unidades:

- 2.1 — **Leitura e discussão** da primeira parte do texto: “Da Crítica à Proposta”, nas Unidades, nos Departamentos e em salas de aula. Se possível, essa discussão deverá ser relatada em sínteses críticas ou problemas levantados e das propostas apresentadas.
- 2.2 — **Conversas com quem gosta de ensinar**
Debates de especialistas em educação com as direções e coordenações de cursos, em grupos de 10 a 15 pessoas.
- 2.3 — **Simpósio** sobre as funções da Universidade: organização de um simpósio convidando pessoas que possam contribuir para a elaboração do projeto.



- 2.4 – **Vídeo cassete:** Gravação de uma (ou duas) "aulas" sobre "o que é uma Universidade" com personalidades ligadas à educação, representantes da comunidade (o que esperam da Universidade), técnicos, especialistas etc.
- 2.5 – **Semanas de Estudos:** Dedicar as semanas de estudos realizadas em outubro à análise do próprio curso. Cada curso organizará a sua própria semana convidando especialistas em educação, técnicos e egressos.
- 2.6 – **Elaboração de documentos por comissões internas** que reflitam a problemática de cada Unidade e sirvam de subsídios, que atendam mais especificamente às necessidades do trabalho a ser nela desenvolvido.
- 2.7 – **Leitura e discussão** de textos mais especificamente relacionados com a área de conhecimento a que pertencem os cursos da Unidade.

NOTA FINAL: Durante o desenvolvimento dessas atividades haverá uma avaliação continuada. De acordo com os resultados obtidos nesta fase, serão programadas as fases seguintes.

Campinas, 03 de setembro de 1981.

EQUIPE DE APOIO PEDAGÓGICO
VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

- ANEXO III -

APROPUCC - DEBATE Nº 02, SETEMBRO/81

PROJETO**PEDAGÓGICO****DA REALIDADE À CRÍTICA**

Repensar pedagogicamente a universidade, redefinindo à luz de princípios e premissas básicas qual o caminho a ser trilhado pela PUC C enquanto universidade e enquanto católica, eis o enorme desafio que a comunidade universitária enfrenta neste momento.

Torna-se desnecessário enfatizar a importância dessa tarefa quando o que está em jogo é, nada menos, do que a determinação do sentido da nossa ação enquanto educadores e do seu alcance social.

Entretanto, o tempo reservado à discussão do Projeto Pedagógico da PUC C parece demasiado estreito - ainda que 15 de outubro seja a data limite para um primeiro esboço desse Projeto. Mas não é apenas o tempo que é escasso; o espaço para a participação da comunidade também o é.

É preciso não esquecer que numa instituição em que os professores são contratados por hora-aula, o desejo de participação do corpo docente encontra sérios obstáculos à sua efetivação. Além disso, a convocação da reitoria para que a comunidade participe "amplamente" das discussões a serem travadas em cada unidade, entra em flagrante contradição com a Portaria nº 158/81 baixada pelo reitor, que adota medidas restritivas ao intercâmbio dessa participação - atribuindo à direção a definição do encaminhamento, proibindo a livre participação de professores de outras unidades, etc..

Se a intenção é criar Projetos Pedagógicos viáveis para a universidade, é preciso começar examinando quais são realmente as nossas condições para elaborar tais projetos e de que forma seria efetivamente viável a ampla participação da comunidade nessa discussão. Não basta decretar que os vários segmentos participarão; é preciso criar canais e condições para que isso ocorra. Caso contrário, a discussão dos Projetos Pedagógicos terá o mesmo destino que a Reformulação Estatutária: o engavetamento; ou a triste sorte da Departamentização: um resultado apressado de pequeno alcance e discussão anterior.

DA CRÍTICA À PROPOSTA

A universidade não existe senão em relação a uma determinada sociedade interagindo em dois aspectos básicos: formando pessoas que irão atuar nessa mesma sociedade e organizando e produzindo conhecimentos que serão colocados à disposição dessa coletividade. Elaborar um Projeto Pedagógico significa, principalmente, especificar a que grupos ou classes dessa sociedade se está referindo e, a partir daí, rever e redefinir uma proposta de atuação em ambos os aspectos.

A Reforma Universitária, inspirada nas conclusões do Acordo MEC-USAID, determinou que a educação de nível superior teria um caráter profissionalizante. O mais grave é que a redefinição de objetivos em termos de profissionalização, foi acompanhada da introdução na educação brasileira de uma concepção pragmatista das mais estreitas.

Contra a educação tradicional, humanista mas totalmente desvinculada da realidade, opunha-se a nova concepção em que a palavra de ordem era a preparação para a vida prática. Subjacente a essa palavra de ordem havia uma noção de praxis limitada e unilateral que, propositalmente, desconhecia uma dimensão importante da praxis humana. A educação brasileira passou a ter como objetivo preparar o educando para exercer uma ação técnico-manipulatória sobre o real - transformar a natureza para produzir os bens necessários à satisfação de necessidades humanas - numa palavra: profissionalizar. De modo bastante conveniente a certos interesses, esqueceu-se que a praxis humana não se exerce apenas na transformação da natureza, enquanto prática produtiva, mas também na transformação da própria sociedade, enquanto prática política. Em decorrência disso, os currículos foram rapidamente esvaziados das disciplinas cujo conteúdo conferiam ao aluno condições para que ele pudesse pensar criticamente a realidade social em que estava inserido e na qual iria atuar.

Se os objetivos de uma universidade, especialmente uma Universidade Católica, não se esgotam simplesmente na preparação de profissionais segundo as exigências do mercado, se a espe-

cialização profissional é hoje uma dimensão importante, mas não exclusiva - trata-se de recuperar nos próprios currículos um espaço que permita ao estudante, qualquer que seja a sua opção em termos de profissionalização, a formação de uma consciência crítica sobre o seu papel no processo histórico-social em que está inserido.

Outro aspecto importante a ser revisto num Projeto Pedagógico é o tipo de formação profissional ministrada nas nossas universidades. Parece que foi absorvida com muita passividade a idéia imposta pelos países desenvolvidos, segundo a qual nos países tecnologicamente dependentes não é preciso produzir conhecimentos, mas apenas saber operá-los. A universidade brasileira, especialmente a particular, não está conseguindo formar profissionais no sentido mais amplo do termo; essas instituições, em geral, não passam de agências de treinamento de mão de obra de qualidade duvidosa na medida em que apenas procuram tornar o indivíduo apto a manipular certas técnicas e certos conhecimentos. Em lugar de uma sólida formação teórica embasando uma especialização profissional, o aluno recebe apenas um receituário que o torna incapaz de atuar fora de esquemas pré-estabelecidos. Entretanto, o profissional que se pode chamar de competente é outra coisa: é aquele que, na sua área, consegue compreender as tradições sociais. Sua formação requer uma fundamentação teórica e uma capacidade de articulação do pensamento que consiga ir além da simples atividade de cumprir ordens ou operar esquemas pré-estabelecidos.

Assim, se a educação tradicional pecava por uma formação teórica defasada da realidade prática, a reforma do ensino mergulhou a educação num praticismo que excluiu dos currículos não apenas o pensar crítico, mas a própria capacidade de pensar.

Aprender a pensar dentro de uma área específica do saber tem como pré-requisito, numa primeira etapa, que se aprenda a pensar em geral. Isso significa que qualquer especialização deve ser precedida pelo conhecimento da epistemologia própria dessa área, por uma boa formação metodológica que instrumentalize o aluno para o trabalho intelectual rigoroso e criativo e por um conhecimento crítico da realidade na qual o educando vai atuar. Somente sobre esta base será possível pensar especificamente um setor do conhecimento ou da atividade prática.

Dentro dessa concepção, a formação teórica não implica num afastamento definitivo da realidade prática: as exigências da realidade é que definem a teoria. Daí a necessidade de pesquisar a realidade para saber quais as suas exigências em termos de formação teórica.

Agindo desse modo estaremos rompendo com a concepção de que o ensino é mera transmissão de conhecimentos. O professor não é aquele que ensina: é aquele que ensina aprendendo. Temos assim atingido o objetivo da integração entre docência e pesquisa no seu melhor sentido, na medida em que a pesquisa estará incorporada ao desenvolvimento mesmo dos currículos.

Partindo dessa perspectiva, a prestação de serviços à comunidade também ganha nova dimensão. A universidade vai à comunidade não para assumir um papel assistencialista, mas esse contato se torna vital para a definição da atividade acadêmica. Não é apenas a comunidade que se beneficia desse encontro; a universidade só pode ser viva e dinâmica a partir dele.

DA PROPOSTA À REALIDADE

Para não se correr o risco de criar uma utopia irrealizável é preciso que concomitante à elaboração do Projeto Pedagógico se definam as condições objetivas para que tudo isso se torne realidade algum dia.

Uma formulação pedagógica na direção aqui apontada só pode ser concretizada modificando-se substancialmente as condições de trabalho e ensino na PUC. Para não ir muito longe, pode-se apontar alguns aspectos da realidade universitária que colocam em xeque a viabilidade de qualquer Projeto Pedagógico.

Todos os professores sabem, por experiência própria, que a contratação por hora/aula representa um obstáculo intransponível à realização de um trabalho pedagógico mais sério e coerente ao impedir a participação ativa na vida departamental e tornar inviável a integração entre ensino e pesquisa. Assim a redefinição de formas de contratação docente com a introdução do regime de dedicação, torna-se algo urgente em vista do Projeto Pedagógico.

Uma universidade viva e dinâmica requer constantemente a reciclagem e aperfeiçoamento do corpo docente. Portanto, é necessário que a instituição tenha definições claras quanto a uma política de aperfeiçoamento docente, coisa que até hoje tem sido realizada por conta da iniciativa e sacrifício pessoal do professor e, portanto, de forma precária.

Finalmente, é preciso democratizar a estrutura dos órgãos colegiados de modo a permitir a participação de todos os envolvidos no trabalho da universidade: se o trabalho é realizado conjuntamente, as decisões também devem ser tomadas de forma coletiva. O Projeto Pedagógico de uma universidade é indissociável de uma reformulação estatutária, de uma modificação substancial da sua estrutura de poder.

- ANEXO IV -

DELIBERAÇÕES SOBRE PROJETO PEDAGÓGICO: ASSEM-
BLÉIA DA APROPUCC DE 1º/10/81

Deliberações sobre Projeto Pedagógico

A Assembléia da APROPUCC realizada no dia 1/10 às 14:30 hs no salão nobre do Prédio Central, tomou as seguintes deliberações quanto ao Projeto Pedagógico:

- 1- Que cada unidade apresente um esboço do seu Projeto Pedagógico até o final de outubro, para que o programa orçamentário da PUCC para 1982 seja elaborado em função dele, de modo que o plano administrativo esteja subordinado ao plano pedagógico e não o contrário.
- 2- Que a Mantenedora apresente, em resposta ao Projeto Pedagógico elaborado pela comunidade universitária, um Projeto Administrativo que aponte formas alternativas de recursos que confirmem sustentação financeira ao Projeto Pedagógico.
- 3- Considerando que um Projeto Pedagógico é um processo mais amplo do que a simples definição de necessidades para o próximo ano, a discussão em torno da sua formulação deve prosseguir no seguinte sentido:
 - 3.1- Pensar como fazer com que a universidade seja capaz de produzir conhecimentos e não apenas reproduzi-los.
 - 3.2- com esse objetivo, definir a implementação de programas de pós-graduação que não fiquem confinados à sua área restrita, mas que estejam presentes na vida universitária visando a integração docência/pesquisa.
 - 3.3- Repensar a própria reprodução de conhecimentos, o modo como vem se realizando na universidade sob a forma de docência e em especial a relação professor-aluno.
- 4- Mudar a forma de contratação dos professores - começando com a remuneração da hora/atividade - para viabilizar um trabalho pedagógico mais conseqüente com o Projeto e uma participação mais efetiva do corpo docente na vida acadêmica.
- 5- Democratizar a participação de professores e estudantes na discussão e tomada de decisões quanto ao Projeto Pedagógico em cada unidade.
- 6- Rever toda a sistemática do Vestibular, a fim de que se possa realmente avaliar quais as condições dos candidatos para fazer um curso universitário.

-ANEXO V -

COMUNICADO Nº 07/81 DA APROPUCC: POSICIONAMENTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

POSICIONAMENTO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA APROPUC
EM RELAÇÃO AO PROJETO PEDAGÓGICO

Os Representantes presentes à 1ª Reunião Ordinária do Conselho, manifestaram sua apreensão em relação à condução que vem sendo dada à elaboração dos projetos pedagógicos nas unidades da PUC. O balanço inicial realizado na Reunião, deu conta da diversidade de situações e das disparidades, registrando-se até casos de absoluto desconhecimento por parte dos professores quanto ao andamento dos trabalhos em suas unidades. Também fica evidente a divergência de concepções sobre o que é um projeto pedagógico.

Diante destes fatos e somando novos elementos às deliberações da Assembléia Geral de 1º de outubro passado, aprovou-se a redação desta moção a ser amplamente divulgada e encaminhada aos órgãos dirigentes da Universidade:

- a) Que seja assegurada a participação de todos os interessados - professores, funcionários e estudante - na discussão do projeto pedagógico em suas unidades, cabendo às Diretorias informar efetivamente a comunidade universitária sobre seu andamento e sobre as reuniões que tratam do assunto.
- b) Que os Representantes eleitos para este conselho tenham presença assegurada nos grupos de trabalho ou comissões oficialmente formadas para elaborar o Projeto Pedagógico em cada unidade.
- c) Que os Coordenadores de Departamentos cumpram com o estabelecido, convocando os professores para prestar contas das resoluções e proposições que o Departamento está encaminhando, concernentes ao P.P.
- d) Que as Diretorias dos cursos promovam a realização de Assembléias ou Plenárias / do curso, amplamente divulgadas, para conhecimento e referendo pelo coletivo do curso, da versão final do P.P. a ser encaminhada à Administração da PUC; que os resultados desse referendo sejam anexados ao documento final.
- e) Que seja vedado o uso do projeto pedagógico como fundamentação ou justificativa para qualquer demissão, redução de carga horária ou corte de professores, que sendo medidas administrativas, não podem apoiar-se em documentos pedagógicos gerais como os presentes projetos.
- f) Que a Reitoria e as Diretorias de cursos da PUC manifestem-se formalmente a respeito destes pontos, bem como dos que constam das Deliberações da Assembléia de 1º de outubro.
- g) Que este conselho volte a se reunir extraordinariamente no próximo dia 7/11, sábado às 8:30 hs para elaborar um balanço mais pormenorizado do andamento do P.P. em todas as unidades, bem como do atendimento a estas reivindicações.

O CONSELHO DE REPRESENTANTES

- ANEXO VI -

TEXTO: "A UNIVERSIDADE E A CONSTRUÇÃO DE SEU
PRÓPRIO PROJETO: A EXPERIÊNCIA DA PUCCAMP"

A UNIVERSIDADE E A CONSTRUÇÃO DE SEU PRÓPRIO
PROJETO: A EXPERIÊNCIA DA PUCCAMP.

A UNIVERSIDADE E A CONSTRUÇÃO DE SEU PRÓPRIO PROJETO:
A EXPERIÊNCIA DA PUCCAMP.

- Newton César BALZAN
- Moacir GADOTTI
- Eduardo José Pereira COELHO
- Corinta Maria Grisolia GERALDI
- Sonia GIUBILEI
- Alzira Leite Carvalhoes CAMARGO
- Cleise CIPOLLI

1- A PUCCAMP no momento histórico da Universidade Brasileira.

Os educadores conhecem o estado crítico em que se encontra o ensino superior brasileiro. A crise financeira de universidades privadas, como a PUCCAMP, hoje revelada aos olhos de todos, traz em seu bojo componentes que se vêm arrastando há muito tempo e não se encerram somente na análise financeira. A definição dos caminhos a serem percorridos pelas universidades, tem-se caracterizado pela improvisação e por projetos ou ações isoladas.

A PUCCAMP, inserida neste quadro crítico da universidade brasileira, procurou sua sobrevivência em todos os sentidos, buscando a superação de um conjunto de condições que se evidenciaram em sua recente trajetória. A procura de caminhos que pudessem levar a soluções orgânicas, para a problemática atual e a procura de identidade, de adequação a uma realidade social existente e uma presença atuante nos acontecimentos nacionais, foram necessárias para que a universidade, através de sua comunidade encontrasse o caminho a percorrer no futuro.

O momento histórico que se vivenciava, exigia da comunidade uma tomada de posição quanto a um planejamento que pudesse assegurar a instituição, uma sobrevivên-

cia digna, calcada em valores como a qualidade de ensino ministrado, as condições de trabalho docente e funcional, o compromisso com a verdade e com os interesses básicos da população brasileira, em especial, a mais necessitada.

Se era forçoso reconhecer que a comunidade universitária, intranquilizada por uma crise financeira, encontrava dificuldades para se motivar em busca de um projeto de universidade, era igualmente notória a necessidade de não perder tempo e arregaçar as mangas, procurando criar planos de ação para o futuro, que não sucumbissem ao sabor de crises que prometiam se suceder. Tal postura significava reconhecer que a crise é um momento de vida que deve ser aproveitado, sob pena de não resistirem as universidades que não procurarem novos caminhos para a sua superação.

Havia a convicção de que a existência de um projeto pedagógico certamente não se faria mediante a pura institucionalização de medidas que lhe dessem suporte. Com efeito, um projeto pedagógico faz-se através do tempo, possibilitando a transformação de planos em ações e de ações em novos planos. Está em constante evolução e em estado de ebulição, renovando-se através de um processo histórico.

O que se pretendia à época, era evidenciar e articular forças de todos os segmentos da universidade, institucionalizando os meios que possibilitassem o avanço de todos em busca dos valores e da identidade desta Universidade.

Percebe-se claramente na PUCCAMP de hoje a efervescência em torno de um projeto de universidade, que tem

fluído através de debates, críticas e controvérsias, catalizando ações renovadoras das estruturas acadêmica e administrativa, procurando o verdadeiro espírito da universidade.

Neste quadro, o que se podia pretender, quando se falava em "elaboração de projeto pedagógico" era nada mais nada menos, que organizar e sistematizar um processo já em andamento, catalizando no momento certo, as manifestações e reflexões que se evidenciavam sob formas heterogêneas e, por vezes descompassadas, nos diferentes setores da Universidade. O objetivo básico não era uniformizar. Pelo contrário, a diversidade, o pluralismo e a flexibilidade deveriam ter presenças garantidas no caminho de uma universidade, que se pretende democrática, devesse percoeter.

As diretrizes propostas pela atual Reitoria, os planos pedagógicos isolados de algumas unidades, a existência e a atuação de segmentos como a Associação dos Professores da PUCC (APROPUCC), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a Associação dos Funcionários da PUCC (AFAPUCC), a presença constante da imprensa, atenta aos acontecimentos gerados nesta Universidade, a orientação da Igreja Católica no tocante à vida universitária, seus documentos e os da CNBB, as discussões em torno da carreira docente, reformulação de Estatuto e Regimento Geral da PUCCAMP, a Departamentização, a tomada na orientação de alguns cursos, o contorno da criação e execução de alguns cursos, a execução de um diagnóstico acadêmico e administrativo, são fenômenos que caracterizam o andamento de um projeto pedagógico, porque foram momentos de aprendizagem para todos. Tais momentos, que caracterizaram um processo de renovação da Universidade, revelaram a importância de cada instância

te ou setor da Universidade na constituição de sua história, que precisava ser escrita, que precisava ser aprovada.

Num balanço superficial deste processo histórico, devem ser destacadas as atuações dos segmentos da Universidade, que constituem os componentes vitais de sua transformação.

A Associação dos Professores, fundada em 1978, com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho e ensino, bem como pela capacitação dos docentes, tem demonstrado estar atenta aos anseios dos Professores, colocando-se a seu lado nas condições mais adversas.

Idêntico destaque pode ser dado à atuação dos alunos, que a partir de 1979, postaram-se na persistente defesa da qualidade de ensino e pela manutenção de Cursos que julgavam fundamentais para a finalidade da Universidade.

Também, a Associação dos Funcionários, fundada em 1980, tem participado desse processo renovador, buscando a melhoria das condições de trabalho e a promoção cultural e humana.

Papel importante deve ser atribuído à atuação da Mantenedora da PUCAMP (Sociedade Campineira de Educação e Instrução), na medida em que propiciou as condições para que a Universidade retomasse sua caminhada.

2- O projeto pedagógico em ação

Dentro desse espírito, a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos criou em agosto de 1981 uma Equipe de

Assessoria Pedagógica (EAP), com a finalidade de: a) elaborar subsídios que auxiliassem a comunidade acadêmica na preparação do projeto pedagógico; b) assessorar as unidades (diretores, professores e alunos) na elaboração desse projeto.

Para a formação da equipe, foram convidados: - um professor do Instituto de Filosofia, dois professores da Faculdade de Educação, um professor de fora da PUCAMP e a assessora pedagógica da Vice-Reitoria Acadêmica. (1)

Para dinamizar a elaboração do projeto pedagógico, a Equipe de Assessoria Pedagógica executou no segundo semestre de 1981 um cronograma de atividades, incluindo:

1. Leitura e Discussão do texto: "Da Crítica à Proposta" (elaborado pela própria equipe) nas Unidades, nos Departamentos e em salas de aulas. Dessa discussão nasceu um relatório contendo críticas, problemas e propostas de reestruturação.

Nota - (1)

Os elementos que compuseram a Equipe de Assessoria Pedagógica foram os seguintes: - Professor Dr. Moacir Gadotti - doutor em Ciências da Educação, professor de Filosofia da Educação na UNICAMP, PUC-São Paulo e PUCAMP; Professora Sônia Giubilei - mestre em Educação - Área de Concentração: Currículo - professora de Estrutura e Funcionamento do Ensino nas Faculdades de Educação da UNICAMP e PUCAMP; Professora Cleize Cipolli - professora de Educação e Funcionamento do Ensino e Sociologia na Faculdade de Educação e Instituto de Ciências Humanas da PUCAMP; Professor Dr. Newton Balzan - doutor em Ciências - professor de Planejamento de Ensino na Faculdade de Educação da UNICAMP; Professora Constança Maria Grisolia Geraldi - mestre em Educação - Área de Concentração: Metodologia de Ensino - Assessora da Vice-Reitoria Acadêmica e professora nas Faculdades de Educação da UNICAMP e PUCAMP.

Esta Equipe, permanentemente desde agosto até o presente, sofreu a substituição, por motivo particular da professora Sonia Giubilei. Em seu lugar assumiu a professora Alzira Leite Carvalhaes Camargo, professora de Metodologia e Técnicas da Pesquisa Pedagógica e Medidas Educacionais da Faculdade de Educação da PUCAMP.

2. " Conversas com quem gosta de ensinar ": debates da Equipe de Assessoria Pedagógica e de especialistas em educação com as Direções e Coordenações, em grupos de 10 a 15 pessoas.

3. Simpósio sobre as funções da Universidade com a participação de Paulo Freire, Marilena Chauí e outros especialistas em educação.

4. Vídeo Cassete: foi gravado o simpósio sobre as funções da Universidade para, em pequenos grupos, poder ser visto por toda a comunidade.

5. Assessoria às unidades : Disposição da Equipe de Assessoria Pedagógica para assessorias específicas às Unidades que solicitaram. Tal trabalho, realizado de Setembro a Novembro /81, possibilitou o encontro da Equipe de Assessoria Pedagógica com professores, e algumas vezes com alunos, em mais de 20 reuniões. A função da assessoria era apenas de oferecer subsídios, sem jamais dirigir sua execução, procurando garantir que cada Unidade organizasse sua forma de atuação a partir de suas especificidades e contradições.

6. Semanas de Estudos : as semanas de estudos, realizadas em Outubro, enfatizaram a reestruturação do próprio Curso.

7. Leitura e Discussão de textos gerais sobre a Universidade e de textos mais especificamente relacionados com a área de conhecimento a que pertencem os cursos da Unidade.

Estas atividades propostas desencadearam toda uma dinâmica de reflexão e revisão em cada Unidade e nestas, dentro dos cursos, do perfil do profissional. A dinâmica de discussão foi escolhida pelos participantes a par-

tir de seus interesses, necessidades, objetivos e relações internas.

Por exemplo, no curso de Medicina foram formadas quatro sub-comissões paritárias e eleita uma Comissão Central constituída de quatro professores e quatro alunos. Além das reuniões dessas Comissões, foram realizadas Assembléias Gerais de alunos e professores para deliberações.

No curso de Terapia Ocupacional houve reuniões por série, reuniões com a participação da Equipe de Assessoria Pedagógica e decisões em reuniões gerais. A motivação inicial foi um texto elaborado com o título : " Há necessidade de mudança ? "

Na Faculdade de Educação, houve elaboração de documento básico, formação de sub-comissões para coleta de dados e debates, discussão em classe e ampla participação dos alunos.

No curso de Serviço Social, além do que as demais Unidades da PUCCAMP fizeram, seus professores e alunos elaboraram e coletaram informações sobre mercado de trabalho e auscultaram a opinião dos ex-alunos, utilizando-se de técnica de pesquisa conhecida como pesquisa-ação ou observação participante.

A dinâmica dos trabalhos, que em muitas Unidades ne-
presentou um esforço de reflexão participante, não teve
idêntica linha em toda a Universidade. Para alguns cursos e/ou Unidades, o projeto pedagógico foi o início de uma reflexão e, se não conseguiu uma participação maior e resultados mais consequentes, isto se deve às dificuldades inerentes a uma participação que não estavam acostumados. Por outro lado, Cursos como o de Filosofia e Arquitetura, há tempos buscam efetivar um projeto pedagógico de-

lineando novas linhas e um caminho curricular participativo entre professor e aluno.

A mobilização, que já se verificava de forma incipiente nas Unidades, atingiu as entidades representativas dos segmentos da PUCAMP, especialmente, a APROPUCC e DCE. O projeto pedagógico, começou a fazer parte de pauta de seus encontros. A APROPUCC lançou para a discussão o texto: "Da Crítica à Realidade", no qual faz uma análise do projeto pedagógico, de forma crítica e do seu significado para os docentes, considerando as condições de trabalho existentes na Universidade. O projeto pedagógico foi discutido em Assembléia e suas conclusões foram enviadas à Vice-Reitoria Acadêmica para serem incorporadas às reflexões em torno do projeto pedagógico.

3- Sistematização das primeiras etapas

Em 22 de Outubro foi realizada a primeira Reunião - Síntese sobre o projeto pedagógico da PUCAMP. Os objetivos de tal Reunião foram:

- exposição da situação em que se encontravam os trabalhos da equipe.
- apresentação dos esboços.
- apresentação de dúvidas e dificuldades encontradas.
- troca de experiências entre as Unidades.
- tomada de decisões relativas ao andamento do Projeto

Com o cuidado de não cristalizar nem unificar o caminho que vinha sendo palmilhado em cada Unidade da PUCAMP, mas com o objetivo de sistematizar e registrar a própria história deste caminho, a Equipe de Assessoria Pedagógica elaborou um roteiro simplificado e bastante genérico que permitisse a cada Unidade, e à Universidade

como um todo, o registro e a sistematização dos passos que vinham sendo dados. Tal registro não significava a limitação do projeto de cada Unidade e sim a fixação de uma síntese de tal projeto, já que se entendia que projeto pedagógico não significa o preenchimento burocrático de formulários ou de roteiros pré-fixados. A intenção da proposta da Equipe de Assessoria Pedagógica era fornecer, de um lado subsídios e, de outro, oportunizar a sistematização de cada Unidade em particular e da Universidade, como um todo, da história que vem construindo. Assim, propunha-se como roteiro básico de registro do projeto pedagógico, os seguintes itens:

1- Introdução: dinâmica do trabalho utilizada na Unidade para chegar a estas conclusões, especificando a participação dos alunos, professores e funcionários.

2- Diretrizes Gerais (fins): filosofia do curso, perfil do profissional.

3- Prioridades: dentre as diretrizes, especificação e aplicação das prioridades elegidas pela Unidade.

4- Meios: seleção dos elementos que deveriam ser utilizados para alcançar as diretrizes, em função de tais prioridades. Exemplo: linha do curso, enfoque curricular, currículo, atividades, relação professor-aluno, avaliação, etc...

5- Plano de Desenvolvimento para 1982: dentre as propostas, especificação do que seria previsto para ser implantado em 1982.

É óbvio que estes itens poderiam ser ampliados ou alterados em função da especificidade das reflexões que se realizavam em cada Unidade.

A Reunião - Síntese, que contou com a participação de 86 pessoas, representativas de alunos e professores de todas as Unidades da PUCAMP, possibilitou o encontro pedagógico inter-unidades, com a participação de diretores, professores, alunos e representantes da APROPUCC e DCE.

4- Assembleia Síntese

Depois de entregues os projetos pedagógicos das Unidades (de 30/10 a 15/11, em sua maioria), ou mesmo o relatório das atividades realizadas nas Unidades até esta data, tais projetos começaram a sofrer um processo de análise por parte da Equipe de Assessoria Pedagógica.

Com um resumo e análise preliminar dos projetos entregues até 27 de Novembro, a Equipe de Assessoria Pedagógica manteve encontro com a professora Maria Nilde Mascelani em São Paulo, onde foram entregues cópias dos relatórios dos projetos pedagógicos recebidos, bem como uma síntese de cada projeto elaborado pela EAP. Com tais subsídios, a professora Maria Nilde esteve em Campinas no dia 1º de Dezembro e coordenou a Assembleia - Síntese do projeto pedagógico, para o qual todas as direções e representações de Unidades foram convidadas assim como a APROPUCC e DCE. A preparação deste encontro ficou por conta da EAP que, junto com as pessoas presentes, pôde usufruir da análise da professora Maria Nilde.

Como resultado desta Assembleia-Síntese, chegou-se a detectar a necessidade de aprofundar dois pontos que se destacaram :

1º - a necessidade de conhecer a realidade do aluno da PUCAMP, em 1982. Não apenas aqueles que participaram ativamente de todas as atividades, mas da grande maioria que estuda na Universidade. Este diagnóstico deveria ser dinâmico, isto é, um instrumento de participação.

2º - a necessidade de se evitar, a todo custo, a uniformização, que seria sempre formal, dos projetos pedagógicos de cada Unidade. Ao contrário, se procurasse cultivar a diversidade que até então os constituiu, para encontrar uma unidade a partir dela, sob a forma de um projeto global de toda a Universidade, emergente de suas bases e sintetizando suas diretrizes filosóficas básicas.

5- Os primeiros resultados

O grande desafio que se apresentava então era operacionalizar esses projetos. Para tanto foi preciso definir prioridades coletivamente, já não pensando apenas com espírito corporativista, de Unidade, mas baseando a reflexão no todo da instituição, nas finalidades maiores de uma Universidade Católica.

A apreciação realizada pela EAP dos relatórios dos projetos pedagógicos das Unidades seguiu critérios eminentemente pedagógicos. As sugestões feitas previram tão somente a necessidade da continuidade da reflexão e da ação.

Dentre os critérios utilizados, manifestaram-se como relevantes os seguintes:

1- Consideração, nas diretrizes da Unidade e/ou Curso, de sua inserção numa Universidade Católica e no contexto da sociedade brasileira;

- 2- Coerência entre diretrizes, prioridades e meios;
- 3- Envolvimento da comunidade acadêmica na elaboração das propostas;
- 4- Propostas de Currículo e não de Grade Curricular.

Dos relatórios apresentados pelas Unidades, constam as propostas que se seguem, comuns à grande parte do todo:

1- Mudança no regime de trabalho: reivindicação da hora atividade e/ou turno e/ou tempo integral; revisão da situação contratual dos professores e a sua reelaboração a partir de critérios comuns, enfim, proposta de Reestruturação da Carreira Docente, para que fossem analisadas pensando o conjunto da Universidade, durante o ano de 1982.

2- Propostas de Capacitação Docente, desde bolsas de estudo, ampliação da Pós-Graduação, participação em congressos e cursos. Foram encaminhadas à Comissão de Capacitação Docente.

3- Propostas de alterações regimentais, encaminhadas à Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário (CONSUN).

4- Elaboração de uma proposta ampla de monitoria, criada a partir de critérios pedagógicos, com validade para toda a Universidade e possibilidades de cada Unidade especificar segundo as necessidades de seu projeto pedagógico.

5- Reorientação das aulas de Estudo de Problemas Brasileiros.

6- Criação de um organismo de integração entre as disciplinas básicas e profissionalizantes da Área da Saúde.

- 7- Implantação do Centro de Comunicação Universidade-Sociedade, servindo como elemento catalizador da integração da Universidade na Comunidade, pela presença ativa da PUCAMP através da prestação de serviços, cursos de extensão, assessorias, estágios, pesquisas de campo, etc.
- 8- Organização de uma infra-estrutura de auxílio aos docentes para a elaboração de projetos de pesquisa.
- 9- Realização de um diagnóstico do aluno da PUCAMP, através de pesquisa que fosse instrumento de participação.

Um resultado qualitativo importante foi a preocupação demonstrada nos projetos das Unidades, de embasá-los numa visão humanista inspirada nos Documentos de Roma e de Puebla, que foram amplamente divulgados e discutidos em toda a Universidade, numa tentativa de recuperar (ou de reavivar) a identidade cristã desta Universidade. Com isso, cresceu na Universidade a preocupação com a formação integral do aluno, não se restringindo a uma pura formação técnico-científica.

Ainda em relação a mudanças globais, destaca-se a superação de uma visão distorcida da noção de "currículo", confundido frequentemente com grade curricular e não com um conjunto organizado de experiências, vivências e de situações estimuladoras do desenvolvimento do ser humano.

O trabalho mais intenso se efetivou exatamente nas mudanças curriculares, que incluíam um estudo amplo, considerando o perfil do profissional, relacionado às necessidades da sociedade brasileira e às diretrizes da Igreja Católica.

Praticamente todos os cursos fizeram estudos curriculares, buscando o redimensionamento dos seus cursos,

elaborados a partir de amplas reflexões de direção, professores e funcionários.

6- Alguns exemplos

O curso de Matemática enfatizou a formação do professor de 1º e 2º Graus, a partir de experiências mais práticas, diretamente ligadas à comunidade.

O curso de Medicina mudou sua orientação profissional que inicia agora no primeiro ano (currículo "diagonal"), a partir do estudo do "normal", em seu meio ambiente. O curso evoluiu, realizando o estudo das agressões (físicas, psíquicas, sociais) ao homem sadio (segundo ano); reações do organismo às agressões (terceiro ano); tratamento nos níveis primário, secundário e terciário (nesta ordem), (quarto ano e primeiro semestre do quinto ano); dezoito meses de internato nas cinco áreas básicas de Medicina, como complemento necessário à formação terminal do médico (sem adjetivos). Quanto à parte básica, foi buscada a integração horizontal e vertical, direcionada para a formação do perfil profissional do médico.

O curso de Terapia Ocupacional começou a questionar a parte básica de seu curso que enfatizava quase exclusivamente a parte biológica, não incorporando aspectos fundamentais que embasassem a análise das funções de ordem mental e social, numa visão integral do homem. O processo, desencadeado pela reflexão de toda a comunidade acadêmica, partiu de reflexão de um texto elaborado pelos professores "Há necessidade de mudança? ". Também aqui a nova orientação profissional do curso previu seu início no primeiro ano (currículo "diagonal").

Os cursos de Engenharia Civil e Sanitária buscaram uma caracterização inicial de clientela e as reflexões vêm se realizando no sentido de repensar criticamente qual o profissional que a PUCCAMP se interessa em formar. Um curso técnico cujas preocupações sempre foram voltadas somente para a "competência" técnica, de repente inicia um processo de reflexão coletiva e começa, juntos, a fazer conscientemente uma caminhada pedagógica, redimensionando o que seria este engenheiro a ser formado. O processo está iniciado e as reflexões continuam.

O curso de Biblioteconomia, reunindo alunos e professores, buscou dinamizar seu curso e redimensionar suas opções profissionais. Aliou o trabalho educativo de oferecimento e atendimento de bibliotecas volantes (caixas-bibliotecas) realizados nos fins-de-semana nos bairros de Campinas à sua nova estruturação curricular.

O curso de Serviço Social realizou um trabalho bastante sério, iniciado em fevereiro de 1981, redefinindo totalmente o curso que vinha sendo oferecido. Através da pesquisa-ação, o processo foi orientado no sentido da pesquisa tornar-se um instrumento de participação e de proposições das mudanças.

A Faculdade de Educação e o Instituto de Psicologia também passaram por processos bastante interessantes e diferentes entre si.

Enfim, com ritmos diferentes e respostas diversas, a partir de suas especificidades, todas as Unidades da PUCCAMP passaram e estão passando por um período de profunda reflexão.

As conclusões e conseqüentes necessidades dos projetos específicos, além dos aspectos comuns, propõem

mudanças estruturais, curriculares, de orientação pedagógica, de infra-estrutura acadêmica que, gradativamente, a partir das condições humanas, materiais e até de tempo, estão sendo implantadas e, se possível, avaliadas.

7- Concretização de propostas

Algumas propostas foram concretizadas pela Portaria nº 26/82, de 10 de fevereiro de 1982, da Retoria, posteriormente referendada pelo Colegiado do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa na sua 60a. reunião, em 13 de março de 1982. Esta portaria aprovou:

- 1- reestruturação curricular dos cursos de Medicina, Odontologia, Serviço Social, Pedagogia, Matemática e Licenciatura (parte pedagógica).
- 2- alterações curriculares nos cursos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Ciências Sociais.
- 3- alterações parciais nos cursos de Educação Física, Biologia, Enfermagem, Ciências Farmacêuticas.
- 4- criação do Organismo de Integração Básico-Profissionalizante para a Área da Saúde, com o objetivo de buscar o aprimoramento do ensino básico nos diversos cursos, Institutos e Faculdades da Área da Saúde, bem como buscar a revisão de ementas em função dos objetivos redefinidos nos cursos e/ou Unidades.
- 5- previsão do planejamento didático em fevereiro de 1982, enfatizando a necessidade de todos os professores da Universidade participarem, realizarem e discutirem seus planejamentos em seus departamentos. Foi orientado também no sentido de que nenhum professor iniciasse seus

trabalhos em sala de aula, sem antes ler, analisar e discutir os projetos pedagógicos dos cursos que ministrariam aulas.

Além das realizações constantes da Portaria, foram implantados quatro postos periféricos (Área da Saúde), a Clínica Modular de atendimento odontológico comunitário, bibliotecas volantes nos bairros, criação de atividades pedagógicas com crianças em idade pré-escolar, em dois bairros, implantação de dois laboratórios (Farmácia - Industrial e Análises Clínicas) e outros, que acima de tudo, representam investimentos em pessoal e capital.

A par destas realizações, estão em andamento discussões com a APROPUCC no sentido de implementar as Comissões de Reformulação do Estatuto e Regimento e de Carneirina Docente com participação de professores e alunos. Os resultados destas Comissões são esperados por toda a comunidade acadêmica.

8- Próximas etapas

Uma das premissas do projeto pedagógico da PUCCAMP era de que durante o desenvolvimento das atividades, haveria uma avaliação continuada que permitisse programar as fases seguintes a partir dos resultados anteriores.

Na avaliação atual surgiram, como necessidade básica para ser implementada em 1982, além do que já está em execução, para dar continuidade ao projeto pedagógico da PUCCAMP, as seguintes propostas:

- 1- caracterização da PUCCAMP, em especial, do alunado. (conforme sugestão da Assembléia-Síntese, de 1/12/81)

Para realizar este diagnóstico, foi selecionada a ca-

racterização do aluno como primeira prioridade. A EAP, junto com representação docente de todas as Unidades e representação do DCE elaborou um projeto de pesquisa, cuja orientação metodológica se identifica com a "pesquisa-ação" ou "observação participada", para conhecer os alunos da PUCCAMP, aproximadamente 18.000 alunos distribuídos em 43 cursos.

2- acompanhamento da implantação de novas estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social, Medicina, Odontologia, Matemática e Pedagogia. (aprovadas na portaria nº 26/82).

Através de um projeto de pesquisa, cuja orientação metodológica pretende captar o processo, serão avaliadas em sua implantação os currículos destes cursos que se destacaram em sua proposta.

3- implementação de novas metodologias de ensino - resultado das necessidades dos projetos pedagógicos específicos das Unidades.

4- integração Universidade-Comunidade através de projetos de trabalhos comunitários e em empresas, que viabilizem ação pedagógica: cursos, serviços, assessorias e estágios.

5- integração Docência-Pesquisa-Extensão: a produção da PUCCAMP que buscará relatar, avaliar e divulgar os trabalhos que estão começando a se concretizar, como consequência dos anteriores.

6- continuar incentivando as Unidades, que ainda estão em processo de discussão, inicial, para que assumam seu projeto de mudança de forma participativa.

9- Conclusões ... ou a título de questionamento

Várias questões têm sido formuladas por parte de elementos situados dentro e fora da PUCCAMP, após tomar contato com a presente experiência. Destas, a maioria é constituída praticamente pelas mesmas questões que a EAP tem colocado a si mesma. Eis algumas delas.

O saldo que se apresenta até o momento, é positivo? Em que medida o projeto pedagógico tem contribuído para que a PUCCAMP possa se caracterizar como uma verdadeira Universidade? Todas as Unidades têm participado igualmente do projeto pedagógico? Tem sido fácil empreender o conjunto de atividades ora relatadas, ou, pelo contrário, têm sido comuns os empecilhos? Empreendimentos deste tipo comumente acabam gerando uma burocracia própria, em cujas malhas acabam se diluindo os próprios ideais que o fundamentavam. Tem sido possível evitar que este seja o destino do projeto pedagógico? Pode-se afirmar que a PUCCAMP vem de oferecer um novo tipo de gestão universitária?

É exatamente quando se procura resposta à segunda questão - a PUCCAMP a caminho de uma verdadeira universidade - que se toma consciência de que o saldo tem se apresentado bastante positivo.

A PUCCAMP tem uma história semelhante a das demais Universidades brasileiras, de modo especial, as partícipares e consequentemente vem sofrendo os mesmos problemas. São problemas de ordem estrutural, que conduzem a um considerável distanciamento dos modelos de universidade vigentes na Europa e na América do Norte, frequentemente tomados como exemplos de "universidades na aceção da palavra". Também aqui, a Universidade se fez a

partir da junção, numa mesma instituição, de um certo número de escolas cada uma das quais às vezes com seus próprios problemas e limitações e guiadas por seus próprios objetivos, na maioria dos casos mal definidos.

Certamente o projeto pedagógico tem se constituído como fator bastante importante na busca de uma verdade na Universidade. Sem ignorar os exemplos oferecidos pelas sociedades mais desenvolvidas, mas evitando-se tomá-los como protótipos a serem rigidamente seguidos nos demais continentes, cumpre salientar que no caso da PUCCAMP, o sentido de uma verdadeira Universidade implica necessariamente compromisso com a Igreja Católica em suas relações com a sociedade na qual se insere e cuja amplitude extravasa, por vezes, os limites do próprio país. Isto significa levar em consideração a problemática sócio-cultural, política e econômica da América Latina e mesmo do Terceiro Mundo, de modo geral. Esta visão ampla está intimamente ligada a uma prática no contexto mais próximo de que a PUCCAMP fez parte: sua comunidade regional.

Nesta busca cumpre valorizar, antes de mais nada, a oportunidade que o projeto pedagógico tem proporcionado no sentido de que os representantes das várias Unidades - diretores, coordenadores de cursos, professores e alunos - sejam estimulados a repensar seu próprio trabalho. Como já se salientou anteriormente, isto implica colocar em questão, a própria coerência entre as propostas, a nível de discurso, e a ação pedagógica do dia-a-dia. O processo gera expectativas e necessidades que a PUCCAMP não pode mais ignorar, para seu desenvolvimento.

O saldo se apresenta como altamente positivo, principalmente quando se toma como parâmetro de avaliação, a

idéia de que o processo, no presente caso, é sobremaneira mais importante que o produto final. Sob este aspecto, parece não haver dúvida - e o relato anterior deixa isto bastante claro - de que o projeto pedagógico tem ensejado um ambiente de intensa vida universitária.

A resposta à terceira questão é negativa. Os índices de participação não têm sido os mesmos por parte das várias Unidades podendo-se observar, inclusive, casos em que a participação se colocou abaixo do mínimo esperado. Estas, felizmente, constituem exceção. Preferiu-se, porém, caminhar de forma a respeitar as condições específicas e os diversos ritmos de cada Unidade, evitando-se apelos ao autoritarismo-gerador de uma participação apenas ilusória - na esperança de que o processo de mudança acabe envolvendo mais cedo ou mais tarde, inclusive, os mais acomodados.

Esta observação remete à quarta das questões formuladas e que diz respeito ao próprio transcorrer do trabalho: de modo tranquilo, isto é, sem problemas, ou pelo contrário, um caminho que também contém dificuldades? No conjunto, tem-se encontrado um grande número de obstáculos, exigindo sacrifícios e disposição à luta por parte da equipe mais diretamente ligada à elaboração e execução do projeto pedagógico. Evidentemente, isto resulta do fato de o projeto - algo que se pretende plenamente vivo e que portanto incomoda - frequentemente coloca em evidência as inúmeras contradições inerentes à própria Universidade historicamente situada.

Além disso, no caso da PUCCAMP, inexistiam condições infra-estruturais satisfatórias para a viabilidade dos projetos. No entanto, os próprios projetos se constituíram em força de pressão junto à administração superior para a transformação de situação vigente: por oca -

são da aprovação do orçamento-programa foram dadas prioridades às propostas contidas no projeto.

No conjunto é possível que o maior saldo positivo com relação ao fato de se ter conseguido trabalhar durante todo o período sem que o próprio projeto fosse apanhado nas malhas da burocracia. Sob este aspecto - objeto da penúltima questão acima explicitada - vale a pena destacar a título de exemplo, o fato de se ter procurado privilegiar a idéia de planejamento, tomada em seu sentido original, planejamento como atitude, isto é, um modo de ser que privilegia o uso da razão na busca de respostas a problemas detectados - em lugar de se reforçar a idéia de encaminhamento de planos - normalmente, papelada sem valor algum ou de importância apenas momentânea - por parte das Unidades à EAP. Ainda a título de exemplo convém destacar que se conseguiu fazer ver que "mexer na grade curricular" só teria sentido a partir de um projeto de curso inserido em algo mais amplo - o projeto pedagógico -, que, por sua vez, é parte integrante de algo mais abrangente, um projeto de Universidade. No entanto, evitando-se cair em exigências burocráticas desnecessárias, que certamente desvirtuariam os próprios fins do projeto, registraram-se exceções, isto é, casos em que se autorizaram mudanças nas "grades curriculares" com o fim de assegurar as condições mínimas para que o próprio projeto de uma dada Unidade pudesse ser elaborado.

É difícil responder, em termos de sim ou não, se já se encontrou uma nova forma de gestão universitária. Esta, bem como as demais questões que se vem levantando em torno dessa experiência, estão sendo respondidas através de um processo de avaliação já desencadeado, e que terá continuidade ao longo da execução do próprio

projeto. Os resultados obtidos até o presente momento, no entanto, sugerem que já se caminhou razoavelmente na direção de formas bastante satisfatórias de se operar aquela gestão. A propósito, convém lembrar que o projeto não surge "ex-abrupto", mas sim como uma nova etapa fortemente vinculada a toda uma série de atividades anteriormente, que contaram com a participação dos mais variados setores da Universidade: Associação de Professores, mobilização de alunos, Associação de Funcionários, etc.

A referência ao projeto pedagógico constante da introdução deste trabalho, como "organização e sistematização de um processo já em andamento, de modo a catalizar no momento certo, as manifestações e reflexões evidenciadas sob formas heterogêneas e por vezes descompensadas, nos diferentes setores da Universidade", expressa de maneira bastante clara esta asserção. No entanto, convém deixar claro que de modo algum se pretende enfatizar a idéia de que a PUCCAMP é portadora da forma segundo a qual se deve realizar a gestão das instituições educacionais, de modo geral. Pretende-se, isto sim, que o trabalho nela desenvolvido possa ser traduzido em termos de contribuição na busca de novas formas de gestão da educação, que privilegiem a autonomia universitária, a participação da comunidade acadêmica e a ligação com o contexto sócio-político e cultural brasileiro.

- ANEXO VII -

TEXTO: "A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE PELA
CONSTRUÇÃO DE SEU PROJETO PEDAGÓGICO COM BASE
NA PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, DOCENTES E FUNCIO-
NÁRIOS: A CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA DA PUCCAMP".

A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE PELA CONSTRUÇÃO
DE SEU PROJETO PEDAGÓGICO COM BASE NA PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS,
DOCENTES E FUNCIONÁRIOS : A CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA DA
PUCCAMP.

" A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE PELA CONSTRUÇÃO DE SEU PROJETO
PEDAGÓGICO COM BASE NA PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, DOCENTES E FUN
CIONÁRIOS: A CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA DA PUCCAMP "

Sub-Tema 1: A reestruturação da PUCCAMP e o seu Projeto Pedagógico

1. INTRODUÇÃO

O que faz uma Universidade não são só os seus regimentos, suas normas, seus regulamentos internos. O que faz uma Universidade é também o seu projeto e o espírito que este cria dentro e ao redor dela. Os recursos financeiros, embora necessários, não substituem a idéia de Universidade que se constrói. O tempo também, por si só, não faz de uma Universidade um projeto. Para tanto, é preciso que haja um empenho permanente, esforço continuado, perseguição de objetivos. É uma caminhada que enfrenta obstáculos, resistências: o novo brota do velho não espontaneamente, brota vencendo a resistência do velho.

Colaboração:

Newton César Balzan
Moacir Gadotti
Sônia Giubillei
Cleize Cipolli

Assessoria:

Bernadette Angelina Gatti
Moacir Gadotti

VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADEMICOS

Diante desse quadro, buscamos primeiro entender o processo; compreender que toda mudança é resultado de um processo histórico-cultural; compreender que não estamos sós e que existe uma dinâmica histórica condicionando muitos dos resultados de qual quer esforço pedagógico intra-universitário. Por outro lado, entendemos que há uma dinâmica entre a subjetividade (a vontade de mudar) e a objetividade (as condições reais) e que não podemos cair nem no idealismo ingênuo, nem num pessimismo imobilista: a decisão e a vontade de operar um movimento de mudan

ça era uma categoria pedagógica essencial.

2. O PROJETO PEDAGÓGICO DA PUCAMP

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas foi fundada em 15 de agosto de 1955. Em setembro de 1972 é concedido pelo Papa Paulo VI, o título de Pontifícia à já Universidade Católica de Campinas.

Atualmente a PUCAMP é uma Universidade grande, considerando -se que oferece 34 cursos de graduação com 26 habilitações, 04 cursos de pós-graduação "stricto sensu" e 09 cursos de pós-graduação "lato sensu", estruturados em 19 Unidades Acadêmicas (a exemplo do curso de Engenharia de Materiais, com 1100 professores e 900 funcionários, distribuídos geograficamente em 07 diferentes locais da cidade de Campinas).

O crescimento da PUCAMP nos últimos anos revela o resultado da política educacional brasileira da década de 70, com a expansão do ensino superior privado, conforme demonstra a evolução de matrículas de 1973 a 1983, ou seja, de 8302 para 18424 alunos.

O crescimento das IES brasileiras, até certo ponto desordenado, foi também vivido pela PUCAMP, uma vez que não teve uma complexa estrutura acadêmico-administrativa e uma proposta pedagógica que justificasse e dirigisse a sua caminhada. Assim, a partir de 1981, a PUCAMP, inserida no quadro crítico da Universidade Brasileira, procurou sua identidade através de discussões e implementação de um Projeto Pedagógico que orientasse suas ações, a nível de pesquisa, ensino e extensão e infraestrutura acadêmica, administrativa e pedagógica.

O Projeto Pedagógico da PUCAMP teve como objetivo básico paratir "Da Crítica à Proposta", assegurando a execução de um planejamento capaz de possibilitar uma sobrevivência digna, calcada em valores como a qualidade do ensino ministrado, as condições do trabalho docente e funcional, o compromisso com a verdade e com os interesses básicos da população brasileira, em especial a mais necessitada. A tentativa de envolver todos os aspectos representa o resgate da PUCAMP enquanto Universidade Católica.

Se é forçoso reconhecer que a comunidade universitária, intranquilizada por uma crise financeira, encontrou dificuldades para se motivar em busca de um projeto de Universidade, era igual-

mente notória a necessidade de não perder tempo e agir, procurando criar planos de ação que fossem capazes de superar as crises que prometiam se suceder. A crise desta Universidade constituiu-se em ocasião privilegiada para repensar suas finalidades no contexto cultural, político e social brasileiro. A crise é um momento de vida que deve ser aproveitado, sob pena de sucumbirem as Instituições que não procurem novos caminhos para a sua superação.

Por esta razão, tem sido fundamental o esforço convergente na reflexão em torno do projeto da PUCAMP, como um esforço para definir uma meta a seguir, que deve ser respeitada sobretudo em seus pontos essenciais.

Numa perspectiva histórica entendemos que o Projeto Pedagógico está se refazendo no tempo através da dinâmica da transformação das críticas em propostas, das propostas em ações e da avaliação permanente que tem gerado novos planos e novas ações. É este constante movimento que tem caracterizado o amadurecimento de cada curso e, por ressonância, da vida da Universidade como um todo.

Um resultado qualitativo importante foi a preocupação demonstrada nos projetos das Unidades, de embasá-los numa visão humanista inspirada nos Documentos de Roma, Buga e Puebla, que foram amplamente divulgados e discutidos em toda a Universidade, numa tentativa de recuperar (ou de reavivar) a Identidade Cris-tã desta Universidade. Com isso, cresceu na Universidade a preocupação com a formação integral do aluno, não se restringindo a uma pura formação técnico-científica.

Ainda em relação a mudanças globais, destacamos a superação de uma visão distorcida da noção de "curriculum", entendida frequentemente como grade curricular e não como um conjunto organizado de experiências, vivências e de situações estimuladoras do desenvolvimento do ser humano no processo de educação formal.

O trabalho mais intenso se efetivou exatamente nas mudanças curriculares, que incluíram um estudo amplo, considerando o perfil do profissional a ser formado, relacionado às necessidades da sociedade brasileira e às diretrizes da Igreja Católica. Praticamente todas as Unidades fizeram estudos curriculares, buscando redimensionamento dos seus cursos, elaborados a partir de amplas reflexões da direção, alunos, professores e fun-

cionários, conforme poderemos constatar nos painéis subsequentes. Enfim, com ritmos próprios e respostas diferenciadas, a partir de suas especificidades, todas as Unidades da PUCCAMP passaram e estão passando por um período de profunda reflexão, desde 1981.

As conclusões e conseqüentes necessidades dos projetos específicos, além dos aspectos comuns, geraram mudanças estruturais, curriculares, de orientação pedagógica e de infra-estrutura acadêmica que, gradativamente, a partir das condições humanas, materiais e até de tempo, estão sendo implantadas e em processo de avaliação.

Dentro desse espírito, para dinamizar os diálogos entre os segmentos, na tarefa de construir o projeto pedagógico e catalizar sistematicamente as necessidades e propostas surgidas, a Vice-Reitoria Acadêmica criou uma Equipe de Assessoria Pedagógica composta de docentes de diferentes áreas com formação em Ciências da Educação.

A EAP, no exercício da assessoria direta às Unidades Acadêmicas, manteve atenta, desde o início, a identidade de cada curso, respeitando as suas experiências, a sua história e os seus estágios particulares de desenvolvimento.

Já no final de 1981, percebeu-se que uma necessidade básica deveria ser satisfeita de imediato: conhecer melhor o aluno sob o maior número possível de aspectos, para dar continuidade ao Projeto Pedagógico com bases mais concretas. Foi assim que surgiu a pesquisa, então denominada "Caracterização do Aluno da PUCCAMP".

A EAP assumiu essa pesquisa como uma de suas atividades principais em 1982, promovendo inúmeras reuniões com representantes de professores e alunos, nas quais, de modo participativo, foram definidas todas as fases do trabalho, relatadas no seguinte sub-tema deste painel.

Resumidamente, as linhas gerais propostas pelo Projeto Pedagógico da PUCCAMP podem ser expressas como segue.

a. busca e afirmação da vocação da Universidade, em meio à realidade que a cerca, como Universidade e como Universidade Católica.

Compromisso da Universidade com a sociedade brasileira, no processo de transformação social e da eliminação das

grantes injustiças sociais.

c. desenvolvimento do nível de excelência das atividades básicas de ensino, pesquisa e extensão de serviços, depuração do caráter quantitativo que caracterizou a Universidade nas décadas passadas, para um caráter qualitativo.

d. redefinição de estruturas curriculares, a partir das necessidades da população, do contexto regional que circunda a PUCCAMP, das modificações sociais, da evolução do conhecimento, das diretrizes da Igreja Católica para o mundo de hoje.

e. formação integral do homem, em acréscimo à pura e simples formação profissional.

f. preocupação, inserção, participação efetiva na problemática do homem e da sociedade, procurando responder aos mais angustiantes conflitos, privilegiando os serviços que possam trazer benefícios imediatos à solução dessa problemática.

g. manutenção e criação de meios e recursos capazes de subsidiar os fins e objetivos apontados no Projeto Pedagógico da Universidade (espaço físico, estrutura organizacional, estrutura administrativa, gestão universitária, reforma de estatutos, fontes alternativas de recursos, carreira docente e funcional, orçamento-programa, etc)

h. incremento ao processo de participação da comunidade universitária, em todos os níveis e atividades em desenvolvimento.

i. descentralização administrativa e pedagógica.

Sub-Tema 2: A pesquisa participante como instrumento de reestruturação

Foi com o quadro de referências apresentado anteriormente que incentivamos as Unidades Acadêmicas a discutirem seus Projetos Pedagógicos, insistindo para que eles não se tornassem "letra morta".

A decisão da realização da pesquisa "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade" surgiu de uma assembléia-síntese, ao final de 1981, em que os Projetos Pedagógicos foram discutidos. Iniciou-se timidamente, em função da necessidade de conhecer o aluno e, no início de 1982, numa reunião com alunos e professores, assume a perspectiva

de "pesquisa-ação" embora, neste momento, não tivéssemos uma noção clara da caminhada a seguir.

Depois de estudos e reflexões exaustivas, através dos textos então disponíveis¹, debates e conferências com pesquisadores engajados nesta linha de pesquisa, alguns princípios são assimilados: a pesquisa será "participante". Ao rejeitar modelos prontos de reestruturação universitária porque não acreditávamos em transplantados, necessitávamos contar com um instrumento alternativo que auxiliasse na geração, acompanhamento e avaliação de propostas de modificações, garantindo, ao mesmo tempo, a necessária participação capaz de distinguir o processo aqui vivido de uma proposta burocrática e formal que por melhor que seja, fica destituída de significado quando não responde aos anseios da comunidade acadêmica e ao contexto em que se insere. Nesta proposta, não há distância formal entre pesquisador e objeto de pesquisa; o caminho é construído através da análise e avaliação constante da própria caminhada; a pesquisa não seguirá os padrões clássicos, nem será imposta; seguirá seu ritmo próprio, próprio para cada Unidade Acadêmica, de acordo com suas histórias, seus momentos, suas condições concretas e suas opções político-pedagógicas; os alunos participarão de todas as fases e o conhecimento se produzirá pela ação, participação, reflexão e avaliação constantes, trabalhando com a unidade na diversidade.

1. Valeno nos muito da REVUE INTERNATIONALE d'ACTION COMMUNAUTAIRE, 5/45, 1981, que trouxe os resultados do 1º encontro internacional de pesquisa ação ou pesquisa-participante. Nesta revista trabalhamos com textos de ZUNIGA, R. (Le recherche-action et le controle du savoir); DOMINICÉ, P. (L'Ambiguïté des universitaires face à la recherche-action); SAUVIN, A., DIND, D e WILLE, M. (Recherche-action et travail social); WERY, A. e GRELL, P. (Problématiques de la recherche-action); DIND, D. (La recherche-action en question). FRACK, R. (Recherche-action ou connaissance pour l'action? Quelques points de repère et trois positions de principe); MEISTER, A. (Quelques données à propos de la recherche-action). Além disso trabalhamos com o texto de BORDA, O.F. (Investigating reality in order to transform it: the Colombian experience. Dialectical Anthropology 4(1): 33-55, mar, 1979); THOLLENT, M.J.M. - org (Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária. Polis, 1980) e MALTA-CAMPOS, M. (O ensino obrigatório e as crianças fora da escola F.C.C., 1981).

O desafio foi grande, pois sabíamos do ineditismo desta pesquisa no Brasil, realizada em Universidade, com todo o seu universo. Porém, todos assumiram o desafio.

O Projeto "A participação do aluno como base para a reestruturação da Universidade", teve como objetivos globais:

- ser fator gerador de ações significativas no processo de mudança da Universidade, isto é, o Projeto Pedagógico da PUCCAMP;
- acompanhar e avaliar continuamente tais mudanças, em função e a partir do aluno, nosso sujeito de investigação. Este projeto, no decorrer destes três anos, concretizou-se em quatro sub-projetos:
 - 1982: Sub-Projeto I "Caracterização do Aluno da PUCCAMP"
 - 1983: Sub-Projeto II "A percepção do Aluno sobre a PUCCAMP"
 - 1983: Sub-Projeto III "Do resultado à interpretação: o aluno e a reestruturação da PUCCAMP"
 - 1984: Sub-Projeto IV "Da interpretação à ação: a busca da síntese" (ainda em realização).

Durante a realização do Sub-Projeto I, através do qual buscamos saber "quem é o nosso aluno", ficamos surpreendidos com a receptividade da pesquisa, pois, as respostas fornecidas por mais da metade dos alunos constituíram-se em contribuições inestimáveis para que a Universidade pudesse se repensar. Os dados coletados na pesquisa foram suficientes para mostrar que a qualidade da Universidade depende de padrões mínimos quantitativos. É preciso que esses padrões mínimos sejam conquistados e mantidos para não comprometerem a qualidade e é preciso criar canais de participação (além de melhorar os existentes), para que a qualidade seja resultado de um esforço coletivo.

Este sub-projeto começou a se esboçar em abril de 1982, através da organização da Comissão Central da pesquisa, que, com função deliberativa, foi composta por docentes das 19 Unidades Acadêmicas e pela representação estudantil indicada pelo Diretório Central dos Estudantes. A Coordenação Central foi constituída pela EAP (Equipe de Assessoria Pedagógica) e a representação estudantil, ocupando-se das funções executivas.

O estudo, as reflexões e discussões realizados pela Comissão Central e Coordenação Central da pesquisa, viabilizaram a elaboração de um questionário de coleta de dados, aplicado no 2º semestre do mesmo ano para a população total dos alunos da

PUCAMP. A opção de coleta de dados de todo o universo foi da Comissão Central, justificada na necessidade do próprio instrumento ser utilizado como elemento mobilizador dos alunos. A pesquisa foi do tipo Survey, para ser respondido em cartão de computador e teve por objetivo conhecer melhor os alunos e iniciar uma mobilização na Universidade.

O instrumento era composto de 59 questões de alternativas fixas, organizadas a partir de nove indicadores, a saber:

1. série e ano de ingresso;
2. idade, sexo, estado civil e religião;
3. residência, distância e meios de locomoção para a Universidade;
4. dados familiares e atividades profissionais (nível sócio-econômico);
5. interesses e hábitos culturais dos alunos;
6. distribuição do tempo para estudo;
7. escolarização anterior à Universidade;
8. vida acadêmica na Universidade;
9. formas de pagamento da Universidade.

Além destas questões, havia no final uma questão aberta a qual comentaremos mais adiante.

O questionário foi aplicado e preenchido por 10769 alunos (68,3% dos alunos matriculados). As respostas foram processadas pelo computador e divulgadas para análise de toda a comunidade acadêmica, em relatórios globais por turno, Unidade Acadêmica, curso e série. Para garantir resposta a todos os alunos, foi elaborado o folheto: "Quem é o aluno da PUCAMP?" (anexo 2), que continha uma síntese dos resultados globais da Universidade e no verso os dados do curso a que pertencia. Estes resultados foram devolvidos ainda no 2º semestre de 1982. Foram também divulgados de forma mais sistemática como subsídios para o planejamento didático-pedagógico em fevereiro de 1983, pois continham informações valiosas para a reflexão em torno do trabalho docente a ser desenvolvido durante o referido ano.

Naquela ocasião, junto com dados da pesquisa, foi encaminhado aos docentes um texto orientador para análise dos dados com vistas ao planejamento pedagógico, do qual destacamos:

"É fácil constatar-se que a Universidade atende grupos bastante diferenciados, gerando uma série de situações que exigem atenção por parte de quem se dispõe a planejar suas atividades docentes e de pesquisa. Assim, por exemplo, a origem sócio-econômica dos alunos matriculados nos períodos diurno e noturno é marcadamente diferenciada (...)

Que importância tem este fato para o planejamento curricular e de ensino? Que importância tem este fato para o processo de ensino e aprendizagem, quando se considera que a variável acima apontada, isto é, nível sócio-econômico, de modo geral não se apresenta isolada de outras variáveis que grande importância assumem para o planejamento das atividades docentes-discentes? Assim, por exemplo, é fácil constatar que há cursos cujos alunos, em grande maioria, trabalham o dia todo, havendo casos em que parte dos componentes de toda uma série, declara dispor de apenas duas horas, por semana, para se dedicar às atividades de estudo. Veja-se, a propósito, as Tabelas nº 38 e 39.

Lembramos que as causas geralmente são cumulativas: normalmente o grupo oriundo do mais baixo extrato social é o mesmo que trabalha muitas horas diariamente, que terá cursado escola -senão supletivo- ao nível de 2º grau, que dispõe de pouco espaço de tempo para se dedicar aos estudos e que, muitas vezes, sequer dispõe de condições materiais para isto.

.....
Diante disto, é importante discutir questões do tipo: é possível propor-se o mesmo plano de ensino para o diurno e noturno? Para diferentes séries e cursos?

.....
As questões que poderíamos levantar, evidentemente são muitas. Ao propor para discussão os itens acima, quisemos apenas dar um encaminhamento às atividades que deverão haver por ocasião das reuniões de planejamento no mês de fevereiro. " (In Planejamento de 1983 - PUCAMP)

Outros resultados se seguiram, frutos de cruzamentos de variáveis sugeridos pelos representantes das diversas Unidades, compondo o relatório final das 59 questões do questionário e assim encerrando a primeira fase da pesquisa em junho de 1983. O relatório contendo esses novos resultados, foi organizado em dois grandes blocos. No bloco A, as tabelas com os dados percentuais de cada curso, agrupados por área, apresentam a visão geral e comparativa da realidade estudantil das diferentes Unidades. No bloco B, as tabelas especificadas para cada curso, pormenorizando por série e turno os dados relativos à caracterização dos alunos da Unidade, dão lugar à reflexão sobre a identidade desses alunos.

Mas os dados mais significativos se encontram nas respostas à chamada "questão sessenta" onde o aluno se expressou livremente sobre a Universidade como um todo. Esta questão, a única em aberto do instrumento utilizado, tinha a seguinte redação: "SE VOCÊ QUISER, ESCREVA NO VERSO DESTA FOLHA QUALQUER COMENTÁRIO, PERGUNTA, SUGESTÃO, CRÍTICA OU APRECIAÇÃO QUE JULGUE IMPORTANTE NO SENTIDO DE SE ALCANÇAR TODA E QUALQUER POSSÍVEL MELHORIA NA PUCAMP".

O trabalho desenvolvido no Sub-Projeto II - "A percepção do aluno sobre a PUCAMP" constou da análise e processamento das respostas à questão 60, na qual 3299 alunos se manifestaram através de 7139 colocações, em formas de críticas e propostas.

A proposta, no condicional, da última pergunta do questionário instaura um espaço voluntário que, por decisão própria do respondente, faz emergir sua vontade de participar com qualquer comentário, pergunta, crítica, sugestão ou mesmo desabafo, a partir de seu ponto de vista.

É essa livre decisão do aluno em responder que torna cada colocação em si valiosa, não importando a sua incidência. É essa deliberação pessoal também, que nos faz considerar metodologicamente cada resposta, ainda que sua visão pareça distorcida, injusta ou parcial, pois é com a visão própria que cada um participa, que cada um pode conjugar, numa prática coletiva, os interesses coletivos.

Desse modo, na análise dos dados referentes à "questão sessenta", cada observação não foi tratada simplesmente enquanto índice estatístico mas considerada em seu aspecto qualitativo, em seu valor intrínseco, a partir da dupla decisão do aluno de querer participar (fazer parte) completamente do processo e manifestar sua visão parcial (de parte) sobre a Universidade.

Embora os alunos tivessem feito observações sobre a conjuntura sócio-político-econômica do país e, em especial, sobre o ensino superior brasileiro, a grande maioria dos respondentes apreciou a PUCAMP através de observações que foram agrupadas em sete grandes categorias, traçando, de acordo com sua ótica, um perfil de inestimável valor para a PUCAMP.

Os dados coletados foram objeto de análise de conteúdos, segundo preceitos científicos estabelecidos, o que exigiu tempo, estudo e fidelidade à sua fonte. Por estes motivos, conservamos algumas expressões originais ora manifestadas em

tons agressivos, ora em tons de queixa, ora em tons de aplausos, porém sempre vigorosas na busca de padrões ideais de vida da universitária.

Todos os depoimentos foram considerados importantes e registrados. Alguns chamaram mais a nossa atenção, quer pela insistência com que apareciam, quer pela contundência com que eram expressos, quer pela sua peculiaridade.

As categorias através das quais foram organizados os depoimentos dos alunos, são as seguintes: Qualidade de Ensino, Currículo, Infra-Estrutura, Problemas Financeiros, Pesquisa, Atividades Complementares e Relações Humanas. (ver anexo 3, as sub-categorias e a incidência dos depoimentos).

Nós, que participamos de todo o processo, principalmente da leitura e categorização dos depoimentos dos alunos na integral, sentimo-nos, com liberdade, no dever de dizer que providências precisariam ser tomadas nas coisas mais simples e nas mais complexas, sem perda de tempo. É verdade que muitas das reivindicações feitas já foram providenciadas. Se, de um lado, era preciso melhorar a parte acadêmica (currículo, didática dos professores, processos de avaliação, qualidade do ensino), de outro, ficou-nos evidente que a reestruturação administrativa é novas alternativas financeiras eram fundamentais.

Não podemos deixar de reconhecer que os dados dos alunos obtidos na 60a. questão, são passíveis de diferentes tipos de questionamentos, podendo também ser utilizados para justificar esse ou aquele procedimento. Entendemos, porém, que eles retratam um momento da vida do aluno e que, para o bem da verdade, esse momento não pode apenas ficar registrado; deve servir como instrumento para levar mais à frente o processo de reestruturação da Universidade.

Daí a divulgação ampla das opiniões dos alunos para que fossem consideradas não como dados definitivos, inquestionáveis, mas como opiniões que pudessem levar à mudança, à troca de pontos de vista, a uma informação mais correta, à melhoria em todos os sentidos, a partir da reflexão em cada Unidade. A riqueza existencial desses depoimentos, essa sim, foi inquestionável.

Para uma Universidade que busca se repensar, toda opinião

Esses elementos, que representam significativamente a quantidade e qualidade dos depoimentos e suas análises, nos levaram a assumir a qualidade de ensino e integração como prioridades para o ano de 1984.

A priorização destas categorias ficou justificada quando tentamos para a sua mútua complementaridade: INTEGRAÇÃO com a busca de consolidação dos princípios de universalidade, de totalidade e da própria identidade da PUCCAMP; QUALIDADE DE ENSINO como busca de efetivação de seus princípios gerais, consolidando a Universidade competente, criativa e atuante no contexto em que se situa.

Como consequência, a Vice-Reitoria Acadêmica teve condições de estabelecer algumas diretrizes para a sua ação, a partir de 1984, e sua respectiva operacionalização, como segue:

A) Consolidação da Equipe de Assessoria Pedagógica (EAP):

1. Ampliação da jornada de trabalho de seus componentes;
2. Ampliação do número de componentes; esta medida, ao mesmo tempo em que possibilita a coordenação dos trabalhos da EAP, sensivelmente aumentados, amplia o caráter multidisciplinar da EAP;
3. Descentralização das atividades da EAP, na medida em que se faz necessário um acompanhamento mais efetivo das atividades desenvolvidas nas Unidades, quer na preparação do Planejamento Didático-Pedagógico, quer na sua realização, quer no acompanhamento pedagógico durante o ano letivo.

B) Assessoria e Apoio às Atividades das Unidades Acadêmicas:

1. Preparação do planejamento didático-pedagógico e contribuição na sua elaboração;
2. Acompanhamento pedagógico durante o ano letivo.

C) Capacitação Docente:

1. Formação da Equipe Coordenadora do PADES local (composta pela EAP) e elaboração de plano de trabalho solicitando recursos (ver página 22);
2. Diagnóstico da situação docente em termos de qualificação profissional e carreira;
3. Estímulo aos professores que estão em Programas de Pós-Graduação:
 - * prioridade na confecção de horário
 - * prioridade nos convênios PADES.

- * possibilidades de afastamento com retorno garantido
- * ajuda de custo para viagens (via PADES)
- * apoio na obtenção de bolsas

4. Facilitação para o comparecimento em congressos, seminários, etc.
5. Estímulo e apoio às atividades e projetos específicos de cada Unidade Acadêmica com vistas à capacitação docente.
6. Organização de Cursos de Especialização para Capacitação Docente em três níveis.

Módulo 1: Conteúdo didático-pedagógico

Módulo 2: Perfil do Profissional (conjunto de conferências/por curso)

Módulo 3: Conteúdo Específico (proposto por curso ou por cursos afins)

7. Promoção de Encontros e Debates com especialistas em Educação ou áreas de interesse geral.
8. Orientação na elaboração de projetos de pesquisa.

D) Integração Acadêmica nos Seguintes Níveis:

1. Básico-Profissionalizante
2. Entre departamentos de cada Unidade Acadêmica
3. Entre Unidades:

- * disciplinas não departamentizadas na Unidade: orientação para que os docentes participem do planejamento dos respectivos cursos.
- * diálogo inter-disciplinar

4. Seminário sobre Extensão Universitária
5. Seminário sobre Pesquisa
6. Congresso da PUCCAMP

E) Melhoria das Condições da Biblioteca:

1. Acompanhamento dos resultados da Comissão Especial Inter na e CEDATE;
2. Encaminhamento das reivindicações já feitas e providências no atendimento das conclusões da Comissão;
3. Agilização da verba orçamentária com critérios.

F) Aperfeiçoamento das Condições de Infra-Estrutura Acadêmica:

1. Treinamento de funcionários da Secretaria Geral e Postos de Atendimento;
2. Integração dos Órgãos de apoio e comissões, visando diretrizes comuns;
3. Elaboração do Catálogo de Cursos da PUCCAMP;
4. Elaboração do manual do aluno.

QUEM É O ALUNO DA PUC CAMP? ANEXO - 2

10.769 alunos da PUCAMP, de um total de 16.719 matriculados, responderam ao questionário de la. Fase da pesquisa "CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA PUCAMP".

Em respeito à sua participação, estudante da PUCAMP, apresentamos os primeiros resultados, conforme compromisso que assumimos com você. Eis alguns dados:

OS ESTUDANTES DA PUCAMP SÃO, EM SUA MAIORIA,

MULHERES. Do total, 61% são do sexo feminino e 39% do sexo masculino.

	diurno	noturno
48,6%	18,2%	
37,6%	40,8%	
33,7%	41,0%	

SÃO CATÓLICOS, em sua maioria absoluta (84%). 17% pratica assiduamente sua religião.

A PUCAMP É REGIONAL. A maioria dos alunos mora em Campinas (45,5%) ou cidades vizinhas (21,2%), sendo que 67% mora com a família e somente 23% em república.

A METADE DOS ALUNOS VEM PARA A UNIVERSIDADE DE COLEBUS coletivo (36,4%) ou fretado (14,7%).

74% vem no seu próprio carro e 10% a pé. Estes mesmos dados, considerando os períodos diurno e noturno, respectivamente, são os seguintes: ônibus coletivo (41,3%) e (29,9%); ônibus fretado (18,5% e 21,8%); carro próprio (22,7% e 25,6%).

Os estudantes do noturno demoram, em média mais tempo para chegar à Universidade. Da totalidade dos alunos, a maioria (64%) demora até 30 minutos.

NÍVEL SOCIO-ECONÔMICO: 35,6% dos estudantes da PUCAMP pertencem ao estrato superior; 39% são do estrato médio e 25,4% estão classificados no estrato inferior. Sabe-se, por outros estudos, que na Universidade Brasileira, de modo geral, a distribuição é a seguinte: 38,8%; 53% e 9,2%, respectivamente. Tais dados parecem mostrar que a PUCAMP tende para uma melhor distribuição que na Universidade em geral. Porém, se considerarmos que os dados sobre a distribuição em níveis sócio-econômicos da população brasileira são de 61, 16% e 78%, respectivamente, percebe-se que a PUCAMP, assim como as demais Universidades, ainda é elitista.

A PUCAMP NOTURNA É MENOS ELITISTA. A distribuição dos alunos através dos níveis sócio-econômicos é distinta nos períodos diurno e noturno:

	diurno	noturno
estrato superior:	48,7%	15,4%
estrato médio :	28,4%	34,6%
estrato inferior:	13,7%	35,6%

I M P O R T A N T E

Estão sendo processadas as respostas de questão 60, respondida por grande parte dos alunos. Acredita-se que em fev/março poderão ser objeto de análise pela Comunidade Universitária.

Informações mais detalhadas dos resultados já processados, podem ser solicitadas na sua Unidade ou na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. A recentividade à pesquisa está sendo muito grande, o que demonstra que o aluno da PUCAMP quer participar da construção da sua Universidade.

CERCA DE 51% DOS ESTUDANTES DA PUCAMP TRABALHA
(16,8% do diurno e 79,5% do noturno).

ATIVIDADES EXTRA-CLASSE: Os alunos ocupam mais tempo com atividades artístico-culturais (33%) e esportivas (23%). Entre as primelras, manifesta-se, prioritariamente, a leitura (29%) e a TV (24%).

JORNAL FALADO DE RÁDIO E TV É A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO (48%), ficando abaixo o jornal escrito (24%) e as revistas (20%).

A MAIORIA DOS ALUNOS LÊ literatura de ficção (41%), além dos textos didáticos e PRÉTERE RE VISTA SOBRE GENERALIDADES (58%).

80% DOS ESTUDANTES DA PUCAMP REALIZA O CURSO DE SUA 1ª. OPÇÃO DO VESTIBULAR. 67% cursou o 2º grau em escolas oficiais.

Parte dos alunos já foi ou é MEMBRO DE DIRETORIOS ESTUDANTIS (20%). Outro grupo (também de 20%) não co fez parte, mas gostaria de fazê-la.

A maior parte (65%) dos alunos: NUNCA FOI REPROVADA.

Grande número de alunos DESEJA FAZER OUTRO CURSO SUPERIOR após a conclusão do atual (53%).

MAIS DE 1/3 DOS ESTUDANTES FAÇA A PUCAMP COM BEM-ESTARES PRÓPRIOS e 53% pagam com rendimentos provenientes da família. 8% recebem bolsas (res tituíveis ou não). Das bolsas não restituíveis, a maioria é oferecida pela SAE-PUCAMP ou são bolsas de Protocolo Salarial (filhos de professores e funcionários da PUCAMP).

Em média, a maioria dos alunos da PUCAMP gasta: mais de Cr\$ 10.000,00 com moradia; Cr\$ 5.000,00 com material didático; em torno de Cr\$ 5.000,00 com alimentação; até Cr\$ 1.200,00 com transporte.

QUESTIONÁRIO ORIENTADOR

- 1 - Considerando os comentários apresentados pelos alunos, sob os seguintes aspectos:
- qualidade de ensino
 - currículo
 - infra-estrutura
 - condições financeiras
 - pesquisa
 - atividades complementares
 - relações humanas
- a) Como poderia se entender estes resultados, tendo como referência :
- a) o Curso
 - b) a Unidade
 - c) a Universidade
 - d) a Educação Brasileira
- b) Aponte os fatores determinantes dos problemas apontados, ligados :
- a) ao Curso
 - b) à Unidade
 - c) à Universidade
 - d) à Educação Brasileira
- c) Relacione os problemas levantados pelos alunos com a caminhada do Projeto Pedagógico no seu curso.
- d) Que medidas viáveis poderiam nos levar "da crítica à proposta", a nível de :
- a) Curso
 - b) Unidade
 - c) Universidade
 - d) Educação Brasileira
- Esclareça com detalhes, as formas concretas para se chegar a elas (a curto, médio e longo prazos) considerando :
- a) o Curso
 - b) a Unidade
 - c) a Universidade
 - d) a Educação Brasileira
- 2 - Qual a proposta da Unidade para a globalização das análises dos resultados desta pesquisa a nível de Universidade?

E o momento em que cada um poderá conhecer melhor a opinião de seus colegas e quais as alternativas e limites que vislumbram. Procure se interessar. A Universidade só poderá atingir os objetivos desejados por todos nós, na medida em que você esteja profundamente envolvido nela.

- Comissão Central da Pesquisa: "O aluno como base para a reestruturação pedagógica da FUOCAMP" (alunos e professores representantes das Unidades da FUOCAMP)

VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS - Campinas/outubro/83

ROTEIRO PARA DISCUSSÃO

1. Descreva sucintamente a(s) metodologia(s) empregada(s) pela Unidade na análise dos dados de pesquisa, levando em consideração:
 - 1.1 - dinâmica de discussão
 - 1.2 - número de participantes nos diferentes encontros (alunos, professores, funcionários e direção - verificar o percentual em relação ao total).
2. Relate os debates ocorridos de acordo com o roteiro fornecido (acrescentando as questões propostas pela Unidade ou seguidas no processo).
3. Cite as questões mais polêmicas, anotando as diversas posições que ocorrem.

- ANEXO VIII -

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA "A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COMO BASE PARA A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE"

PESQUISA

**CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA
PUCCAMP**

1ª Fase: Survey

PUCCAMP

Campinas, 1982

CADERNO DE QUESTÕES

INFORMAÇÕES PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO

- 1 – Você está recebendo um CADERNO com 60 QUESTÕES, um IMPRESSO (de computador) para RESPOSTAS, um CADERNO com a RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES e um lápis preto nº 2;
- 2 – VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR. Nós precisamos apenas de sua sinceridade e honestidade nas respostas;
- 3 – A folha de respostas vai lembrar-lhe sua época de vestibular. Só que agora, há duas diferenças em relação àquela situação. Não há respostas certas ou erradas e você não deve preencher o lado esquerdo da folha, que solicita sua identificação e outros dados que não se aplicam ao caso do presente questionário;
- 4 – Para responder às questões utilize o IMPRESSO PARA RESPOSTAS, usando somente o lado direito da folha, onde está escrito "o candidato deve marcar somente as respostas com lápis nº 2". Os numerais se referem ao número das questões e as letras maiúsculas, dispostas em coluna de cada numeral, às alternativas;
- 5 – Em cada uma das questões você deverá preencher totalmente com lápis preto a quadrícula correspondente à sua opção, MARCANDO APENAS UMA ALTERNATIVA em cada questão;
- 6 – Caso você pule alguma questão do questionário, para cumprir a instrução sugerida, pule também essa questão no preenchimento do Impresso para Respostas, deixando em branco;
- 7 – Para o preenchimento das questões 16, 17, 25 e 26, você se utilizará do CADERNO com a RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES, conforme a instrução que consta no próprio questionário;
- 8 – Use sempre seu bom-senso. Se você tiver dificuldades, pergunte ao professor;
- 9 – Ao final, devolva todo o material ao professor;
- 10 – MUITO OBRIGADO PELA SUA VALIOSÍSSIMA CONTRIBUIÇÃO !

ESTUDANTE:

Como é do seu conhecimento, no ano passado foi iniciado um processo de reestruturação da Universidade, do qual o Projeto Pedagógico de cada Unidade é parte integrante.

Sabe-se que o planejamento didático-pedagógico e administrativo de uma instituição escolar só tem sentido se feito a partir do conhecimento dos traços que identificam o perfil dos seus alunos.

Em face disso, estamos hoje aplicando um questionário, com o objetivo primordial de obter dados para a **caracterização do aluno da PUCAMP.**

Essa pesquisa terá duas fases: a primeira pretende coletar dados quantitativos sobre todos vocês, através do questionário que logo mais vão responder. A segunda fase, que será feita através da metodologia pesquisa-ação, (também chamada pesquisa participante, emancipatória) como seu próprio nome indica, desenvolver-se-á com a participação efetiva de todos vocês não só fornecendo informações, mas também discutindo os resultados e propondo alternativas de solução. Tais atividades se darão ao longo do segundo semestre e no próximo ano, conforme cronograma ainda a ser estabelecido junto às Unidades.

No planejamento dessa pesquisa e na elaboração do presente caderno de questões, houve a participação de um grupo coordenado pela Equipe de Assessoria Pedagógica da Vice-Reitoria Acadêmica, formado por professores e alunos, estes representados pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE.

Contamos com sua contribuição e interesse, respondendo a esse questionário com bastante atenção. Sua participação será muito importante para que os resultados possam beneficiar toda a comunidade universitária.

**Comissão Central da Pesquisa:
"CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA PUCAMP"**

QUESTIONÁRIO – SURVEY**I – SÉRIE E ANO DE INGRESSO**

1. Qual a série em que você está matriculado ?
 - A – 1ª série (1º e 2º semestres)
 - B – 2ª série (3º e 4º semestres)
 - C – 3ª série (5º e 6º semestres)
 - D – 4ª série (7º e 8º semestres)
 - E – 5ª e 6ª séries (9º, 10º, 11º ou 12º semestres)

2. Em que ano você ingressou no curso que ora realiza ?
 - A – 1982.
 - B – 1981 ou 1980.
 - C – 1979 ou 1978.
 - D – 1977.
 - E – 1976 ou antes.

II – IDADE, SEXO, ESTADO CIVIL E RELIGIÃO

3. Qual sua faixa de idade ?
 - A – 17 ou 18 anos.
 - B – 19 ou 20 anos.
 - C – 21 a 23 anos.
 - D – 24 a 29 anos.
 - E – 30 anos ou mais.

4. Qual o seu sexo ?
 - A – masculino
 - B – feminino

5. Qual seu estado civil ?
 - A – solteiro (a)
 - B – casado (a)
 - C – viúvo (a)
 - D – separação legal (separação judicial ou divórcio)
 - E – outro

6. Qual a sua religião ?
 - A – católica.
 - B – cristã não católica (ex.: protestante, luterano, metodista,outra.)
 - C – não cristã (ex.: budista, muçumano, outra.)
 - D – não tenho religião.
 - E – nenhuma, sou contra religião.

7. Você se considera praticante de sua religião ?

- A — sim, muito.
- B — sim, mais ou menos.
- C — sim, muito pouco.
- D — não.
- E — não tenho religião.

III — RESIDÊNCIA, DISTÂNCIA E MEIOS DE LOCOMOÇÃO PARA A UNIVERSIDADE

8. Quando você ingressou na PUCCAMP, onde morava ? *Observação: Se você é estrangeiro e morava no exterior, passe para a questão seguinte e não preencha a questão 8 do Formulário de Respostas.*

- A — Campinas.
- B — cidades vizinhas de Campinas, distantes até 60km, aproximadamente.
- C — Grande São Paulo.
- D — outras cidades do Estado de São Paulo.
- E — outro Estado do Brasil.

9. Sua família, atualmente, onde reside ? *Observação: Se você tem sua família em outro país, passe para a questão seguinte e não preencha a questão 9 do formulário de respostas.*

- A — Campinas.
- B — Cidades vizinhas de Campinas, distantes até 60km aproximadamente.
- C — Grande São Paulo.
- D — outras cidades do Estado de São Paulo.
- E — outro Estado do Brasil.

10. Como você mora ?

- A — com minha família.
- B — em quarto alugado de uma família.
- C — em república.
- D — em pensionato ou pensão.
- E — nenhuma das alternativas anteriores.

11. Se você respondeu: "nenhuma das alternativas anteriores" na pergunta anterior, especifique. *Observação: Se este não for o seu caso, passe para a questão seguinte.*

- A — seminário religioso.
- B — quartel.
- C — comunidade agrícola.
- D — sozinho (a).
- E — outro.

12. Se você e/ou sua família residirem fora de Campinas, com que frequência você viaja? *Observação: Se sua família reside em Campinas, passe à questão seguinte.*
- A — viagem diariamente para vir à PUCAMP.
 - B — viagem para minha cidade todo final de semana.
 - C — viagem para minha cidade apenas uma vez por mês.
 - D — viagem para minha cidade somente nas férias e feriados.
 - E — não viajo com frequência regular.
13. Quanto tempo você gasta, em média, para fazer o trajeto de casa (ou trabalho) até o local de seu curso?
- A — até 15 minutos.
 - B — de 15 a 30 minutos.
 - C — de 30 a 45 minutos.
 - D — de 45 a 60 minutos.
 - E — mais de 60 minutos.
14. Como você vem, na maioria das vezes, para a PUCAMP? *Se você reside fora de Campinas, destaque somente o transporte principal.*
- A — a pé.
 - B — carona.
 - C — carro próprio.
 - D — trem.
 - E — outro.
15. Se você respondeu "outro" na pergunta anterior, qual é este meio de transporte? *Observação: Se este não for o seu caso, passe à questão seguinte.*
- A — moto.
 - B — ônibus fretado.
 - C — ônibus coletivo.
 - D — bicicleta.
 - E — carro coletivo ou carro fretado.

IV — DADOS FAMILIARES E ATIVIDADES PROFISSIONAIS (NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO)

Descreva a ocupação de seu pai, mesmo que ele seja aposentado ou falecido. Dê uma idéia bem clara do que ele faz ou fazia. Por exemplo: se for operário, diga o que faz ou fazia na fábrica. Se for funcionário público, diga o tipo de tarefa que realiza ou realizava. Se comerciante ou bancário, descreva a tarefa que executava ou executa na empresa,

ou loja, ou banco. Se for militar, diga o posto ou graduação dele e a que ramo das Forças Armadas pertence ou pertencia. Se ele tiver mais de um trabalho, descreva apenas o principal:

Você encontra em anexo um caderninho com uma **RELAÇÃO DE OCUPAÇÕES**. Elas estão reunidas em sete categorias I, II, III, IV, V, VI, VII. Procure identificar, na relação, a **ocupação de seu pai**, que você descreveu. Verifique em qual dos grupos ela se situa. Se ele tiver mais de uma ocupação, identifique apenas a principal.

Se a ocupação de seu pai não constar da relação, procure localizá-la num dos grupos, utilizando para isto, de seu bom-senso.

Exemplos:

* o pai de um aluno é escriturário de uma companhia imobiliária. Esta ocupação se situa na categoria IV.

* o pai de um aluno é gerente financeiro de uma empresa industrial. Embora esta ocupação não conste da relação, a categoria em que ela se classifica é a II.

* o pai de um aluno, quando vivo, era ferramenteiro de uma indústria metalúrgica. Embora esta ocupação não conste da relação, a categoria em que melhor ela se classifica é a VI.

* o pai de um aluno é supervisor na linha de montagem de uma indústria de autopeças. Esta ocupação não consta da relação mas a categoria em que melhor ela se encaixa é a V.

AGORA, ATENÇÃO:

Se a ocupação de seu pai pertence às categorias I, II, III ou IV, você deverá responder à questão 16, deixando em branco a questão 17.

Se a ocupação de seu pai pertence às categorias V, VI ou VII, não responda à questão 16, mas responda apenas à 17.

ENTÃO:

16. Se a ocupação de seu pai pertence às categorias I, II, III ou IV, forneça sua resposta abaixo, considerando:
- A — categoria I.
 - B — categoria II.
 - C — categoria III.
 - D — categoria IV.
17. Se a ocupação de seu pai pertencer às categorias V, VI ou VII, forneça sua resposta abaixo, considerando:
- A — categoria V.
 - B — categoria VI.
 - C — categoria VII.
18. Qual é ou era a situação de seu pai no trabalho ?
- A — sócio ou dono exclusivo de uma empresa comercial ou industrial.
 - B — trabalha por conta própria.
 - C — funcionário de uma companhia comercial, industrial, bancária etc.
 - D — funcionário do governo, órgão paraestatal ou autarquia.
 - E — outra situação.
19. Há ou havia outras pessoas trabalhando para ele ou sob suas ordens ?
- A — sim, 1 pessoa.
 - B — sim, de 2 a 10 pessoas.
 - C — sim, de 11 a 49 pessoas.
 - D — sim, mais de 50 pessoas.
 - E — não.

Instrução: Se você é solteiro (a), passe ao item seguinte, deixando este em branco. Se você é casado (a), por favor, responda à questão seguinte.

20. Qual o grau de instrução de seu (sua) esposo (a) ?
- A — não freqüentou escola.
 - B — da 1ª à 4ª série do Primeiro Grau (antigo primário).
 - C — da 5ª à 8ª série do Primeiro Grau (antigo ginásio).
 - D — da 1ª à 3ª série do Segundo Grau (antigo colegial).
 - E — Superior, completo ou incompleto.

21. Qual o grau de instrução de seu pai ?
- A — não freqüentou escola.
 - B — da 1ª à 4ª série do Primeiro Grau (antigo primário).
 - C — da 5ª à 8ª série do Primeiro Grau (antigo ginásio).
 - D — da 1ª à 3ª série do Segundo Grau (antigo colegial).
 - E — Superior, completo ou incompleto.
22. Qual o grau de instrução de sua mãe ?
- A — não freqüentou escola.
 - B — da 1ª à 4ª série do Primeiro Grau (antigo primário).
 - C — da 5ª à 8ª série do Primeiro Grau (antigo ginásio).
 - D — da 1ª à 3ª série do Segundo Grau (antigo colegial).
 - E — Superior, completo ou incompleto.
23. Você exerce alguma atividade profissional remunerada ?
- A — sim.
 - B — estágio remunerado, sem vínculo empregatício.
 - C — monitoria.
 - D — não.
 - E — nenhuma das alternativas anteriores.
24. Se você exerce atividade profissional remunerada, quantas horas diárias, em média, você dedica a esta atividade ?
- A — até 2 horas.
 - B — de 2 a 4 horas.
 - C — de 4 a 6 horas.
 - D — de 6 a 8 horas.
 - E — 9 horas ou mais.

Instrução: *Descreva resumidamente sua atividade profissional. Caso você não trabalhe e seja casado (a), descreva a profissão de seu (sua) esposo (a).*

ATENÇÃO:

Verifique novamente o anexo com a RELAÇÃO DE OCUPAÇÕES e procure identificar a que categoria pertence a profissão que você descreveu.

Se a ocupação descrita pertence às categorias I, II, III ou IV você deverá responder à questão 25, deixando sem resposta a questão 26.

Se a ocupação descrita pertence às categorias V, VI ou VII, deixe sem resposta a questão 25 e responda somente à questão 26.

Se você não tiver profissão, ou seu (sua) esposo (a), vá direto à questão 30.

ENTÃO:

25. Se, a sua ocupação ou a de seu (sua) esposo (a), (caso você não trabalhe e seja casado (a)), pertence às categorias I, II, III ou IV, forneça sua resposta abaixo, considerando:
- A — categoria I.
 - B — categoria II.
 - C — categoria III.
 - D — categoria IV.
26. Se a ocupação pertencer às categorias V, VI ou VII, forneça sua resposta abaixo, considerando:
- A — categoria V.
 - B — categoria VI.
 - C — categoria VII.
27. Qual a situação que você tem no trabalho ?
- A — sócio ou dono exclusivo de empresa industrial e comercial.
 - B — trabalha por conta própria (autônomo).
 - C — funcionário de empresa ou firma comercial, industrial, bancária etc.
 - D — funcionário do governo (municipal, estadual ou federal), órgão paraestatal ou autarquia.
 - E — outro.
28. Há outras pessoas trabalhando para você ou sob suas ordens ?
- A — sim, 1 pessoa.
 - B — sim, 2 a 10 pessoas.
 - C — sim, 11 a 49 pessoas.
 - D — sim, mais de 50 pessoas.
 - E — não.
29. Por que você trabalha ? *Assinale a razão principal.*
- A — necessidade de manter a si próprio e a outros (família).
 - B — necessidade de manter-se.
 - C — necessidade de pagar estudos.
 - D — porque gosta.
 - E — outra.

V — INTERESSES E HÁBITOS CULTURAIS DOS ALUNOS

30. Qual a atividade extraclasses de que você **mais** participa ?
- A — atividades artísticas e culturais.
 - B — atividades religiosas.
 - C — atividades político-partidárias.
 - D — atividades esportivas.
 - E — nenhuma das alternativas anteriores.
31. Com qual das atividades abaixo citadas, **você ocupa mais tempo** ?
Observação: Se você não se enquadra em nenhuma das alternativas propostas, deixe essa questão em branco e passe para a questão seguinte.
- A — TV.
 - B — teatro e/ou cinema.
 - C — música e/ou dança.
 - D — artesanato.
 - E — leitura.
32. Qual é o meio que **você mais utiliza** para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais ?
- A — jornal escrito.
 - B — jornal falado (tv e rádio).
 - C — revistas (VEJA, ISTO É, etc.)
 - D — outras pessoas.
 - E — não tenho me mantido informado.
33. Além dos textos didático e informativos, o que **você mais lê** ?
- A — literatura-ficção (romances, contos, crônicas, poesias etc.)
exceto romances policiais, de terror e ficção científica.
 - B — romances policiais e/ou de terror.
 - C — ficção científica.
 - D — não-ficção (estudos, textos históricos e políticos, depoimento, relatório etc.)
 - E — nenhuma das alternativas anteriores.

34. Dos tipos de revistas e/ou jornais de lazer abaixo citados, qual você **mais lê**? *Observação: Se você não se enquadra em qualquer das alternativas, passe para a questão seguinte:*
- A — humor e/ou quadrinhos (Ex.: Pato Donald, Asterix, Pasquim etc.).
 - B — generalidades (Ex.: Cláudia, Nova, Manchete, Manequim, Seleções etc.).
 - C — fotonovelas e/ou novelas (Ex.: Sétimo Céu, Capricho, Sabrina etc.).
 - D — esportivas (Ex.: Placar, Quatro-Rodas etc.).
 - E — eróticas (Ex.: Status, Homem, Playboy etc.).
35. Com relação ao domínio de línguas estrangeiras, em que situação você **se enquadra melhor**?
- A — domino completamente uma ou mais línguas estrangeiras.
 - B — domino razoavelmente uma ou mais línguas estrangeiras e tenho interesse em aprofundar seu estudo.
 - C — domino razoavelmente uma ou mais línguas estrangeiras e não tenho interesse em aprofundar seu estudo.
 - D — não possuo domínio algum, mas gostaria de aprender línguas estrangeiras.
 - E — não possuo domínio algum e não sinto necessidade de aprender.

VI — DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO PARA ESTUDO.

36. De quanto tempo você dispõe, em **média**, para assistir às aulas?
- A — somente no turno de funcionamento das aulas obrigatórias.
 - B — chego atrasado e saio no horário.
 - C — chego no horário e saio adiantado.
 - D — chego atrasado e saio adiantado.
 - E — não tenho horário regular.
37. De quanto tempo você dispõe, em **média**, para vir à PUCCAMP para atividades paralelas ou extra-classe?
- A — quatro horas por dia ou mais, se necessário.
 - B — duas horas por dia, ou mais, se necessário.
 - C — quatro horas por semana.
 - D — somente aos sábados.
 - E — não tenho tempo para atividades paralelas.

38. Em média, quantas horas semanais, fora de aula, têm sido necessárias para você estudar para o curso ?
- A — 20 horas por semana ou mais.
 - B — 10 a 19 horas por semana.
 - C — 5 a 10 horas por semana.
 - D — 1 a 5 horas por semana.
 - E — nenhuma.
39. Normalmente, você tem disponível o tempo indicado na questão anterior ?
- A — sim.
 - B — às vezes.
 - C — não.
 - D — só nos fins de semana e/ou de madrugada.
 - E — nenhuma das alternativas anteriores.

VII — ESCOLARIZAÇÃO ANTERIOR À UNIVERSIDADE

40. Qual o curso de Segundo Grau que você já concluiu ? *Observação: Caso você tenha concluído mais de um curso, assinale aquele que considerar mais importante.*
- A — Curso de Segundo Grau regular básico (que compreende os cursos profissionalizantes das áreas primária, secundária e terciária e das áreas biológicas, exatas, humanas; antigo científico ou clássico).
 - B — Magistério de 1ª e 4ª série do Primeiro Grau (antigo curso normal).
 - C — Curso de Segundo Grau Técnico profissionalizante (Química Industrial, Eletrônica, Contabilidade etc.).
 - D — Curso de Segundo Grau Supletivo.
 - E — outro.
41. Em que ano você concluiu o último curso de Segundo Grau ?
- A — 1981.
 - B — 1979 ou 1980.
 - C — 1978 ou 1977.
 - D — 1976.
 - E — 1975 ou antes.
42. Em que tipo de estabelecimento de ensino você cursou o Segundo Grau ?
- A — cursei somente em estabelecimento particular.
 - B — cursei somente em estabelecimento público.
 - C — cursei parte em escola pública e parte em escola particular, tendo ficado mais tempo na escola pública.
 - D — cursei parte em escola particular e parte em escola pública, tendo ficado mais tempo na escola particular.
 - E — nenhuma das alternativas anteriores.

43. Você realizou cursinho pré-vestibular ?
- A — sim, uma vez.
 - B — sim, mais de uma vez.
 - C — comecei, mas não concluí.
 - D — fiz colegial integrado com cursinho.
 - E — não.
44. O curso que você realiza na PUCCAMP:
- A — foi sua primeira opção no vestibular.
 - B — foi sua segunda opção no vestibular.
 - C — você entrou num curso e depois pediu transferência para outro curso (transferência interna ou externa).
 - D — você entrou nas vagas remanescentes e nem havia optado antes por este curso.
 - E — outro.
45. Quantas vezes você já realizou Concurso Vestibular ?
- A — uma vez.
 - B — duas vezes.
 - C — três vezes.
 - D — quatro vezes.
 - E — mais de quatro vezes.
46. Como você tomou conhecimento do vestibular da PUCCAMP ?
Observação: Assinale a alternativa que indica o meio mais importante.
- A — no cursinho.
 - B — no colégio.
 - C — na família.
 - D — com estudantes, professores ou funcionários da PUCCAMP.
 - E — pela imprensa falada ou escrita.
47. Você foi ou é membro de alguma diretoria de entidade estudantil ?
- A — sim, durante o ginasial e/ou colegial (1º e 2º Graus).
 - B — sim, no diretório acadêmico ou centro acadêmico da minha escola ou Diretório Central dos Estudantes da Universidade.
 - C — sim, durante o ginasial e/ou colegial e também atualmente na Universidade.
 - D — nunca fui membro de entidade estudantil, mas gostaria de ser.
 - E — nunca fui membro de entidade estudantil e não tenho interesse em ser.

VIII – VIDA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE

48. Você já ficou reprovado em alguma disciplina ?
- A – não.
 - B – sim, em uma disciplina, uma vez.
 - C – sim, em duas ou mais disciplinas distintas.
 - D – sim, duas vezes ou mais na mesma disciplina.
 - E – sim, em uma ou mais disciplinas distintas e mais de uma reprovação na mesma disciplina.
49. Você ficou retido em alguma série do curso que ora realiza ? *Explicação: A retenção na série se dá quando o aluno fica reprovado em mais de duas disciplinas na mesma série, ou possui duas ou mais reprovações na mesma disciplina.*
- A – nenhuma vez.
 - B – sim, uma vez, por estar reprovado em 3 disciplinas, da mesma série ou de anteriores.
 - C – sim, uma vez, por dupla ou tripla reprovação na mesma disciplina.
 - D – sim, duas vezes, por estar reprovado em três disciplinas nas séries anteriores e/ou por dupla ou tripla reprovação na mesma disciplina.
 - E – nenhuma das alternativas anteriores.
50. Você já concluiu outro curso superior ?
- A – sim, ligado à mesma área do atual.
 - B – sim, porém não ligado à mesma área do atual.
 - C – não, porém estou matriculado em outro curso.
 - D – não, porém pretendo fazer outro depois de concluir o que faço atualmente.
 - E – nenhuma das alternativas anteriores.
51. Você já trancou matrícula e/ou abandonou o curso que realiza ?
- A – nunca tranquei matrícula.
 - B – sim, tranquei matrícula por apenas um ano.
 - C – sim, tranquei matrícula por mais de um ano.
 - D – sim, já cheguei a abandonar o curso que faço.
 - E – nenhuma das alternativas anteriores.

FORMAS DE PAGAMENTO DA UNIVERSIDADE

Por quais meios você paga a Universidade ?

Recurso próprio.

Recurso proveniente da família.

Bolsas restituíveis.

Bolsas não restituíveis.

Outros.

Se sua bolsa for restituível, qual a sua origem ? *Observação: Se não for a sua situação, passe para a questão seguinte.*

Bolsa concedida pelo Banco da Caixa Econômica Federal ou Caixa Econômica Estadual.

Bolsa concedida por bancos particulares.

Bolsa concedida pela Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB).

Outras.

Se sua bolsa não for restituível, qual sua origem ? *Observação: Se não for a sua situação, passe para a questão seguinte.*

Bolsa concedida a parlamentares.

Bolsa concedida por protocolo salarial.

Bolsa concedida pela Prefeitura Municipal.

Bolsa concedida pela PUCAMP via Secretaria de Assistência ao Estudante.

Bolsa concedida de qualquer modo que seja bolsa parcial).

Outros.

Se você mora com a família, quanto gasta por mês, em média, com aluguel ? (*Observação: compreende a sua parte no aluguel, incluindo impostos*).

Gasto nada.

Até Cr\$5.000,00.

Entre Cr\$5.001,00 a Cr\$10.000,00.

Entre Cr\$10.001,00 a Cr\$15.000,00.

Acima de Cr\$15.000,00.

56. Quanto você gasta por mês, em média, para transporte até a Universidade? (ônibus, trem, carro etc.)

- A — não gasto nada.
- B — até Cr\$1.600,00 por mês.
- C — de Cr\$1.601,00 a Cr\$3.200,00.
- D — de Cr\$3.201,00 a Cr\$6.400,00.
- E — acima de Cr\$6.400,00.

57. Quanto você gasta, em média, por mês, para compra de livros e materiais escolares? *Observação: Entenda-se material escolar desde avental, livros, xérox, apostilas, caneta, lápis, régua, até material para instrumentação de laboratório ou clínica.*

- A — não gasto nada.
- B — até Cr\$1.000,00.
- C — de Cr\$1.001,00 a Cr\$2.000,00.
- D — de Cr\$2.001,00 a Cr\$5.000,00.
- E — acima de Cr\$5.000,00.

58. Onde você faz, normalmente, a refeição?

- A — com a família.
- B — lanchonete ou cantina universitárias.
- C — lanchonete e/ou restaurantes da cidade.
- D — moradias coletivas (república, pensão, pensionato etc.)
- E — outro.

59. Se você não come com a família, que gasto mensal tem com alimentação, em média?

- A — até Cr\$2.500,00.
- B — de Cr\$2.501,00 a Cr\$5.000,00.
- C — de Cr\$5.001,00 a Cr\$7.500,00.
- D — de Cr\$7.501,00 a Cr\$10.000,00.
- E — acima de Cr\$10.000,00.

60. Se você quiser, escreva no verso desta folha qualquer comentário, pergunta, sugestão, crítica ou apreciação que julgue importante no sentido de se alcançar toda e qualquer possível melhoria na PUCAMP.

RELAÇÃO DE OCUPAÇÕES

CATEGORIA I

I - ALTOS CARGOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS, PROPRIETÁRIOS DE GRANDES EMPRESAS E ASSEMELHADOS.

Banqueiro
Deputado
Desembargador
Diplomata
Diretor superintendente de grande companhia (inclusive Banco) com 50 subordinados ou mais.
Dono de empresas comerciais ou equivalentes com 50 empregados ou mais.
Fazendeiro com 50 empregados ou mais.
General, Brigadeiro, Almirante
Industrial com 100 empregados ou mais.

CATEGORIA II

II - PROFISSIONAIS LIBERAIS, CARGOS DE GERÊNCIA OU DIREÇÃO, PROPRIETÁRIOS DE EMPRESAS DE TAMANHO MÉDIO.

Comerciante — 11 a 49 empregados ou "muitos" empregados.
Corretor de imóveis com mais de 10 empregados ou "muitos" empregados.
Delegado de Polícia.
Diretor de repartição pública.
Fazendeiro ou pecuarista — 11 a 49 empregados ou "muitos" empregados.
Fazendeiro ou pecuarista, sem informação sobre o número de empregados.
Fiscal de consumo.
Fiscal de rendas estaduais — São Paulo.
Gerente de banco.
Gerente de Pessoal.
Industrial ou dono de fábrica — 11 a 99 empregados ou "muitos" empregados.
Industrial, sem informação sobre o número de empregados.
Juiz — Promotor.
Oficiais das Forças Armadas (exceto General, Brigadeiro, Almirante e Tenente).
Prefeito — Vereador.
Professor universitário.
Tabelião — Dono de Cartório — Escrivão de Cartório — Oficial maior.

PROFISSÕES LIBERAIS E ASSEMELHADOS

Advogado	Engenheiro
Agrônomo	Engenheiro Químico
Arquiteto	Farmacêutico (diplomado)
Dentista	Médico
Economista	Veterinário

CATEGORIA III

III — POSIÇÕES MAIS BAIXAS DE SUPERVISÃO OU INSPEÇÃO DE OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS, PROPRIETÁRIOS DE PEQUENAS EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, AGROPECUÁRIAS etc.

- Administrador de fazenda com mais de 10 empregados
- Agente do correio (chefe de agência)
- Agente de estatística
- Aviador (sem especificar)
- Bibliotecário
- Caixa (bancário)
- Chefe de escritório ou de Seção em Repartição Pública
- Chefe de Pessoal
- Chefe de Secretaria
- Coletor estadual e federal
- Comerciante imobiliário (conta própria)
- Comerciante ou dono de Estabelecimento Comercial, com 2 a 10 empregados ou "alguns" ou "vários" empregados (inclusive "dono de hotel")
- Comerciante (sem especificar)
- Conferente de alfândega
- Construtor (sem referência a número de empregados)
- Contador, Contabilista, Guarda-Livros
- Corretor de imóveis (com 2 a 10 empregados)
- Delegado Regional de Ensino (São Paulo)
- Desenhista (empregado e conta própria)
- Despachante (com mais de um empregado)
- Dono de farmácia
- Dono de máquina de café até cinco empregados
- Escrevente de cartório
- Forças Armadas — (Tenente e Sub-Tenente do Exército e equivalente na Aeronáutica e Marinha)
- Industrial ou dono de fábrica (de 2 a 10 empregados)
- Inspetor de Ensino (São Paulo)
- Jornalista
- Lançador de Prefeitura
- Oficial de Marinha Mercante
- Pastor protestante
- Professor secundário, Diretor de escola secundária
- Proprietário (sem especificar "do quê")
- Proprietário rural — 2 a 10 empregados ou "vários" empregados.
- Protético com um ou mais empregados
- Químico Industrial (sem curso superior)
- Representante de firma comercial — 2 a 10 empregados e sem referência a número de empregados
- Tesoureiro
- Topógrafo

CATEGORIA IV

OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS DE ROTINA E ASSEMBLADAS:

Apicultor — sem informação sobre a propriedade da terra
 Administrador de fazenda (até 10 empregados)
 Almojarife
 Artista (sem especificar)
 Auxiliar de Escritório
 Bancário (sem especificar)
 Caixa de firma comercial
 Chefe de Estação de Estrada de Ferro
 Comerciante (sem especificar e sem emprego)
 Conferente (exceto conferente de alfândega — que fica na 3)
 Corretor de imóveis com menos de 2 empregados
 Datilógrafo
 Despachante de Companhia de Aviação
 Despachante sem empregado ou com um empregado
 Dono de Estabelecimento Comercial sem empregado e com empregado
 Escrivão
 Escrivão de Polícia
 Ferroviário (sem especificar)
 Gerente de casa comercial de tamanho médio (2 a 10 subordinados)
 Locutor
 Músico
 Professor de música
 Professor primário, Diretor de escola primária
 Propagandista (empregado)
 Protético sem empregados
 Publicitário (sem especificar)
 Radialista
 Radiotelegrafista
 Recepcionista
 Repórter
 Revisor
 Sargento
 Sítiantes proprietário (com empregado ou sem empregado)
 Sítiantes (sem informação sobre o número de empregados)
 Técnico de Laboratório
 Telegrafista
 Vendedor de Firma
 Vendedor de produtos farmacêuticos
 Viajante comercial

CATEGORIA V

V – SUPERVISÃO DE TRABALHO MANUAL E OCUPAÇÕES ASSEMBLADAS

Agricultor (por conta própria) com um ou sem empregados
 Apontador de obras
 Artíficos com 2 a 4 empregados
 Chefe de estiva
 Chefe de obras
 Chefe de turma
 Chefe de trem
 Chefe de Secção (fábrica)
 Contramestre
 Cozinheiro (restaurante de 1ª classe)
 Empreiteiro
 Feitor ou Capataz
 Fiscal de transporte coletivo
 Guarda aduaneiro
 Inspetor de Obras (não é engenheiro)
 Inspetor de Polícia
 Inspetor de Serviço (oficina mecânica-automóveis)
 Mestre (indústria)
 Mestre-de-obras

CATEGORIA VI

VI – OCUPAÇÕES MANUAIS ESPECIALIZADAS E ASSEMBLADAS

Agricultor — meeiro ou parceiro	Fotógrafo
Alfaiate	Funileiro
Barbeiro	Marceneiro
Cabelereiro	Mecânico
Carpinteiro	Motorista
Chacareiro	Músico de banda
Chapeleiro	Operador de cinema
Cinegrafista	Ourives
Cortador de luvas	Padeiro (distribuidor) por conta própria
Donto de banca de jornais e revistas	Pedreiro
Dono de lenhadora	Pintor
Dono de pensão	Relojoeiro
Dono de olaria	Sapateiro
Dono de quitanda	Seleiro
Eletricista	Serralhereiro
Encanador ou Bombeiro	Técnico de tecidos
Feirante	Técnico de TV
Ferreiro	Vidraceiro
Fiscal de feira	Zelador de edifício

CATEGORIA VII

VII – OCUPAÇÕES MANUAIS NÃO ESPECIALIZADAS

Barqueiro	Lustrador
Carregador	Marinheiro
Carroceiro	Motorneiro
Cobrador de ônibus	Pedreiro
Coletor de lixo	Pescador
Cozinheiro	Poceiro
Dono de charrete	Porteiro
Entregador	Tintureiro (sem empregados)
Foguista	Trabalhador rural
Guarda noturno	Vendedor ambulante
Lavrador (sem empregados)	

CATEGORIA V

V – SUPERVISÃO DE TRABALHO MANUAL E OCUPAÇÕES ASSEMBLADAS

Agricultor (por conta própria) com um ou sem empregados
 Apontador de obras
 Artíficos com 2 a 4 empregados
 Chefe de estiva
 Chefe de obras
 Chefe de turma
 Chefe de trem
 Chefe de Secção (fábrica)
 Contramestre
 Cozinheiro (restaurante de 1ª classe)
 Empreiteiro
 Feitor ou Capataz
 Fiscal de transporte coletivo
 Guarda aduaneiro
 Inspetor de Obras (não é engenheiro)
 Inspetor de Polícia
 Inspetor de Serviço (oficina mecânica-automóveis)
 Mestre (indústria)
 Mestre-de-obras

CATEGORIA VI

VI – OCUPAÇÕES MANUAIS ESPECIALIZADAS E ASSEMBLADAS

Agricultor — meeiro ou parceiro	Fotógrafo
Alfaiate	Funileiro
Barbeiro	Marceneiro
Cabelereiro	Mecânico
Carpinteiro	Motorista
Chacareiro	Músico de banda
Chapeleiro	Operador de cinema
Cinegrafista	Ourives
Cortador de luvas	Padeiro (distribuidor) por conta própria
Donto de banca de jornais e revistas	Pedreiro
Dono de lenhadora	Pintor
Dono de pensão	Relojoeiro
Dono de olaria	Sapateiro
Dono de quitanda	Seleiro
Eletricista	Serralhereiro
Encanador ou Bombeiro	Técnico de tecidos
Feirante	Técnico de TV
Ferreiro	Vidraceiro
Fiscal de feira	Zelador de edifício

CATEGORIA VII

VII – OCUPAÇÕES MANUAIS NÃO ESPECIALIZADAS

Barqueiro	Lustrador
Carregador	Marinheiro
Carroceiro	Motorneiro
Cobrador de ônibus	Pedreiro
Coletor de lixo	Pescador
Cozinheiro	Poceiro
Dono de charrete	Porteiro
Entregador	Tintureiro (sem empregados)
Foguista	Trabalhador rural
Guarda noturno	Vendedor ambulante
Lavrador (sem empregados)	

- ANEXO IX -

FOLHETO: "QUEM É O ALUNO DA PUCCAMP?"

Quem é o Aluno da PUCCAMP?

10.769 alunos da PUCCAMP, de um total de 16.779 matriculados, responderam ao questionário da 1ª fase da pesquisa "CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA PUCCAMP".

Em resposta à sua participação, estudante da PUCCAMP, apresentamos os primeiros resultados, conforme compromisso que assumimos com você. Eis alguns dados:

OS ESTUDANTES DA PUCCAMP SÃO, EM SUA MAIORIA, MULHERES. Do total, 61% são do sexo feminino e 39% do sexo masculino.

	diurno	noturno
	48,6%	18,2%
	37,6%	40,8%
	13,7%	41,0%

SÃO CATÓLICOS, em sua maioria absoluta (84%). 17% pratica assiduamente sua religião.

A PUCCAMP É REGIONAL. A maioria dos alunos mora em Campinas (45,5%) ou cidades vizinhas (21,2%), sendo que 62% mora com a família e somente 25% em república.

A METADE DOS ALUNOS VEM PARA A UNIVERSIDADE DE ÔNIBUS coletivo (36,4%) ou fretado (14,2%). 24% vem no seu próprio carro e 10% a pé. Estes mesmos dados, considerando os períodos diurno e noturno, respectivamente, serão os seguintes: ônibus coletivo (41,3%) e (29,9%); ônibus fretado (8,5% e 21,6%), carro próprio (22,7% e 25,6%). Os estudantes do noturno demoram, em média mais tempo para chegar à Universidade. Da totalidade dos alunos, a maioria (64%) demora até 30 minutos.

NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO: 35,6% dos estudantes da PUCCAMP pertencem ao extrato superior; 39% são do extrato médio e 25,4% estão classificados no extrato inferior. Sabe-se, por outros estudos, que na Universidade Brasileira, de modo geral, a distribuição é a seguinte: 38,8%; 52% e 9,2%, respectivamente. Tais dados parecem mostrar que a PUCCAMP tende para uma melhor distribuição que na Universidade em geral. Porém, se considerarmos que os dados sobre a distribuição em níveis sócio-econômicos da população brasileira são de 6%, 16% e 78%, respectivamente, percebe-se que a PUCCAMP, assim como as demais Universidades, ainda é elitista.

A PUCCAMP NOTURNA É MENOS ELITISTA. A distribuição dos alunos através dos níveis sócio-econômicos é distinta nos períodos diurno e noturno:

	diurno	e	noturno
extrato superior:	48,7%	e	15,4%
extrato médio :	28,4%	e	34,6%
extrato inferior:	13,7%	e	35,6%

CERCA DE 51% DOS ESTUDANTES DA PUCCAMP TRABALHA (16,8% do diurno e 79,5% do noturno).

ATIVIDADES EXTRA-CLASSE: Os alunos ocupam mais tempo com atividades artístico-culturais (33%) e esportivas (29%). Entre as primeiras, manifesta-se, prioritariamente, a leitura (29%) e a TV (24%).

JORNAL FALADO DE RÁDIO E TV É A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÃO (48%), ficando abaixo o jornal escrito (24%) e as revistas (20%).

A MAIORIA DOS ALUNOS LÊ literatura de ficção (41%), além dos textos didáticos e PREFERE RE VISTA SOBRE GENERALIDADES (58%).

80% DOS ESTUDANTES DA PUCCAMP REALIZA O CURSO DE SUA 1ª. OPÇÃO DO VESTIBULAR. 62% cursou o 2º grau em escolas oficiais.

Parte dos alunos já foi ou é MEMBRO DE DIRETÓRIOS ESTUDANTIS (20%). Outro grupo (também de 20%) nunca fez parte, mas gostaria de fazê-la.

A maior parte (65% dos alunos) NUNCA FOI REPROVADA.

Grande número de alunos DESEJA FAZER OUTRO CURSO SUPERIOR após a conclusão do atual (53%).

MAIS DE 1/3 DOS ESTUDANTES PAGA A PUCCAMP COM RENDIMENTOS PRÓPRIOS e 53% pagam com rendimentos provenientes da família. 8% recebem bolsas (restituíveis ou não). Das bolsas não restituíveis, a maioria é oferecida pela SAE-PUCCAMP ou são bolsas de Protocolo Salarial (filhos de professores e funcionários da PUCCAMP).

Em média, a maioria dos alunos da PUCCAMP gasta: mais de Cr\$ 10.000,00 com moradia; Cr\$ 5.000,00 com material didático; em torno de Cr\$ 5.000,00 com alimentação; até Cr\$ 3.200,00 com transporte.

IMPORTANTE

Estão sendo processadas as respostas da questão 60, respondida por grande parte dos alunos. Acredita-se que em fev/março poderão ser objeto de análise pela Comunidade Universitária.

Informações mais detalhadas dos resultados já processados, podem ser solicitados na sua Unidade ou na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos.

A recentividade à pesquisa está sendo muito grande, o que demonstra que o aluno da PUCCAMP quer participar da construção da sua Universidade.

- ANEXO X -

PLANEJAMENTO DE 1983 - PUCCAMP

PLANEJAMENTO DE 1983 – PUCCAMP

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos

PLANEJAMENTO 1983

I – INTRODUÇÃO

Em 1981 toda a PUCAMP se envolveu na elaboração do seu Projeto Pedagógico. Cada Unidade mobilizou os seus recursos e chegou a um termo, conforme o seu ritmo. Os projetos pedagógicos das Unidades enviados à Vice-Reitoria Acadêmica foram analisados tanto isoladamente como no conjunto da Universidade. Percebeu-se que uma necessidade básica deveria ser satisfeita de imediato: conhecer melhor o nosso aluno, sob o maior número possível de aspectos, para dar continuidade ao Projeto Pedagógico com bases mais concretas. Foi assim que surgiu a nossa pesquisa, então denominada "Caracterização do Aluno da PUCAMP".

A EAP assumiu essa pesquisa como uma de suas atividades principais em 1982, promovendo inúmeras reuniões com representantes de professores e alunos, nas quais, de modo participativo, foram definidas todas as fases do trabalho.

No 2º semestre de 1982 foi aplicado junto a população total dos alunos da PUCAMP um questionário para a coleta de dados sobre eles — pesquisa do tipo Survey — para ser respondido em cartão de computador. O Survey tem por objetivo conhecer melhor os alunos e iniciar concomitantemente uma mobilização da Universidade.

A **pesquisa-ação**, que visa uma análise predominantemente qualitativa do alunado será desenvolvida mediante a sua participação mais direta em todos os momentos, desde a elaboração do instrumento, incluindo a escolha de variáveis até a análise dos resultados. Será iniciada no primeiro semestre de 1983, através da análise dos dados do Survey.

O questionário foi aplicado e preenchido por 10.769 alunos. As respostas estão sendo trabalhadas de várias formas: os resultados processados pelo CPD, em relatórios globais — por turno, unidade, curso e série — estão sendo analisados por parte dos vários segmentos acadêmicos e divulgados para todos os alunos pelo folheto "Quem é o aluno da PUCAMP?"; as respostas conforme os relatórios, foram transformadas em tabelas sendo anexadas a este documento para consulta e estudo de cada professor. Cerca de 40% dos alunos responderam à questão de nº 60, através da qual se proporciona um espaço aberto para qualquer tipo de crítica, sugestão ou contribuição.

Pode-se verificar, através do processo de tabulação em andamento, o alto grau de responsabilidade dos alunos, caracterizado pelas considerações de alto nível apresentadas, seja através de sugestões apontando melhorias, seja com críticas eminentemente construtivas.

Tão logo sejam categorizados e tabulados, os resultados dessa contribuição dos alunos serão encaminhados às Unidades, de maneira que possam proporcionar ampla discussão.

Assegurar-se-á, desta forma, a efetivação das condições básicas da própria metodologia da pesquisa-ação, conforme os preceitos fundamentais que a caracterizam.

II – OS RESULTADOS DA PESQUISA COMO SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DE 1983

Os dados resultantes da pesquisa "Caracterização do aluno da PUCAMP", podem ser muito úteis para efeito de planejamento dos Cursos que serão desenvolvidos durante o ano de 1983. Embora parte desses dados estejam sendo analisados pela EAP, tarefa que, por vezes, implica tratamento estatístico bastante complexo, parte do material já disponível está ao alcance de coordenadores e professores dos diferentes cursos. Destacaremos, a propósito, as tabelas em anexo, que contêm dados relativos à Universidade como um todo, e o folheto: "Quem é o aluno da PUCAMP", que contém os dados resumidos de cada Unidade.

Com o objetivo de facilitar o encaminhamento de discussões a respeito e a título de exemplo, mas, sem pretender esgotar aquilo que possa ser objeto de reflexão por parte dos diferentes grupos, gostaríamos de levantar os seguintes pontos:

É fácil constatar-se que a Universidade atende a grupos bastante diferenciados, gerando uma série de situações que exigem atenção por parte de quem se dispõe a planejar suas atividades docentes e de pesquisa. Assim, por exemplo, a origem sócio-econômica dos alunos matriculados nos períodos diurno e noturno é marcadamente diferenciada. A título de exemplo e recorrendo a um caso extremo: o curso que apresenta o mais alto nível sócio-econômico da Universidade em período diurno é o mesmo que, em perío-

do noturno, tem grande parte de sua clientela proveniente das camadas mais desfavorecidas da população. Convém observar, porém, que este fato é comum a vários outros cursos, inclusive quando se considera as diferentes modalidades sob as quais se apresentam. Por exemplo: Licenciatura Curta e Plena.

Que importância tem este fato para o planejamento curricular e de ensino? Que importância tem este fato para o processo de ensino e aprendizagem, quando se considera que a variável acima apontada, isto é, nível sócio-econômico, de modo geral não se apresenta isolada de outras variáveis que grande importância assumem para o planejamento das atividades docentes-discentes? Assim, por exemplo, é fácil constatar-se que há cursos, cujos alunos, em grande maioria, trabalham o dia todo, havendo casos em que, parte dos componentes de toda uma série, declaram dispor de apenas duas horas, por semana, para se dedicarem às atividades de estudo. Veja-se, a propósito, as Tabelas nº 38 e 39.

Lembramos que as causas geralmente são cumulativas: normalmente o grupo oriundo do mais baixo extrato social é o mesmo que trabalha muitas horas diariamente, que terá cursado escola — se não supletivo — ao nível de 2º grau, que dispõe de pouco espaço de tempo para se dedicar aos estudos e que, muitas vezes, sequer dispõe de condições materiais para isto.

Melhor conhecimento sobre estas condições, poderá ser obtido a partir de consulta às tabelas decorrentes das questões relativas à residência dos alunos (ver tabelas de nº 9, 10, 11 e 13); de distribuição de tempo para estudo (ver tabelas nº 36, 37, 38 e 39).

No entanto, tomamos a liberdade de sugerir aos colegas que analisem os folhetos relativos aos demais cursos da Universidade, condição para que possam adquirir visão mais abrangente sobre a Instituição como um todo. Acreditamos que assim procedendo, estaremos caminhando na direção de uma Universidade cada vez mais integrada e cujo significado passa a ter maior peso para todos nós: docentes/pesquisadores, administrador e alunos.

As observações acima, evidentemente não sugerem a adoção de soluções simplistas e falsas como por exemplo, a introdução de dois sistemas de ensino diversificados — um para a população, que apresenta melhores condições de se dedicar às atividades acadêmicas e, outro, para aquela que apenas dispõe de precárias condições, reproduzindo assim, na Universidade, a desigualdade vigente na própria sociedade. A situação é mais complexa. Planejar significa, em última instância, analisar toda uma série de variáveis que decorrem de constatações deste tipo, tomando-se decisões que se caracterizem pela maturidade. Assim, por exemplo, atender a esta diversidade, significa oferecer ensino de alto padrão para ambos os grupos; significa colocar à disposição dos menos favorecidos as mesmas informações transmitidas aos melhores situados econômica e culturalmente. Significa também, fazê-lo de formas diferenciadas, isto é, recorrendo-se a diferentes tipos de abordagem dos conteúdos disciplinares.

Diante disto, é importante discutir questões do tipo: é possível propor-se o mesmo plano de ensino para o diurno e o noturno? Para diferentes séries e cursos?

Há informações que nos ajudam a melhor entender o porquê de uma série de observações que, freqüentemente estamos acostumados a fazer, as quais, embora reflitam uma espécie de "senso comum", na verdade têm fundamento na realidade. Destacaremos, a título de exemplo, as constatações sobre o nível de informação a respeito dos acontecimentos atuais e dos meios utilizados para isso por parte do aluno (Ver Tabela 32, sob o título Meio utilizado para se manter informado). Qual o significado destes dados para nossos cursos?

Poderíamos destacar ainda, os dados relativos ao "lugar que os cursos ora freqüentados, representaram nas expectativas do aluno por ocasião dos vestibulares (Tabela 44) e as "expectativas dos alunos em relação à realização de outros cursos no futuro" (Tabela 50).

As questões que poderíamos levantar, evidentemente são muitas. Ao propor para discussão os itens acima, quisemos apenas dar um encaminhamento às atividades que deverão haver por ocasião das reuniões de planejamento no mês de fevereiro.

Quer-nos parecer que explorar em profundidade os dados aqui apresentados só poderão ter como conseqüência, um enriquecimento do trabalho que vimos executando na Universidade. Mais do que conduzir a definições de objetivos altamente operacionalizados, mais do que levar a decisões de mudanças imediatas nos currículos e em procedimentos metodológicos, discutir esses aspectos tem uma finalidade mais profunda e de mais longo alcance, na medida em que, ao fazê-lo, estaremos refletindo sobre nosso próprio trabalho e, portanto, tornando-nos mais sujeitos de nosso próprio destino.

III – ORIENTAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A EAP se propõe, nesse documento, a oferecer subsídios que auxiliem o professor na sua importante tarefa de planejar o seu trabalho docente para o ano de 1983.

Antes de mais nada, devemos estabelecer uma diferença entre plano e planejamento, palavras muitas vezes usadas como sinônimos. **Planejamento** se refere ao **processo global**, em que todos os elementos do plano são pensados, discutidos, analisados em grupo e, individualmente, a partir da consideração da realidade do contexto em que está inserido o grupo de trabalho; **Plano** vem a ser o **documento escrito** que expressa, de forma estruturada, aquilo que foi alvo no processo de análise. Há planos para várias finalidades; no caso, o plano que o professor faz para suas aulas denomina-se plano de ensino.

Planejar tem sido uma atividade que se vem difundindo dia-a-dia entre nós. Nada se faz sem ser planejado, a não ser que o indivíduo se sujeite ao risco de perdas e danos. Quando se trata de Educação, a preocupação pelo planejamento se redobra, considerando-se que o ensino deve provocar aprendizagens satisfatórias. É um desafio que exige, antes de mais nada, uma postura do professor que, nas suas ações, revele a autoconvicção de que é educador, o conhecimento de que influencia na vida daqueles que passam por suas aulas, que acredita no processo de intercomunicação pessoal que existe na situação de aula justifica a flexibilidade nas decisões e retomadas constantes de seu plano. Esta postura caracteriza o planejamento permanente e, embora fixado no calendário por um período limitado, deve ser lembrado e vivido a cada aula numa necessária preocupação em avaliar e corrigir distorções.

Esta postura do professor deve exigir, também, que o planejamento seja processo rico de informações sobre o aluno e de troca de experiências entre os docentes.

O aluno, figura para quem o plano é elaborado deve ser preocupação inicial do planejamento, concretizada pela busca do maior número possível de informes sobre ele; o conhecimento sobre o aluno, na sua diversidade de aspectos, garante a adequação do plano do professor e uma proposta segura de trabalho.

Ainda o sucesso do plano do professor está vinculado ao conhecimento do trabalho desenvolvido, quer a nível vertical entre as mesmas disciplinas e as disciplinas afins que se distribuem pelas várias séries, quer a nível horizontal, entre as disciplinas que compõem a mesma série, de forma que permita a integração e a continuidade de assuntos e temas.

De posse de tais informações sobre o aluno e as demais disciplinas, o professor se encontra em condições de discutir com todos sobre a realidade da Universidade, da Unidade, do Curso, da Série, de sua Disciplina e de suas Aulas e definir metas e objetivos para todos os universitários, num esforço comum de trabalhar com os mesmos valores educacionais. Assim sendo, o professor terá elementos para elaborar o seu plano de ensino, justificando-o em todas as suas propostas.

As partes que compõem o plano de ensino merecem algumas considerações:

A seleção do conteúdo — é impossível a qualquer profissional no curto prazo de um ano letivo abordar todos os assuntos importantes de sua disciplina; o desafio está em o professor escolher os assuntos básicos e centrais necessários às correlações com outros conhecimentos já adquiridos pelo aluno, ou que venham a adquirir de forma que o conhecimento tenha sentido no conjunto do domínio das várias ciências, isto é, que a aprendizagem se torne significativa para o aluno.

As estratégias e a avaliação — nesse processo de elaboração do plano o professor precisa definir que meios e recursos utilizará para fazer chegar ao aluno o conteúdo selecionado, perguntando-se: aulas expositivas? projetos? trabalhos em equipe? estudo dirigido? textos? pesquisas bibliográficas? audiovisuais?

A essas definições, segue-se a que se refere à avaliação, em que o professor retoma os objetivos propostos para as aulas, transformando-os em critérios observáveis e estipulando que meios e recursos usará para efetuar-las: relatório de atividades? provas objetivas? provas dissertativas? desempenho em situação prática? exposição oral?

ANEXOS

- Tabelas referentes à especificação dos resultados da pesquisa:
"CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA PUCCAMP"

**CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DA PUCCAMP, NA UNIVERSIDADE POR PERÍODO
1982 - CAMPINAS - SP**

TABELA 01/A

Total de alunos da PUCCAMP por série, conforme resultados da Pesquisa

Séries	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1ª	1756	28,9	1436	30,9	3192	29,7
2ª	1382	22,8	1144	24,7	2526	23,6
3ª	1383	22,8	937	20,1	2320	21,6
4ª	1050	17,3	937	20,1	1987	18,6
5ª e 6ª	495	8,2	195	4,2	690	6,5
$\sum_{i=1}^n$	6066	100,0	4649	100,0	10715	100,0

TABELA 01/B

Total de alunos da PUCCAMP por série de matrícula segundo o C.P.D.

Séries	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1ª	2564	28,9	2682	33,7	5246	31,3
2ª	2201	24,9	2050	25,8	4251	25,4
3ª	1890	21,4	1546	19,5	3436	20,4
4ª	1501	16,9	1381	17,4	2882	17,1
5ª e 6ª	699	7,9	285	3,6	984	5,8
$\sum_{i=1}^n$	8855	100,0	7944	100,0	16799	100,0

FONTE: C.P.D. PUCCAMP - 07/10/1982

GRÁFICO 01

Comparação do Percentual de Alunos que responderam à pesquisa em relação ao total, por séries

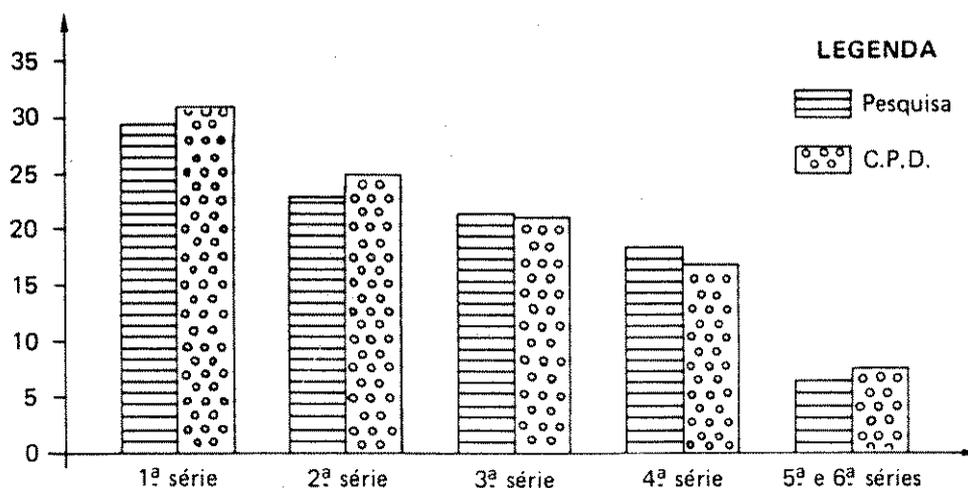


TABELA 02

Ano de ingresso dos alunos no curso que realizam

Anos	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1982	1727	28,4	1386	29,6	3113	28,9
1981 - 80	2632	43,3	1900	40,6	4532	42,1
1979 - 78	1521	25,0	1180	25,2	2701	25,1
1977	134	2,2	117	2,5	251	2,3
1976 ou antes	55	0,9	86	1,8	142	1,3

TABELA 03 - Faixa de Idade

Idade	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
17 ou 18 anos	560	9,2	174	3,7	734	6,8
19 ou 20 anos	1969	32,4	876	18,7	2845	26,4
21 a 23 anos	2491	40,9	1773	37,9	4264	39,6
24 a 29 anos	871	14,3	1397	29,8	2268	21,1
30 ou mais	170	2,9	437	9,3	607	5,6
Nulos	03	0,0	03	0,1	06	0,1
Branços	20	0,3	25	0,5	45	0,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 05 - Estado Civil

Estado Civil	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Solteiro (a)	5599	92,0	3859	82,4	9458	87,8
Casado (a)	417	6,9	738	15,8	1155	10,7
Viúvo (a)	04	0,1	07	0,1	11	0,1
Separ. legal	21	0,3	39	0,8	60	0,6
Outro	26	0,4	23	0,5	49	0,5
Nulos	01	0,0	01	0,0	02	0,0
Branços	16	0,3	18	0,4	34	0,3
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

GRÁFICO 02

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR SEXO E PERÍODO – PUCCAMP

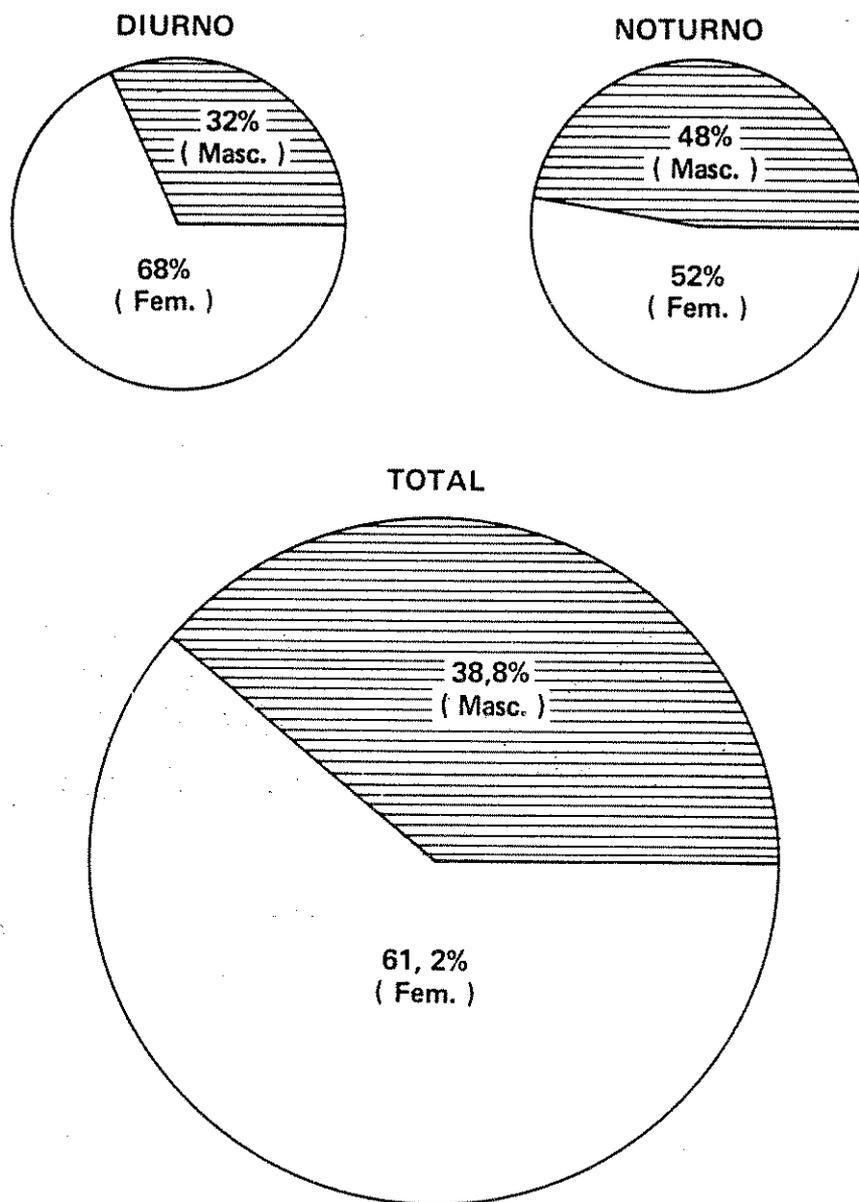


TABELA 06 – Religião

Religião	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Católica	5094	83,8	3978	84,9	9072	84,2
Cristã não católica	556	9,1	452	9,7	1008	9,4
Não cristã	79	1,3	51	1,1	130	1,2
Não tenho religião	268	4,4	137	2,9	405	3,8
Nenhuma – sou contra	58	1,0	46	1,0	104	1,0
Nulas	03	0,0	01	0,0	04	0,0
Branco	26	0,4	20	0,4	46	0,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	5598	100,0	10769	100,0

TABELA 07 - Praticante Religião

Prática da religião	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim, muito	1045	17,2	829	17,7	1874	17,4
Sim - mais ou menos	2589	42,6	2036	43,5	4625	42,9
Sim - muito pouco	1306	21,5	1029	22,0	2335	21,7
Não	862	14,2	625	13,3	1487	13,9
Não tenho religião	257	4,2	142	3,0	399	3,7
Nulos	01	0,0	01	0,0	02	0,0
Branco	24	0,4	- 23	0,5	47	0,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 08

Residência da família no ingresso na PUCCAMP

Residência (ingresso)	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Campinas	2124	34,9	3006	64,2	5130	47,6
Cidades vizinhas	1153	19	1105	23,6	2258	21
Grande SP	676	11,1	105	2,2	781	7,3
Cidades do Est. SP	1792	29,5	362	7,7	2154	20
Outro Estado	264	4,3	79	1,7	343	3,2
Nulas	2	0,0	0	0	2	0,0
Branco	73	1,2	28	0,6	101	0,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 09

Residência atual da família

Residência (atual)	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Campinas	2083	34,2	2805	59,9	4888	45,4
Cidades vizinhas	1167	19,2	1115	23,8	2282	21,2
Grande SP	607	10	97	2,1	704	6,5
Cidades do Est. SP	1828	30	455	9,7	2283	21,2
Outro Estado	326	5,4	181	3,9	507	4,7
Nulas	1	0,0	0	0	1	0,0
Branco	72	1,2	32	0,7	104	1,0
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 10 e 11 — Com quem mora

Com quem mora	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Com minha família	3764	80,1	2898	47,3	6662	61,5
Quarto alugado/família	70	1,6	65	1,1	135	1,2
República	452	9,0	2189	35,8	2641	24,4
Pensionato/pensão	102	2,2	381	6,2	483	4,4
Seminário religioso	51	1,1	183	3,0	234	2,1
Quartel	19	0,4	27	0,4	46	0,4
Comun. agrícola	11	0,2	20	0,3	31	0,3
Sozinho	93	2,0	114	1,9	207	1,9
Outro	161	3,4	245	4,0	406	3,8
Nulos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
$\sum_{i=1}^n$	4696	100,0	6122	100,0	10845	100,0

OBS.: Para fazer esta tabela, foram reunidos os resultados das questões de nºs 10 e 11.
Possíveis defasagens em relação ao total de alunos se devem a este fato.

TABELA 12

Frequência de viagem dos alunos da PUCCAMP

Alunos/frequência	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Diária	805	20,6	1005	56,4	1810	31,9
Final de semana	1680	43,1	267	15	1947	34,3
Mensal	582	14,9	192	10,8	774	13,7
Férias e feriados	356	9,1	138	7,7	494	8,7
Não tem frequência regular	474	12,2	180	10,1	654	11,5
Nulos	1	0,1	0	0,0	1	0,1
Responderam	3898	100,0	1782	100,0	5680	100,0

OBS.: 5089 alunos (47,3% do total) deixou em branco esta questão, uma vez que têm família residindo em Campinas. Os percentuais se referem ao total dos que responderam.

TABELA 13

Tempo gasto pelos alunos para vir à Universidade

Tempo	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Até 15 minutos	1953	32,1	1127	24,1	3080	28,6
15 a 30 minutos	2218	36,5	1630	34,8	3848	35,7
30 a 45 minutos	875	14,4	901	19,2	1776	16,5
45 a 60 minutos	502	8,3	600	12,8	1102	10,2
+ de 60 minutos	495	8,1	394	8,4	889	8,3
Nulas	3	0,0	0	0,0	3	0,0
Branco	38	0,6	33	0,7	71	0,7

TABELA 14 e 15

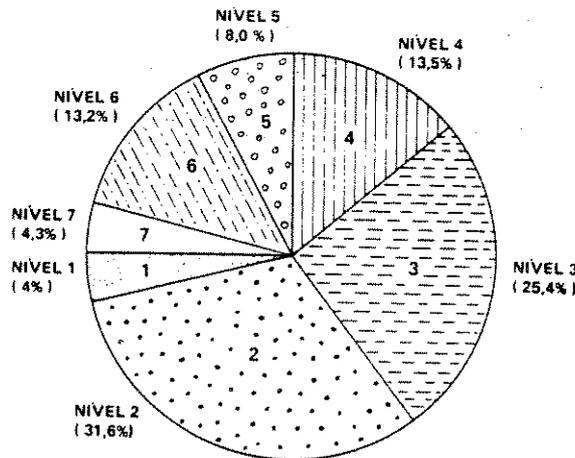
Meio de transporte mais utilizado para vir à Universidade

Meios de transporte	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
A pé	775	12,7	350	7,6	1125	10,5
Carona	510	8,4	320	6,9	830	7,8
Carro próprio	1380	22,7	1200	25,7	2580	24,0
Trem	012	0,2	007	0,1	019	0,2
Moto	125	2,1	117	2,6	242	2,2
Ônibus fretado	518	8,5	1010	21,7	1528	14,2
Ônibus coletivo	2515	41,3	1403	29,9	3918	36,5
Bicicleta	017	0,3	010	0,3	027	0,3
Carro coletivo ou fretado	219	3,6	235	5,0	454	4,2
Nulos	009	0,2	009	0,2	13	0,1
$\sum_{i=1}^n$	6080	100,0	4661	100,0	10736	100,0

OBS.: Para fazer esta tabela, foram reunidos os resultados das questões de nºs 14 e 15.
Possíveis defasagens em relação ao total de alunos se devem a este fato.

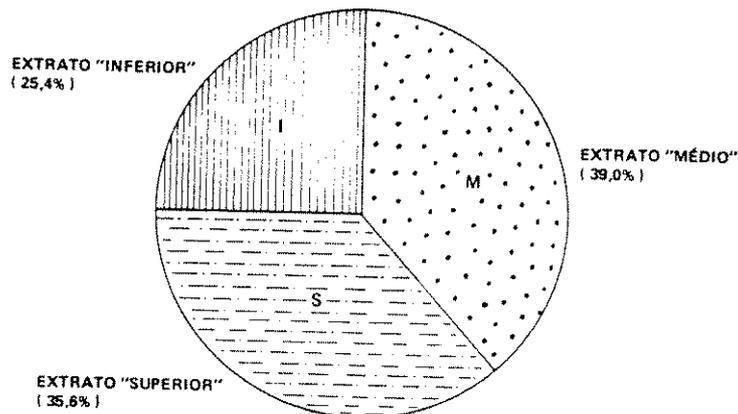
GRÁFICO 03

NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DOS ALUNOS DA PUCCAMP
Distribuição dos Alunos, Segundo Níveis Ocupacionais dos Pais



Fonte: Pesquisa -- 1982

NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO DOS ALUNOS DA PUCCAMP
Distribuição Segundo Extratos Sociais



Fonte: Pesquisa -- 1982

TABELA 18
Situação do pai no trabalho

Características	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sócio ou dono de com. ou ind.	1421	23,3	631	13,5	2052	19,0
Conta própria	1661	27,3	1265	27,0	2926	27,1
Func. de com. ind. e banco	1314	21,7	1284	27,4	2598	24,1
Func. do gov. org. paraestatal, aut.	1048	17,2	762	16,3	1810	16,9
Outra situação	509	8,4	550	11,8	1059	9,9
Nulos	1	0,0	3	0,0	4	0,0
Branco	130	2,1	190	4,0	320	3,0
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 19
Pessoas que trabalham para ele ou sob suas ordens

Características	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim, 1 pessoa	491	8,0	438	9,2	929	8,6
Sim, de 2 a 10 pessoas	1956	32,1	1252	26,8	3208	29,8
Sim, de 11 a 49 pessoas	975	16,0	460	9,9	1435	13,3
Sim, mais de 50 pessoas	894	14,7	344	7,3	1238	11,5
Não	1490	24,6	1863	39,9	3353	31,2
Nulos	1	0,0	2	0,0	3	0,0
Branco	277	4,6	326	6,9	603	5,6
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 20
Grau de Instrução do (a) esposo (a)

Grau de instrução	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Não freqüentou escola	4	0,8	5	0,6	9	0,7
Antigo primário/1ª a 4ª série 1º G	40	7,6	82	9,9	122	9
Antigo ginásio/5ª a 8ª série 1º G	44	8,3	117	14,1	161	11,9
Antigo colegial/2º Grau	89	16,9	198	23,9	287	21,1
Superior (completo ou não)	350	66,4	427	51,4	777	57,3
Nulos	0	0	1	0,1	1	0,1
Responderam	527	100,0	830	100,0	1357	100,0

OBS.: 9412 alunos (87,4%) deixaram em branco esta questão, uma vez que não têm esposo (a). Os percentuais se referem ao total dos que responderam.

TABELA 21 e 22

Grau de instrução dos pais dos alunos (pai e mãe)

Grau de instrução	PAI						MÃE					
	DIURNO		NOTURNO		TOTAL		DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Não frequentou	129	2,1	314	6,8	443	4,1	133	2,2	445	9,5	578	5,4
Antigo primário	1626	26,7	2432	51,9	4058	37,7	1841	30,3	2631	56,2	4472	41,5
Antigo ginásio	776	12,8	665	14,2	1441	13,4	943	15,4	680	14,5	1623	15,1
Antigo colegial	1132	18,6	578	12,3	1710	15,9	1642	27,0	530	11,3	2172	20,2
Superior (completo ou não)	2359	38,8	605	12,9	2963	27,5	1459	24,0	329	7,0	1788	16,6
Nulos	2	0,0	2	0,0	4	0,0	2	0,0	3	0,1	5	0,0
Branco	60	1,0	90	1,9	150	1,4	64	1,1	67	1,4	131	1,2
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 23

Atividade profissional remunerada

Atividade profissional	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim	1021	16,8	3724	79,6	4745	44,1
Estágio	416	6,8	213	4,5	629	5,8
Monitoria	142	2,3	18	0,4	160	1,5
Não	4132	67,9	541	11,6	4673	43,4
N.D.A.	224	3,7	124	2,6	348	3,2
Nulos	06	0,1	02	0,0	08	0,1
Branco	143	2,4	63	1,3	206	1,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 24

Horas diárias dedicadas a trabalho

Horas diárias de trabalho	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Até 2 horas	133	8,2	24	0,6	157	2,8
2 a 4 horas	435	26,9	100	2,5	535	9,5
4 a 6 horas	569	35,2	322	8,0	891	15,8
6 a 8 horas	387	23,9	2415	59,8	2802	49,5
+ de 8 horas	93	5,7	1169	29,0	1262	22,3
Nulas	1	0,1	3	0,1	4	0,1
Respondentes	1618	100,0	4033	100,0	5651	100,0

Observação: Como nem todos trabalham, os percentuais foram organizados a partir dos respondentes a esta questão. Deixaram em branco 4466 alunos no período diurno (73,4%); 652 alunos no período noturno (13,9%); perfazendo, no total geral 5118 alunos que não responderam a esta questão.

TABELA 25 e 26

Nível Sócio-econômico – Distribuição ocupacional do aluno (a) ou esposo (a)

Nível sócio-econômico	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Categoria I	20	1,3	25	0,6	45	0,8
Categoria II	304	19,4	257	6,4	561	10,1
Categoria III	366	23,4	810	20,3	1176	21,2
Categoria IV	696	44,5	2448	61,4	3144	56,7
Categoria V	55	3,5	111	2,8	166	3,0
Categoria VI	71	4,5	180	4,5	251	4,5
Categoria VII	25	1,6	64	1,6	89	1,6
Nulos	28	1,8	89	2,2	117	2,1
$\sum_{i=1}^n$	1565	100,0	3984	100,0	5549	100,0

OBS.: Como muitos alunos são solteiros e não trabalham, só responderam às questões 25 e 26 aqueles que se colocaram na situação pedida, isto é, 5549 alunos, o que representa 51,5% do total dos respondentes de pesquisa. Daí porque os totais não coincidem com os totais de alunos nos respectivos períodos.

Distribuição dos alunos por extrato social do aluno (a) ou esposo (a)

Extrato	DIURNO		NOTURNO	
	Alunos	%	Alunos	%
Extrato "superior"	324	20,7	282	7,1
Extrato "médio"	1062	67,9	3258	81,8
Extrato "inferior"	151	9,6	355	8,9
Nulos	28	1,8	89	2,2
Respondentes	1565	100,0	3984	100,0

TABELA 27

Situação do aluno no trabalho

Situação no trabalho	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sócio ou dono exclusivo	108	6,6	134	3,3	242	4,2
Conta própria	179	11,0	137	3,3	316	5,5
Funcionário empresa	652	39,9	2664	65,1	3316	57,9
Funcionário público	269	16,5	789	19,3	1058	18,5
Outra situação	422	25,8	367	9,0	789	13,8
Nulas	3	0,2	0	0	3	0,1
$\sum_{i=1}^n$ respondentes	1633	100,0	4091	100,0	5724	100,0

OBS.: Em branco: diurno: 4451 – 73,2%
 noturno: 594 – 12,7%
 total: 5045 – 46,8%

TABELA 28

Número de pessoas que trabalham sob as ordens do (a) aluno (a)

Nº de pessoas	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1 pessoa	89	5,3	253	6,3	342	6,0
2 a 10 pessoas	198	11,9	660	16,5	858	15,1
11 a 49 pessoas	56	3,3	153	3,8	209	3,7
+ de 50 pessoas	40	2,4	79	2,0	119	2,1
Não	1284	77,0	2860	71,3	4144	73,0
Nulas	1	0,1	4	0,1	5	0,1
Respondentes	1668	100,0	4009	100,0	5677	100,0

OBS.: em branco — 5092 alunos — 47,3% — total
 em branco — 676 alunos — 14,4% — noturno
 em branco — 4416 alunos — 72,6% — diurno

TABELA 29

Razão principal para trabalhar apresentada pelos alunos da PUCAMP

Razão para trabalhar	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Manutenção a si e família	282	16,8	1605	38,7	1887	32,4
Manutenção pessoal	498	29,7	1495	36,1	1993	34,2
Pagamento de estudos	277	16,5	630	15,2	907	15,6
Gosto	365	21,7	230	5,5	595	10,2
Outra	250	14,9	165	4,0	415	7,1
Nulas	6	0,3	20	0,5	26	0,5
Respondentes	1678	100,0	4145	100,0	5823	100,0

OBS.: Em branco: diurno — 4406 — 72,4%
 noturno — 540 — 11,5%
 total — 4946 — 45,9%

TABELA 30

Participação em atividades extraclasse

Atividades extraclasse	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Atividades artístico-culturais	2307	37,9	1208	25,8	3515	32,6
Atividades religiosas	440	7,2	379	8,1	819	7,6
Atividades político-partidárias	133	2,2	118	2,5	251	2,3
Atividades esportivas	1611	26,5	1503	32,1	3114	28,9
Nenhuma	1495	24,6	1398	29,8	2893	26,9
Nulas	14	0,2	13	0,3	27	0,3
Branco	84	1,4	66	1,4	150	1,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 31

Atividades em que ocupa mais tempo

Características	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
T.V.	1449	23,8	1143	24,4	2592	24,0
Teatro e/ou cinema	970	15,9	636	13,6	1606	14,9
Música e/ou dança	936	15,4	650	13,9	1586	14,8
Artesanato	219	3,6	130	2,8	349	3,2
Leitura	1780	29,3	1326	28,3	3106	28,9
Nulos	16	0,3	21	0,4	37	0,3
Branco	714	11,7	779	16,6	1493	13,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 32

Meio utilizado para se manter informado

Meios de informação	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Jornal escrito	1270	20,9	1325	28,3	2595	24,1
Jornal falado	3275	53,8	1868	39,9	5143	47,8
Revistas	1140	18,7	1055	22,5	2195	20,4
Outras pessoas	207	3,4	224	4,8	431	4,0
Não tenho me mantido informado	121	2,0	143	3,1	264	2,5
Nulos	37	0,6	41	0,9	78	0,7
Branco	34	0,6	29	0,6	63	0,6
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 33

Além de textos didáticos, o que mais lê

Características	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Leitura ficção	2678	44,0	1709	36,5	4387	40,7
Romances policiais	388	6,4	273	5,8	661	6,1
Ficção científica	285	4,7	227	4,8	512	4,8
Não ficção	1325	21,8	1173	25,0	2498	23,2
N.D.A.	1339	22,0	1230	26,2	2569	23,8
Nulos	10	0,2	14	0,3	24	0,2
Branco	59	1,0	59	1,2	118	1,1

TABELA 34

Tipos de revistas que lê mais

Características	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Humor e/ou quadrinhos	470	7,7	457	9,8	927	8,6
Generalidades	3509	57,7	2019	43,0	5528	51,3
Fotonovelas e/ou novelas	70	1,1	73	1,5	143	1,3
Esportivas	397	6,5	476	10,2	873	8,1
Eróticas	340	5,6	367	7,8	707	6,6
Nulos	12	0,2	10	0,2	22	0,2
Branco	1286	21,1	1283	27,4	2569	23,8

TABELA 35

Domínio de línguas estrangeiras e desejo de aperfeiçoamento dos alunos da PUCCAMP

Línguas estrangeiras (domínio e interesse)	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Domínio de 1 ou +	271	4,5	124	2,6	395	3,7
Domínio e interesse	2546	41,9	1445	30,8	3991	37,1
Domínio sem interesse	463	7,6	282	6,0	745	6,9
Não possui domínio + interesse	2491	40,9	2489	53,1	4980	46,2
Não possui domínio nem interesse	273	4,5	298	6,4	571	5,3
Nulos	03	0,0	02	0,0	5	0,0
Branco	37	0,6	45	1,0	82	0,8
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 36

Tempo para assistir às aulas

Tempo para assistir aulas	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Somente no horário	4019	66,1	3147	67,2	7166	66,6
Chego atrasado e saio no horário	449	7,4	651	13,9	1100	10,2
Chego no horário e saio adiantado	311	5,1	309	6,6	620	5,8
Chego atrasado e saio adiantado	113	1,9	129	2,8	242	2,2
Não tenho horário regular	1091	17,9	404	8,6	1495	13,9
Nulos	3	0,0	1	0,0	4	0,0
Branco	98	1,6	44	0,9	142	1,3
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 37

Tempo para atividades extraclasse ou paralela

Tempo para atividades extraclasse	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
4 horas por dia ou mais se necessário	1191	19,6	297	6,3	1488	13,8
2 horas por dia ou mais se necessário	1751	28,7	286	6,1	2037	18,9
4 horas por semana	938	15,4	185	3,9	1123	10,4
Somente aos sábados	443	7,3	1713	36,6	2156	20,0
Não tenho tempo p/atividades paralelas	1690	27,8	2155	46,1	3845	35,8
Nulas	0	0,0	2	0,0	2	0,0
Branco	71	1,2	47	1,0	118	1,1
$\Sigma_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 38

Tempo necessário para estudar fora de aula

Tempo para estudar	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
20 horas por semana ou mais	785	12,9	259	5,5	1044	9,7
10 a 19 horas por semana	1609	26,4	434	9,3	2043	19,0
5 a 10 horas por semana	2133	35,1	1405	30,0	3538	32,9
1 a 5 horas por semana	1368	22,5	2150	45,9	3518	32,7
Nenhuma	158	2,6	395	8,4	553	5,1
Nulas	1	0,0	2	0,0	3	0,0
Branco	30	0,5	40	0,9	70	0,7
$\Sigma_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 39

Normalmente, tem o tempo disponível indicado na questão anterior

Disponibilidade de tempo	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim	2394	39,3	839	17,9	3232	30,0
Às vezes	2533	41,7	1171	25,0	3704	34,4
Não	385	6,3	542	11,6	927	8,6
Só fins de semana e/ou madrugada	643	10,6	1916	40,9	2559	23,8
Nenhuma das alternativas anteriores	75	1,2	137	2,9	212	2,0
Nulas	1	0,0	2	0,0	3	0,0
Branco	53	0,9	79	1,7	132	1,2
$\Sigma_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 40

Curso de 2º Grau concluído (o mais importante)

Curso de 2º Grau	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Curso de 2º Grau regular básico	4469	73,5	2402	51,3	6871	63,8
Magistério de 1ª a 4ª série do 1º G	221	3,6	252	5,4	473	4,4
Curso de 2º G técnico profission.	1050	17,3	1491	31,8	2541	23,6
Curso de 2º Grau supletivo	160	2,6	389	8,3	549	5,1
Outro	120	2,0	114	2,4	234	2,2
Nulas	3	0,0	3	0,1	6	0,1
Branças	61	1,0	34	0,7	95	0,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 41

Ano de Ingresso no 2º Grau

Ano de Ingresso no 2º Grau	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1981	801	13,2	550	11,7	1351	12,5
1979 ou 1980	2496	41,1	1626	34,7	4122	38,3
1978 ou 1977	1888	31,0	1481	31,6	3369	31,3
1976	431	7,1	365	7,8	796	7,4
1975 ou antes	434	7,1	631	13,5	1065	9,9
Nulos	3	0,0	4	0,1	7	0,1
Branços	31	0,5	28	0,6	59	0,5
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 42

Tipo de estabelecimento que cursou o 2º Grau

Tipo de estabelecimento em que cursou 2º Grau	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Somente particular	2048	33,7	1222	26,1	3270	30,4
Ambos, predomínio particular	436	7,2	216	4,6	652	6,1
Somente pública	2693	44,2	2709	57,9	5402	50,1
Ambos, predomínio público	837	13,8	461	9,8	1298	12,1
Nenhuma	44	0,7	53	1,1	97	0,9
Nulas	2	0,0	1	0,0	3	0,0
Branços	24	0,4	23	0,5	47	0,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 43

Realização de Cursinho Pré-Vestibular

Cursinho Pré-Vestibular	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Uma vez	2448	40,2	1480	31,6	3928	36,5
Mais de uma vez	1150	18,9	474	10,1	1624	15,1
Iniciado, mas sem conclusão	371	6,1	365	7,8	736	6,8
Realização colegial integrado c/cursinho	639	10,5	129	2,8	768	7,1
Não	1452	23,9	2212	47,2	3664	34
Nulos	2	0,0	4	0,1	6	0,1
Branco	22	0,4	21	0,4	43	0,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10761	100,0

TABELA 44

Ingresso em Curso da PUCCAMP

Ingresso em Curso da PUCCAMP	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1ª opção no Vestibular	5125	84,2	3622	77,3	8747	81,2
2ª opção no Vestibular	409	6,7	490	10,5	899	8,3
Transferência	298	4,9	323	6,9	621	5,8
Vaga remanescente	106	1,7	117	2,5	223	2,1
Outro	118	1,9	95	2,0	213	2,0
Nulos	2	0,0	3	0,1	5	0,0
Branco	26	0,4	35	0,7	61	0,6
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 45

Números de Vestibulares realizados

Número de Vestibulares	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Uma vez	2526	41,5	2545	54,3	5071	47,1
Duas vezes	1726	28,4	1365	29,1	3091	28,7
Três vezes	714	11,7	414	8,8	1128	10,5
Quatro vezes	321	5,3	116	2,5	437	4,1
Mais de quatro vezes	721	11,9	177	3,8	898	8,3
Nulos	1	0,0	0	0,0	1	0,0
Branco	75	1,2	68	1,5	143	1,3
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 46
Conhecimento de Vestibular da PUCCAMP

Conhecimento do Vestibular	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Cursinho	2597	42,7	1033	22,0	3630	33,7
Colégio	1514	24,9	1229	26,2	2743	25,5
Família	603	9,9	404	8,6	1007	9,4
Pessoas ligadas à PUCCAMP	326	5,4	390	8,3	716	6,6
Imprensa	897	14,7	1530	32,7	2427	22,5
Nulos	7	0,1	6	0,1	13	0,1
Branco	140	2,3	93	2,0	233	2,2
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 47
Alunos membros de diretoria de entidade estudantil

Membro de diretoria de entidade estudantil	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim, no 1º e/ou 2º graus	745	12,2	544	11,6	1289	12
Sim, na Universidade	384	6,3	175	3,7	559	5,2
Sim, no 1º, 2º graus e Universidade	110	1,8	68	1,5	178	1,7
Nunca foi, mas gostaria de ser	1047	17,2	1102	23,5	2149	20,0
Nunca foi, nem tem interesse	3730	61,3	2733	58,3	6463	60,0
Nulos	4	0,1	4	0,1	8	0,1
Branco	64	1,1	59	1,3	123	1,1
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 48
Reprovação em disciplina

Reprovação em disciplina	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Não	4224	69,4	2793	59,6	7017	65,2
Sim, uma disciplina, uma vez	868	14,3	726	15,5	1594	14,8
Sim, duas ou + disciplinas diferentes	656	10,8	699	14,9	1355	12,6
Sim, duas ou + vezes, na mesma disciplina	68	1,1	122	2,6	190	1,8
Sim, 1 ou + disciplinas diferentes e mais de 1 reprovação na mesma	224	3,7	289	6,2	513	4,8
Nulos	1	0,0	4	0,1	5	0,0
Branco	43	0,7	52	1,1	95	0,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 49
Retenção na série

Retenção na série	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Não	5341	87,8	3174	79,3	9055	84,1
Sim, uma vez (3 discip. na mesma série)	225	3,7	322	6,9	547	5,1
Sim, uma vez (dupla ou tripla reprov.)	84	1,4	101	2,2	185	1,7
Sim, duas vezes (3 discip. na série e/ou dupla ou tripla na mesma disciplina)	62	1,0	81	1,7	147	1,3
Nenhuma dessas	274	4,5	373	8,0	647	6,0
Nulas	1	0,0	1	0,0	2	0,0
Branças	97	1,6	93	2,0	190	1,8
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 50
Conclusão de outro Curso Superior

Conclusão de outro Curso Superior	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Sim, da mesma área	146	2,4	150	3,2	296	3,7
Sim, da outra área	90	1,5	112	2,4	202	1,9
Não, mas está matric. em outro curso	117	1,9	63	1,3	180	1,7
Não, mas pretende concluir outro	2927	48,1	2756	58,8	5683	52,7
Nenhuma dessas	2750	45,2	1554	33,2	4303	40,0
Nulas	3	0,0	3	0,1	6	0,1
Branças	51	0,8	47	1,0	98	0,9
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 51
Trancamento e ou abandono

Trancamento e/ou abandono	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Não trancou	5190	85,3	3772	80,5	8962	83,2
Sim, trancamento por 1 ano	161	2,6	190	4,1	351	3,3
Sim, trancamento por mais de 1 ano	64	1,1	97	2,1	161	1,5
Sim, já chegou a abandonar	62	1,0	83	1,8	145	1,3
Nenhuma	543	8,9	478	10,2	1021	9,5
Nulos	1	0,0	3	0,1	4	0,0
Branças	63	1,0	62	1,3	125	1,2
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 52
Meios de Pagamento

Meios de pagamento	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Rendimento próprio	560	9,2	3234	69,0	3794	35,2
Rendimento da família	4699	77,2	1001	21,4	5700	52,9
Bolsa restituível	258	4,2	120	2,6	378	3,5
Bolsa não restituível	311	5,1	132	2,8	443	4,1
Outros	168	2,8	114	2,4	282	2,6
Nulos	3	0,0	4	0,1	7	0,1
Branco	85	1,4	80	1,7	165	1,5
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 53
Origem da bolsa restituível

Origem da bolsa restituível	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Crédito educativo	185	42,3	72	26,0	257	36,0
Crédito de banco particular	23	5,3	16	5,8	39	5,5
APLUB	54	12,4	38	13,7	92	12,9
Empresas	36	8,3	55	19,8	91	12,8
Outro	138	31,6	95	34,3	233	32,7
Nulos	0	0	1	0,4	1	0,1
Respondentes	4360	100,0	277	100,0	713	100,0
Em branco	5648	92,8	4408	94,1	10056	93,4

TABELA 54
Origem da bolsa não restituível

Origem da bolsa não restituível	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Bolsa parlamentar	11	3,6	27	5,9	38	5,0
Bolsa protocolo salarial	57	18,8	65	14,3	122	16,1
Bolsa Prefeitura Municipal	56	18,4	35	7,7	91	12,0
Bolsa PUCCAMP/SAE	97	32,1	139	30,5	236	31,1
Outros	81	26,8	188	41,3	269	35,0
Nulos	1	0,3	1	0,2	2	0,3
Respondentes	303	100,0	455	100,0	758	100,0
Em branco	4382	93,5	5629	92,5	10011	93,0

TABELA 55

Despesa média por mês para moradia

Despesa média mensal para moradia	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Nada	262	7,7	275	16,6	537	10,6
Até Cr\$5.000,00	69	2,0	74	4,5	143	2,8
De Cr\$5.001,00 a 10.000,00	546	16,1	230	13,9	776	15,3
De Cr\$10.001,00 a 15.000,00	858	25,2	296	17,9	1154	22,8
Acima de Cr\$ 15.001,00	1664	48,9	779	47,1	2443	48,3
Nulos	0	0	0	0	0	0
Respondentes	3399	100,0	1654	100,0	5053	100,0
Branco	2685	44,1	3031	64,7	5716	53,1

TABELA 56

Despesa média por mês em transporte para a Universidade

Despesa média mensal para transporte à Universidade	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Nada	632	10,4	397	8,5	1029	9,6
Até Cr\$1.600,00	1069	17,6	502	10,7	1571	14,6
De Cr\$1.601,00 a 3.200,00	1722	28,3	1217	26,0	2939	27,3
De Cr\$3.201,00 a 6.400,00	1368	22,5	1526	32,6	2894	26,9
Mais de Cr\$6.400,00	1175	19,3	958	20,4	2133	19,8
Nulos	5	0,1	1	0,0	6	0,1
Branco	113	1,9	84	1,8	197	1,8
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 57

Despesa média por mês, em material escolar

Despesa média mensal em material escolar	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Nada	122	2,0	228	4,9	350	3,3
Até Cr\$1.000,00	843	13,9	1102	23,5	1945	18,1
De Cr\$1.001,00 a Cr\$2.000,00	1514	24,9	1393	29,7	2907	27,0
De Cr\$2.001,00 a Cr\$5.000,00	2090	34,4	1273	27,2	3363	31,2
Mais de Cr\$5.000,00	1429	23,5	597	12,7	2026	18,8
Nulos	2	0,0	2	0,0	4	0,0
Branco	84	1,4	90	1,9	174	1,6
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 58

Aonde a refeição é feita

Local de refeição	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Família	2360	38,8	2895	61,8	5255	48,8
Lanchonete/cantina universitária	787	12,9	326	7,0	1113	10,3
Lanchonete/restaurante cidade	246	4,0	319	6,8	565	5,2
Moradia coletiva	2029	33,3	399	8,5	2428	22,5
Outro	533	8,8	608	13,0	1141	10,6
Nulo	3	0,0	4	0,1	7	0,1
Branco	126	2,1	134	2,9	260	2,4
$\sum_{i=1}^n$	6084	100,0	4685	100,0	10769	100,0

TABELA 59

Despesa média, por mês com alimentação

Despesa média mensal com alimentação	DIURNO		NOTURNO		TOTAL	
	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Até Cr\$2.500,00	237	7,0	275	16,0	512	10,0
De Cr\$2.501,00 a Cr\$5.000,00	721	21,2	432	25,1	1153	22,5
De Cr\$5.001,00 a Cr\$7.500,00	909	26,8	369	21,5	1278	25,0
De Cr\$7.501,00 a Cr\$10.000,00	768	22,6	275	16,0	1043	20,4
Mais de Cr\$10.000,00	759	22,3	366	21,3	1125	22,0
Nulos	1	0,0	2	0,1	3	0,1
Respondentes	3395	100,0	1719	100,0	5114	100,0
Em branco	2689	44,2	2966	63,3	5655	52,5

FONTE: Pesquisa da PUCCAMP – 1982

- ANEXO XI -

RESULTADOS GLOBAIS DE INCIDÊNCIA À RES-
POSTA 60 POR CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS
PUCCAMP / 83

Resultados globais da incidência à resposta 60
por categorias e sub-categorias - PUCAMP/1983

CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS		INCIDÊNCIA
QUALIDADE DE ENSINO	1. Curso como um todo	352
	2. Nível de ensino	89
	3. Qualidade do corpo docente	403
	4. Metodologia de ensino	129
	5. Avaliação da aprendizagem	98
	6. Conteúdo	115
	TOTAL	1186
CURRÍCULO	1. Grade curricular	264
	2. Período de funcionamento do curso	100
	3. Habilitações	21
	4. Estágio	146
	5. Horário de funcionamento do curso	233
	6. Integração curricular	76
	7. Duração do curso	32
	8. Frequência às aulas	65
TOTAL	938	
INFRA. ESTRUTURA	1. Biblioteca	226
	2. Alimentação	711
	3. Condições materiais de estudo	152
	4. Condições materiais do prédio	267
	5. Condições materiais do laboratório	177
	6. Transporte	637
	7. Isolamento entre os Campi	70
	8. Convênios	52
	9. Serviços	123
	TOTAL	2415
PRELÉMIAS FINANCEIRAS	1. Anuidade	944
	2. Apoio ao aluno carente	276
	3. Custo geral do ensino	181
	4. Cobrança de taxas	53
TOTAL	1454	
PESQUISA	1. Como atividade acadêmica	63
	2. Opiniões sobre a pesquisa	220
TOTAL	283	
ATIVIDADES SUPLEMENTARES	1. Semana de estudos	17
	2. Integração-Aluno-Comunidade-Universid.	277
	3. Complementação e continuidade dos estu.	169
TOTAL	463	
RELAÇÕES HUMANAS	1. Aluno - Aluno	41
	2. Orientação - Direção - Aluno	51
	3. Professor - Aluno	70
	4. Reitoria - Aluno	64
	5. Funcionário - Aluno	57
TOTAL	283	
TOTAL	7022	

- ANEXO XII -

QUESTIONÁRIO ORIENTADOR PARA A ANÁLISE DA
"QUESTÃO SESENTA"

QUESTIONÁRIO ORIENTADOR

1 - Considerando os comentários apresentados pelos alunos, sob os seguintes aspectos:

- qualidade de ensino
- currículo
- infra-estrutura
- condições financeiras
- pesquisa
- atividades complementares
- relações humanas

a) Como poderia se entender estes resultados, tendo como referência :

- a) o Curso
- b) a Unidade
- c) a Universidade
- d) a Educação Brasileira

b) Aponte os fatores determinantes dos problemas apontados, ligados :

- a) ao Curso
- b) à Unidade
- c) à Universidade
- d) à Educação Brasileira

c) Relacione os problemas levantados pelos alunos com a caminhada do Projeto Pedagógico no seu curso.

d) Que medidas viáveis poderiam nos levar "da crítica à proposta", a nível de :

- a) Curso
- b) Unidade
- c) Universidade
- d) Educação Brasileira

Esclareça com detalhes, as formas concretas para se chegar a elas (a curto, médio e longo prazos) considerando :

- a) o Curso
- b) a Unidade
- c) a Universidade
- d) a Educação Brasileira

2 - Qual a proposta da Unidade para a globalização das análises dos resultados desta pesquisa a nível de Universidade?

- ANEXO XIII -

CARTA EXPLICATIVA SOBRE O PROCESSO DE ANÁLISE DA "QUESTÃO SESENTA"

Fala-se muito hoje em mudança e em participação. Nós resolvemos deixar de falar em mudança e participação e fazer alguma coisa nesse sentido.

Foi com este propósito que em 1981 tiveram início as reflexões sobre o Projeto Pedagógico que em seu processo exigiu uma melhor caracterização do aluno da PUCCAMP. Para isso, em 1982 teve início uma pesquisa participante, isto é, uma pesquisa que não fosse apenas um levantamento de dados, como costumam fazer os tecnocratas. A pesquisa participante guia-se por outros princípios: é uma pesquisa que visa envolver os "pesquisados" como sujeitos participantes da pesquisa e não como meros objetos. A pesquisa, para nós, tem esse sentido social, tem uma finalidade: não apenas servir de base para mudanças de política mas tentar pedagogicamente, mudar com a participação de todos. Só uma mudança assumida por todos será duradoura.

Dentro destes princípios, realizamos uma ampla consulta em setembro/1982, quando expressiva parcela dos alunos desta Universidade, através de um questionário, mostraram sua situação, seus anseios, suas esperanças e puderam, numa questão aberta, escrever livremente sobre a Universidade que queriam.

Os resultados quantitativos desta fase, foram difundidos no final do ano passado e no início deste ano, através do folheto "Quem é o aluno da PUCCAMP?". Os mesmos dados, porém em tabelas mais detalhadas e comparativas dos cursos, estão sendo agora divulgados.

Os resultados qualitativos, ou seja, todos os depoimentos dos alunos referentes à questão aberta, foram considerados importantes e registrados.

Dos 10769 alunos que responderam ao questionário, 3299 responderam à questão aberta, através de 7139 colocações, parte delas sob a forma de crítica e outra parte sob a forma de propostas: Foram muitas as propostas, entre exequíveis, polêmicas, construtivas, direcionadas para o crescimento da PUCCAMP e de sua comunidade, assim como relacionadas à Universidade e Educação Brasileira, em geral.

Portanto, é indispensável que os elementos levantados pelos alunos, com sua visão própria e parcial, sejam divulgados à toda a comunidade universitária, para que cada segmento tenha o direito de participar, de dar a sua versão, à luz de sua identidade, de suas convicções e da realidade que o cerca.

Neste momento, você está sendo convidado a refletir sobre depoimentos dos alunos do seu curso, que já estão na sua Unidade, e serão analisados segundo o cronograma e estratégia que cada Unidade deverá elaborar.

Esta fase da pesquisa, que envolve a discussão dos resultados da questão aberta, não é apenas importante e necessária porque faz parte técnica dos princípios metodológicos da pesquisa participante. Ela é também relevante na medida em que, através dela, se abre um canal para que todos, com sua parcela de responsabilidade, participem da reestruturação pedagógica da PUCCAMP, uma Universidade que tem a coragem de se abrir à crítica, porque acredita em si mesma. Neste sentido, o processo não pode ficar preso ao aspecto reivindicatório, mas deve gerar um sentido mais profundo de participação, que leve ao crescimento conjunto, através do diálogo, na busca permanente por uma Universidade viva.

Nesta Universidade viva, não podemos nos esquecer de uma perspectiva histórica, pela qual se deu a formação de nossa estrutura e muito menos de que a superação dos problemas só se dará pelo crescimento conjunto da comunidade universitária.

Neste sentido, através deste comunicado, estamos respondendo a um compromisso que assumimos com os alunos e motivando a participação de todos na análise dos dados.

É o momento em que cada um poderá conhecer melhor a opinião de seus colegas e quais as alternativas e limites que vislumbram. Procure se interessar. A Universidade só poderá atingir os objetivos desejados por todos nós, na medida em que você esteja profundamente envolvido nela.

- Comissão Central da Pesquisa: "O aluno como base para a reestruturação pedagógica da PUCCAMP" (alunos e professores representantes das Unidades da PUCCAMP)

ROTEIRO PARA O RELATÓRIO DO PROCESSO DE ANÁLISE
DA "QUESTÃO SESENTA"

1. Descreva sucintamente a(s) metodologia(s) empregada(s) pela Unidade na análise dos dados de pesquisa, levando em consideração:
 - 1.1 - dinâmica de discussão;
 - 1.2 - número de participantes nos diferentes encontros (alunos, professores, funcionários e direção - verificar o percentual em relação ao total).
2. Relate os debates ocorridos de acordo com o roteiro fornecido (acrescentando as questões propostas pela Unidade ou seguidas no processo).
3. Cite as questões mais polêmicas, anotando as diversas posições que ocorrem.